



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 17

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 26 de março de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Deputado José Gabriel Eduardo
(substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Tiago Branco)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

Feita a chamada dos Srs. Deputados, deu-se continuidade ao debate do [Projeto de Resolução n.º 46/XII – “Recomenda ao Governo Regional a inclusão de uma auditoria técnica ao projeto e à construção do molhe norte no estudo em modelo físico reduzido já encomendado pela “Portos dos Açores” ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil relativo ao projeto de reordenamento da bacia do porto da Horta](#)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, tendo para tal usado da palavra os Srs. Deputados Carlos Ferreira (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*) e ainda o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*).

No decorrer do debate, usou da palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Pediram a palavra para proferir declarações de voto os Srs. Deputados Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Tiago Branco (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Carlos Furtado (*CH*).

De seguida, e após a aprovação por unanimidade do **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 47/XII – “Recomenda ao Governo Regional a elaboração de um plano de recuperação da atividade assistencial na área da saúde”**, justificado pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), passou-se para a apresentação e debate do **Projeto de Resolução n.º 47/XII – “Recomenda ao Governo Regional a elaboração de um plano de recuperação da atividade assistencial na área da saúde”**.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), participaram no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Ana Quental (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Tiago Lopes (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, passou-se para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional 3/XII – “Regula a extinção da Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.”**, apresentada pelo Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*).

Participaram no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Francisco César (*PS*), Nuno Barata (*IL*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Sabrina Furtado (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

No seguimento de uma das intervenções do Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), pediu a palavra para um protesto o Sr. Deputado Francisco César (*PS*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

De seguida, passou-se para o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 48/XII – “Alargamento da Via Verde do Acidente Vascular Cerebral a toda a Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Justificado o pedido de urgência pelo Sr. Deputado Pedro Neves e tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, passou-se de imediato para a discussão e aprovação por unanimidade do [Projeto de Resolução n.º 48/XII – “Alargamento da Via Verde do Acidente Vascular Cerebral a toda a Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PAN, não sem antes terem participado no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Pedro Neves (*PAN*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Ana Quental (*PSD*), Tiago Lopes (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

O Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*) de seguida usou da palavra para justificar o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII - “Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas e vencidas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos sistemas de incentivo SITRAA”](#).

Tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade passou-se para o debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII - “Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas e vencidas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos sistemas de incentivo SITRAA”](#) em que pediu a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Finalizado este ponto da Agenda, passou-se para o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 50/XII – “Contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde”](#), justificado pela Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Antes de ser aprovado por unanimidade, usaram da palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*) e Tiago Lopes (*PS*).

Aprovado o pedido de urgência por maioria, seguiu-se para o [Projeto de Resolução n.º 50/XII – “Contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde”](#), tendo usado novamente da palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), desta feita para apresentar a iniciativa.

Participaram no debate as Sras. Deputadas Ana Quental (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Ana Luís (*PS*) e os Sr. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Tiago Lopes (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade, tendo ainda proferido uma declaração de voto a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Tendo sido aprovado por unanimidade, a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*) usou da palavra para justificar o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – “Altera os períodos transitórios previstos na Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro, e determina a aprovação de medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem”](#).

Para o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – “Altera os períodos transitórios previstos na Lei n.º 76/2019, de 2 de](#)

setembro, e determina a aprovação de medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem”,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usou da palavra para apresentar o diploma a Sra. Deputada Bárbara Chaves e ainda os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*) e Carlos Furtado (*CH*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*).

Colocado à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*) e os Srs. Deputados Pedro Neves (*PAN*), António Lima (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de março.**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 55 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para efetuar a chamada.

(Eram 10 horas e 07 minutos)

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Maria **Valdemira** Gouveia Andrade **Carvalho**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz da **Costa**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Délia Maria **Melo**
Elisa Lima **Sousa**
Flávio da Silva **Soares**
Jaime Luís Melo **Vieira**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Carlos Cota **Soares**
Marco José Freitas da **Costa**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo Duarte **Gomes**
Pedro Miguel de Medeiros **do Nascimento Cabral**
Rui Miguel Mendes **Espínola**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**
Vânia Marisa Borges Figueiredo **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**
Rui Miguel Oliveira **Martins**

CHEGA (CH)

Carlos Augusto Borges Rodrigues **Furtado**
José Eduardo Cunha **Pacheco**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ontem estávamos a discutir o ponto 21 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 46/XII**, da autoria do BE.

A Mesa ainda tinha duas inscrições. Dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem tinha prescindido da minha intervenção para dar aqui espaço à poesia parlamentar do PPM e da Iniciativa Liberal, no entanto, tinha aqui algumas questões para responder, para esclarecer, e vou procurar responder agora a algumas das questões que foram ontem colocadas.

Em primeiro lugar, para registar aqui positivamente uma declaração do Sr. Deputado Tiago Branco com a qual nós concordamos em absoluto.

Todos nós, nesta Assembleia e na ilha do Faial, e também acredito na Região Autónoma dos Açores, queremos o melhor para o porto da Horta. Temos é formas diferentes de o defender e temos entendimentos diferentes sobre a forma como o investimento deve avançar.

Em segundo lugar, para responder aqui a várias questões colocadas pelo Deputado Miguel Costa e que abordou o ruído à volta deste processo e deste assunto. Registo também muito positivamente que o Sr. Deputado Miguel Costa, enquanto Presidente da Portos dos Açores, realizou um grande esforço de diálogo e de esclarecimento com as forças vivas desta ilha, com os operadores portuários, no sentido de acorrer ao ruído que existia, mas efetivamente não foram as forças político partidárias que criaram o ruído. O ruído já existia desde 2007 e existia porquê?

Porque o projeto anunciado em 2007 foi alterado em relação ao molhe norte; depois em relação à segunda fase da requalificação, à bacia sul, o projeto de 2016, não respondia minimamente às necessidades do porto e arruinava por completo as condições privilegiadas do porto comercial, portanto, da baía da Horta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: A verdade, Sr. Deputado, é que ninguém hoje defende aquele projeto de 2016. Em 2016 efetivamente foi defendido por deputados do Partido Socialista, mas nem sequer os autarcas do Partido Socialista da ilha do Faial defenderam aquele projeto e se o projeto tivesse sido executado conforme foi lançado a concurso, o porto teria sido arruinado para sempre na nossa perspetiva.

Depois, tivemos um segundo projeto que, conforme assumiu o projetista perante a Comissão Municipal para os Assuntos do Mar, faria com que a marina

norte deixasse de poder acolher estacionamento prolongado de embarcações, portanto, arruinava a marina norte do porto da Horta, dava uma estocada fortíssima no ex-libris desta ilha e da Região Autónoma dos Açores que nunca poderia ser aceite nem pela ilha do Faial, nem pelas forças vivas e partidos políticos desta Região.

Até que chegámos ao terceiro projeto que tinha também questões e tem questões que estavam por responder, nomeadamente a possibilidade de estagnação das águas no interior do novo cais que se pretende construir e outras questões que têm a ver com a boca de entrada e a dimensão da boca de entrada no interior desse cais, ou também com o estreitamento do plano de água na parte exterior desse cais e implicações na operação do porto comercial.

Pergunta o Deputado Miguel Costa se quando for conhecido o estudo que foi encomendado ao LNEC, se nós concordamos ou não. Pois, Sr. Deputado, nós só podemos concordar depois de o lermos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está! Muito bem!

O Orador: E de forma muito concreta lhe respondo: se tudo estiver avaliado e tudo estiver estudado, então o Governo tem a resposta; se não estiver, nós queremos que a auditoria seja feita e que todas essas questões sejam efetivamente respondidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

O Orador: Por último, o Dr. Vasco Cordeiro colocou aqui a sua preocupação com os fundos comunitários e em relação a isso gostaria de dizer que também a bancada do Partido Social Democrata se preocupa naturalmente com o aproveitamento dos fundos comunitários e queremos aproveitá-los. Mas, Dr. Vasco Cordeiro, também lhe dizemos, se for para cometer mais erros e para

causar danos maiores ao porto da Horta, preferimos que não se faça nada; se for efetivamente para aumentar a área de acostagem, que é uma necessidade premente do porto da Horta e para melhorar as condições para todas as valências do nosso porto, então que a obra avance.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa, se faz favor.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começava pelo Governo Regional e pelo Sr. Secretário dos Transportes.

Ainda bem que confirmou que existe um estudo. Se havia dúvidas, elas ficaram esclarecidas.

Se me permite só uma precisão: uma coisa é o estudo no Laboratório Nacional de Engenharia Civil que produzirá o seu relatório final, espero, estimo, julgo, que será nos próximos dias; outra coisa é a avaliação e a análise comparativa entre o modelo matemático e o modelo físico feito pelo projetista, pela empresa WW. São coisas completamente distintas que é feito já com base nos resultados preliminares que resultam do ensaio em modelo reduzido do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. São coisas distintas, que se complementam e foi exatamente isso que foi contratado.

Já relativamente à questão dos fundos comunitários.

Sr. Secretário Bastos e Silva, lamento informá-lo, mas o senhor está completamente errado e digo mais. Mais grave do que estar errado ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Que exagero!

O Orador: ... é o senhor nem conhecer a proposta de Plano e Orçamento que entregou nesta Assembleia e, por isso, aconselho vivamente a ler a página 197 e ficará mais esclarecido e passo, de forma sucinta, a esclarecer, ou seja, os investimentos em portos não são elegíveis através de fundos FEDER, não são através do plano operacional 2020.

São, sim, através dos fundos de coesão, ou seja, através de um programa nacional chamado COMPETE 2020.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado pela informação!

O Orador: É essa a candidatura que existe para os portos da Região. Portanto, está completamente errado e não leu a proposta que entregou na Assembleia, o que é claramente grave.

Mas mais do que isso, o que está em causa não é a existência de fundos ou não. Os fundos existem, estavam bloqueados no programa COMPETE 2020 cerca de 15 milhões de euros dedicados ao porto da Horta. O que está em causa é que a autoridade de gestão desse programa COMPETE 2020 definiu o prazo de junho de 2023 para terminar financeiramente todas as candidaturas. Portanto, considerando uma obra marítima que, por si só, já acarreta um prazo considerável, considerando os estudos que ainda são necessários, o lançamento do concurso, é essa a questão e a preocupação que temos relativamente à execução dos fundos comunitários.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, ao seu estilo, que já nos vem habituando, e nesta matéria a sua afirmação diz tudo. O senhor diz e cito: “Se existe um estudo oficial avançamos com as obras a todo o gás.”

O Sr. Secretário diz que existe o estudo. Peço que o senhor guarde lá os seus copos de água e os rebuçados e entregue o gás ao Governo para avançar com a obra.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, também de forma muito curta, que o tempo já se esgota, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem mais do que eu!

O Orador: ... eu percebo a sua inquietude passados tantos anos solitário, agora (imagine-se!) líder de três partidos. Portanto, percebo que essa capacidade de manobra de diversão e até as suas recorrentes contradições, imagine-se o que o senhor já disse do Presidente do Governo até com afirmações gravíssimas em termos pessoais e já veio até dizer exatamente o contrário.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Não quero dizer com isto que o Sr. Deputado vá um dia me elogiar. Não é isso que eu pretendo. Mas o que é certo é que o senhor faz e consegue promover tantas contradições que até isso pode acontecer.

O senhor diz que coloco-me numa posição de vítima. Não tenho feitiço, nem capacidade para isso.

Diz que fui tanta vez contestado. Pois, até nesta Assembleia já fui elogiado por dois deputados da oposição. Imagine lá! Efetivamente durante aquele período na Portos dos Açores devo confessar que fui muitas vezes elogiado, mas também confesso que esse elogio deve ser estendido e principalmente direcionado a uma equipa extraordinariamente profissional que existe na Portos dos Açores e que foi liderada até há bem poucos dias pelo Eng.º Francisco Silva, de boa memória para aquela empresa, e felizmente agora está num

processo de reforma. Portanto, é para eles que se deve dedicar estes grandes elogios.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Diz o Sr. Deputado ...

Presidente: Sr. Deputado Miguel Costa, o senhor tem de terminar.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Fala o tempo que quer, é dono disto tudo!

O Orador: ... porque razão não apresentou o estudo?

Oh, Sr. Deputado, eu não apresentei o estudo porque o relatório final ainda não existe. Seria o mesmo deputado que viria a esta Casa, se eu tivesse apresentado o estudo, sabe quando?

Quando surgiram os primeiros resultados preliminares em outubro e se eu tivesse utilizado esses resultados preliminares em outubro o senhor acusava-me de ter sido um aproveitamento eleitoral e não foi isso que a Portos dos Açores fez e não é isso que importa. O que importa é fazer o porto da Horta, com a melhor solução possível, com todos os esclarecimentos retirados da opinião pública e que isso seja, acima de tudo, um desígnio desta bancada, destes governos ...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: ... destes partidos políticos, possam fazer o melhor pela terra, pelo Faial e pelos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, permita-me que informe a câmara que o Partido Socialista esgotou o seu tempo para este debate.

Muito obrigado

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bem, o primeiro que sabe que esgotou o seu tempo e que não o deveria ter feito é o Sr. Deputado Miguel Costa, porque depois não pode responder.

Deputado João Vasco Costa (PS): Pergunte os seus colegas!

O Orador: Agora, se esgota o seu tempo a responsabilidade é sua e não é de mais ninguém nesta câmara. Isto é uma informação importante.

Diz aqui o Sr. Deputado Nuno Barata que ele ainda tem tempo. Eu já vi que o Sr. Deputado Miguel Costa tem aqui um guardião fiel.

Eu quero dizer o seguinte: diz V. Exa. que poderia ter aproveitado esta situação, diz V. Exa. que do ponto de vista eleitoral ainda bem que não aproveitou, porque V. Exa. é o coveiro do Partido Socialista no Faial. Tem esse mérito. Perdeu as eleições e é por sua causa e pela sua gestão deste dossier.

Mas também lhe digo uma coisa, sendo V. Exa. licenciado em Direito, vejo que V. Exa. tem uma certa petulância agora de ter um certo conhecimento em engenharia.

Pois, digo-lhe uma coisa: eu desconfio sempre de quem quer fazer passar por habilitações aquilo em que efetivamente não é habilitado.

Devo fazer também muito rapidamente uma pergunta. Tenho aqui uma fotografia, um velho truque, como Vs. Exas. dizem, mas é muito importante, porque esta fotografia do porto da Horta (uma fotografia aérea) mostra onde é que está o molhe norte e mostra o porto.

(Neste momento, o Orador mostra uma fotografia à câmara)

É preciso olhar para a proposta do Bloco de Esquerda. O que é que diz a proposta do Bloco de Esquerda?

Muito sinteticamente: “No sentido de incluir a realização de uma auditoria técnica ao projeto e à construção do molhe norte avaliando a sua eventual implicação na boa funcionalidade e segurança no interior do porto.” Número um.

O número dois daquilo que é pedido é o seguinte: “Encomende ao LNEC o estudo de apresentação de soluções técnicas necessárias e consideradas ótimas para o porto da Horta sem excluir como potencial solução modificações no molhe norte.”

Deputado Miguel Costa (PS): Se os ensaios dissessem isso!

O Orador: Sr. Secretário, daquilo que tem conhecimento do estudo, que deve ser superior àquilo que o Sr. Deputado Miguel Costa tem em relação ao estudo, uma vez que tutela a empresa, diga-me se isto foi feito.

Deputado Francisco César (PS): O senhor estava a mostrar o papel há bocado! Apanhámo-lo lá fora!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados do Partido Socialista!

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve locução à Assembleia Legislativa para constatar que afinal ao fim destes anos todos de governação do Partido Socialista não se conseguiu ultrapassar os problemas que assolam a construção do novo porto da baía da Horta e nesta medida, lamentando que efetivamente no jogo do esconde, mas

não esconde, do estudo que afinal não existe, conforme foi aqui ontem expressamente referido pelo Sr. Secretário, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não, não!

O Orador: ... que a auditoria técnica ao molhe norte do porto da Horta não existe, o Sr. Secretário foi claro aqui em referir isso e não existe inclusivamente como o Sr. Deputado Miguel Costa acabou de referir as conclusões do estudo sequer.

Portanto, tal como eu disse ontem e reafirmamos, e a bancada parlamentar reafirma, se efetivamente não existe estudo não temos outra solução, em nome da defesa dos interesses dos Açores, realizar todos os estudos para suprir as deficiências e a inépcia governativa do Governo Regional do Partido Socialista e da Portos dos Açores não superiormente dirigida por V. Exa..

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia** (*Mário Mota Borges*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas do Governo:

Em resposta à questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão eu vou aqui passar novamente o título do estudo que sabemos, e conforme foi transmitido ontem, que existe apenas um relatório preliminar do qual tivemos um acesso muito limitado e, portanto, o estudo é tão simples como isto: ‘Um estudo de

agitação marítima – análise comparativa dos resultados obtidos no modelo físico e no modelo matemático.’

Portanto, modelo físico costuma a ser, a menos que este tenha sido diferente, um modelo reduzido e quem habitualmente os faz é o LNEC.

O modelo matemático normalmente é um modelo utilizado pelo projetista e, portanto, é um modelo mais simples, mais rápido. Portanto, se for fiável pode substituir em termos de distribuição ou previsão da distribuição da agitação devido à inclusão de um novo objeto do novo porto prever as consequências desse novo objeto naquele espaço onde se projeta fazer uma intervenção.

Deputado João Vasco da Costa (PS): Há estudo ou não há estudo?

O Orador: Portanto, o conhecimento que temos é este. O relatório provisório não foi divulgado. Esperamos que o relatório final seja entregue e depois analisado. Nessa altura, faremos uma pronúncia relativamente a ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Ávila (PS): Então há estudo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Regional pede a palavra para?

Deputado Miguel Costa (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, para fazer um requerimento oral à Mesa, tão simples quanto isso. Pedir que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores solicite ao Governo o seguinte: o contrato de prestação de serviços de execução de ensaios em modelo físico, revisão de projetos de execução de obras marítimas e redes técnicas gerais, revisão do RCAAP, elaboração dos estudos complementares de projeto de requalificação do porto da Horta. Foi isto que foi contratado pela Portos dos Açores com um valor de 180 mil euros, aproximadamente.

Depois também nesse requerimento oral...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que figura regimental é essa?

O Orador: Requerimento oral! Veja o Regimento.

..., Sr. Presidente, para solicitar, agora sim, aquilo que o Sr. Secretário acabou de anunciar, o ‘Estudo de agitação marítima – análise comparativa dos resultados obtidos pelos modelos físico e matemático’, encomendado e feito pela empresa WW, Consultores de Hidráulica. O primeiro refere-se a um contrato (e o que se pretende é o relatório final do Laboratório Nacional de Engenharia Civil) e o outro é o estudo e a análise comparativa feita pela WW, até porque os técnicos da Portos neste momento estão a rir do que se está aqui a passar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Sr. Deputado Rui Martins, pede a palavra para participar no debate?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

Eu saí daqui ontem à noite, saímos todos, aliás, já a pensar que este debate estaria mais ou menos esclarecido, ou seja, segundo o Partido Socialista, ou pelo menos o Deputado Miguel Costa, estes estudos já estariam realizados, estaríamos à espera dos resultados, por isso aquilo que o Bloco de Esquerda pediria eventualmente até já estará estudado e ficaremos aguardar esses dados.

Mas a realidade é que agora chegamos aqui e o Deputado Miguel Costa vem e ainda me deixa tempo para eventualmente lhe retirar o elogio. Era isso que queria?

Não era, certamente, mas também não retiro. Há uma parte que deve ser elogiada, mas não posso elogiar que, mesmo dormindo sobre o assunto, chegou aqui hoje de manhã e não nos disse se efetivamente aquilo que o Bloco de Esquerda propõe foi ou não foi estudado.

Depois, aquilo que também era importante saber era quais é que foram os prazos de entrega estipulados ...

Deputado Miguel Costa (PS): Vai chegar à Mesa!

O Orador: ... na altura para cada um desses documentos que o senhor pediu que a Mesa entretanto fizesse chegar. Quais é que eram os prazos de entrega e porque é que não distribuiu esses documentos eventualmente os cadernos de encargo anteriormente para que houvesse mais clareza, mais transparência e para que toda a gente estivesse na posse da mesma informação, sobretudo a comunidade portuária do porto da Horta que, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Está no contrato!

O Orador: ... obviamente, foi aquela que sempre demonstrou muitas preocupações e muitas suspeições fundadas da parte deles, segundo a argumentação dessa comunidade portuária, infundadas, segundo o Partido Socialista.

A realidade é que ao fim destes anos todos os senhores continuaram sem conseguir esclarecer a opinião pública e as pessoas que operam nesta zona portuária se efetivamente fizeram ou não fizeram os estudos e se está ou não está acautelada uma solução que possa minorar os impactos da agitação marítima dentro da bacia sul e que efetivamente não se ponha em causa o espelho de água magnífico que sempre definiu e marcou a atratividade do porto da Horta enquanto porto para o iatismo, bem como a baía abrigada para o porto comercial.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deste debate que está naturalmente a chegar ao fim, ficamos a perceber e que informação que também já era pública, que há de facto um estudo. Agora se o estudo cumpre na íntegra aquilo que está proposto nesta proposta de resolução continuamos com naturais sérias dúvidas. Se não fosse, naturalmente não teríamos feito a proposta, nem a mantido durante todo o debate.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Exatamente. E foi o que PS fez, foi manter a dúvida!

O Orador: O que é verdadeiramente importante é que a partir da aprovação previsível desta proposta sem, ao que parece, oposição, eventualmente com a abstenção do Partido Socialista, como já anunciado, o Governo toma em mãos a resolução, o seu objeto, a sua parte resolutiva e analise aquilo que foi pedido, tendo em conta que já tem acesso aos relatórios prévios, ao LNEC, ao projetista, tendo em conta o contrato que até aqui já foi citado e que é público, está no portal dos contratos públicos.

É isso que agora se pede ao Governo com esta proposta, que ela tenha (e parafraseando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro ontem, noutra iniciativa) o efeito prático que ela pretende, o efeito prático de se garantir que todos os estudos são feitos e que todas as hipóteses são colocadas em cima da mesa e que depois assim haja uma decisão política mais avalizada em colaboração e em diálogo com os operadores portuários e com as entidades também responsáveis na ilha do Faial, nomeadamente com o município da Horta e a Comissão Municipal para os Assuntos do Mar.

Falta dizer apenas uma coisa: é que se o efeito prático ainda está por cumprir e ainda pode ser cumprido, porque vamos a tempo, o efeito político desta proposta está plenamente conseguido. Que haja uma tomada de posição deste Parlamento maioritária para garantir que efetivamente aquilo que se fizer no porto da Horta seja bem feito e sirva os operadores, sirva a ilha do Faial, sirva a cidade da Horta e sirva essencialmente os Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já aqui esta semana se disse que muitas vezes nas palavras se diz aquilo que não se quer dizer e outras vezes se diz aquilo que se quer dizer, mas não se diz aquilo que se quer dizer. E este caso é um caso desses.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de nos trazer, ou de nos relembrar aqui, que um dos pontos resolutivos desta proposta do Bloco de Esquerda, que também já aqui disse que a Iniciativa Liberal se vai abster, não tem nada contra que se recomende ao Governo que faça mais 40 estudos sobre o porto da Horta, apesar de ser o porto mais estudado da Península Ibérica, é que isto tudo reside sobre o cais norte.

Ora, qualquer obra que se projete para o porto da Horta a partir deste cais norte que está pronto tem de ter em conta o cais norte, porque ele existe, está ali para toda a gente ver. É uma massa enorme de betão que está ali e uma massa enorme de betão que obviamente tem efeitos sobre a agitação marítima dentro do porto da Horta.

Portanto, nunca é possível fazer um estudo, seja ele matemático, seja ele físico em modelo reduzido, seja ele o que for, esquecendo o cais norte do porto da Horta. A não ser que aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão me está a querer

dizer é que se pretende destruir o cais norte do porto da Horta para aumentar uma área dentro da baía do porto da Horta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: Isso aí é uma outra coisa. Ou então pretende o Bloco de Esquerda e o PPM (que eu não sou guardião do Sr. Deputado Miguel Costa, sou guardião dos eleitores que em mim votaram para estar aqui os representando), mas parece-me que o senhor também está aqui numa espécie de guardião do Sr. Deputado ... Além de ser o ponta de lança daquela bancada toda, é também o guardião do Sr. Deputado António Lima.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: O senhor não perde um momento de atacar, mas há coisas que são mais fortes, Sr. Deputado.

Já lá vamos! A mando é uma expressão muito forte. É uma expressão que o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, talvez imaginando-se no seu espaço de ilustre causídico nos tribunais de Ponta Delgada, usou assim de uma forma um pouco leviana, porque se há coisa que um liberal não é, é a mando seja de quem for, Sr. Deputado. Isto eu posso lhe garantir! Muito mais próximo do libertário do que andar a mando seja de quem for! Registe, porque isto ainda lhe pode fazer falta durante toda esta legislatura, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas se V. Exa. é libertário como é que está próximo do Bloco de Esquerda?

O Orador: Muito mais próximo daquilo que o senhor possa imaginar. Não se preocupe com isso! Não tenho complexos ideológicos. O meu único complexo ideológico é com a liberdade, Sr. Deputado, que é bem diferente de estar

dependente de decisões de outros ou de ser ponta de lança das decisões dos outros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está enganado! Sou guarda-redes!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado Paulo Estêvão conhece bem isso!

O Orador: É complicado estar sozinho, mas tem vantagens, Sr. Deputado, tem muitas vantagens.

Não haja dúvidas que estamos aqui perante uma situação que nos parece que se está a tentar mais uma vez adiar uma solução para o porto da Horta, fingindo que se está tratando de uma solução para o porto da Horta. Essa é que é a questão.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem muito pouco tempo, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Está a ver, Sr. Deputado Miguel Costa, como é que se faz? Ainda temos tempo. Quero dizer muito rapidamente, tenho realmente muito pouco tempo, o seguinte.

Sr. Deputado Nuno Barata, afinal quem está próximo do Bloco de Esquerda é V. Exa. que proclamou-se aqui libertário, portanto, libertário é exatamente o contrário de liberal.

As palavras são muito parecidas, mas V. Exa. ser libertário está próximo, muito próximo do Bloco de Esquerda.

V. Exa. o que fez aqui foi um exercício de criatividade e digo-lhe uma coisa: a comparação que V. Exa. fez de aproximação entre o Bloco de Esquerda e o PPM é inverosímil. Leia os artigos do Sr. Deputado António Lima e vai ver.

Deputado Nuno Barata (IL): E os seus!

O Orador: Os meus não vale a pena!

Sobre esta matéria isto é muito simples.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: É a questão central e termino. A questão central que o Bloco de Esquerda apresenta, para mim, enquanto deputado, aquilo que está escrito numa resolução, ou num projeto de resolução, ou numa iniciativa, são como as sagradas escrituras.

Deputado João Vasco da Costa (PS): Onde isto já vai!

O Orador: Nós temos que votar aquilo que aqui está escrito e aquilo que aqui está escrito ficou provado neste debate é que nada daquilo que o Bloco de Esquerda quer fazer e que o PPM e outros partidos vamos viabilizar no Parlamento foi feito. Esta é a verdade! Nada do que o Sr. Deputado propõe, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe, aqui foi feito e nós consideramos que deve ser feito.

Deputado José Ávila (PS): Mas não foi isso que o senhor disse!

O Orador: Nós e a esmagadora maioria da sociedade faialense. Nós e a maioria estamos muito bem acompanhados!

Tem V. Exa. razão. Já não estou sozinho. Estou muito acompanhado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Também de forma muito rápida para procurar, pelo menos da nossa parte, concluir este debate.

Em primeiro lugar, registar que o Sr. Deputado Nuno Barata acabou de reconhecer aqui o que tem sido negado do Partido Socialista ao longo dos anos, que a construção do molhe norte provocou alterações na agitação marítima na bacia sul do porto da Horta.

Deputado Nuno Barata (IL): Não disse nada disso!

O Orador: Referiu exatamente isto há pouco, que há ali uma massa de betão que naturalmente tem implicações na agitação marítima no interior do porto e esse aspeto tem sempre sido negado pelo Partido Socialista. Ainda bem que temos aqui, pelo menos de outras forças, também uma clarificação desse ponto. Relativamente às outras questões. Efetivamente o Sr. Deputado Miguel Costa na interpelação que fez e solicitou dados à câmara ou ao Governo, poderia ter efetivamente fornecido esses dados.

Deputado Miguel Costa (PS): Não posso! Já não sou presidente!

O Orador: O Governo Regional do Partido Socialista e o senhor como Presidente da Portos dos Açores podiam ter fornecido esses documentos, nomeadamente aos órgãos desta ilha, à Assembleia Municipal da Horta, quando os solicitaram. Mas vem sempre a tempo de agora que está na oposição de vir solicitar esses mesmos documentos.

Relativamente ao arrastar do processo que o senhor também referiu. Sr. Deputado Miguel Costa, o senhor realmente merecia que lhe fossem retirados os elogios, porque o arrastar do processo resultou muito simplesmente disto: houve um primeiro projeto que, segundo a bancada do Partido Socialista, era o melhor do mundo; depois, houve um segundo projeto, que também era o melhor do mundo; e, depois, houve uma terceira versão em que agora é que é.

Porque se não tivesse havido versões sucessivas que nunca conseguiram responder aos anseios dos operadores portuários, nós efetivamente não tínhamos visto este processo arrastar-se ao longo de tantos anos.

Para concluir, o que fica realmente deste debate e desta iniciativa é, por um lado, que a iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda em 2008 e que foi chumbada por uma maioria do Partido Socialista musculada nesta Assembleia vai ser agora aprovada num Parlamento muito mais plural. Essa é uma conclusão fundamental deste debate.

A outra conclusão que fica também deste debate é a cambalhota política ...

Deputado Tiago Branco (PS): Não havia consequência prática!

O Orador: ... do Partido Socialista, que antes era contra e agora abstêm-se. Não dão a cambalhota completa, mas dão uma meia cambalhota como hoje já vimos e vamos ver daqui a pouco neste Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Só para clarificar, eu não disse que o molhe norte do porto da Horta tinha criado constrangimentos na navegação no porto comercial da Horta. Bem pelo contrário.

Agora, o que é uma evidência, aquilo que eu constatei foi essa evidência. É que qualquer massa que se construa dentro, fora, nas proximidades na linha do porto da Horta cria alterações na agitação marítima dentro de qualquer porto.

Portanto, isto é uma evidência. Penso que qualquer criança da 4.º classe consegue perceber isso.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

O Orador: Agora, criar constrangimentos é diferente.

O Sr. Deputado consegue-me dizer quantos cancelamentos existiram, quantas manobras não puderam ser feitas no porto da Horta por causa do cais norte?

Zero! Se é zero, não criou constrangimentos. Essa é que é a questão.

Deputado José Ávila (PS): Exatamente!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, eu utilizei a expressão que utilizei, mas não a utilizei de forma leviana. Não a utilizei de forma leviana!

Porque quem disse aqui, nesta Assembleia, que tinha encarregue o senhor enquanto funcionário da Portos dos Açores foi o Presidente da Portos dos Açores ...

Deputado Miguel Costa (PS): Não disse isso! Leia a transcrição!

Deputado João Vasco da Costa (PS): Venha a transcrição!

O Orador: ... que disse que o Sr. Deputado tinha, enquanto funcionário, tornado público um conjunto de conclusões. Não fui eu que disse. Está aqui, se for preciso peço a transcrição.

Deputado João Vasco da Costa (PS): É preciso!

O Orador: Todos nós ouvimos o que foi dito. Portanto, limitei-me a constatar algo que foi dito pelo Sr. Deputado Miguel Costa.

Em segundo lugar, lamentar profundamente o tom que este debate teve, porque desde o Deputado Nuno Barata dizer que não podia participar no debate, porque tinha informação privilegiada e que se ia abster, depois participa da forma como participou; a bancada do Partido Socialista que diz que tem os estudos guardados, ...

Deputada Ana Luís (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: ... mas que não partilha connosco realmente que estudos é que são e se esses estudos são ou não são suficientes para nós tomarmos uma deliberação nesta Casa, em consciência, e com salvaguarda e superior interesse dos Açores, o que verificamos aqui é que isto não é um debate sério. É por isso que nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar de ter em consideração a seriedade da proposta de resolução apresentada pelo Bloco de Esquerda, esta sim, responsável e com o centro na salvaguarda dos interesses dos faialenses e dos Açores. Simples quanto isso!

Deputado Miguel Costa (PS): O único responsável sério desta Casa é o senhor!

O Orador: Por isso, a bancada parlamentar do PSD vai votar, Sr. Deputado António Lima, favoravelmente ao seu projeto de resolução.

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor não vê a reação da sua bancada quando fala!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado Nuno Barata tem muito pouco tempo. Faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

São 30 segundos.

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, eu ontem relevei propositadamente uma sua afirmação: “Vamos ser sérios!”. Ontem relevei!

Hoje, pela segunda vez, não relevo. O senhor nesta Casa e na sua vida não é mais sério do que eu. Ok! Que fique registado, Sr. Deputado!

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Ontem relevei, hoje já não relevo porque é a segunda vez. A reincidência é grave como o senhor bem sabe.

Quem tem acesso àquilo que eu tenho ou que o Sr. Deputado Miguel Costa tem, tem o Governo, e o senhor como líder da bancada que suporta o Governo tem mais acesso do que eu.

O senhor não leu porque não quis. O Sr. Secretário se não sabe é porque não quer. O Sr. Presidente do Governo se não fala é porque não quer. E têm todos a mesma informação que eu tenho ou que o Sr. Deputado Miguel Costa tem.

Os técnicos da Portos dos Açores, como o Sr. Deputado Miguel Costa diz, estão lá em casa rindo à gargalhada. Rindo à gargalhada!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral pede a palavra para?

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Defesa da honra.

Presidente: Defesa da honra a?

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, para a Mesa poder decidir se dá a palavra ao Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral tem de ouvir o argumento e os senhores não me permitiram ouvir.

Faça favor, Sr. Deputado, para justificar.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Deputado Nuno Barata, o senhor de uma forma enviesada procura trazer a debate algo que insiste em

que não fui eu que disse. Fique bem claro: o senhor não é mais sério do que eu e eu também tenho a certeza que não serei mais sério que o senhor.

Deputado Nuno Barata (IL): Muito obrigado!

O Orador: Agora, o senhor não pode é vir aqui de uma forma enviesada imputar uma afirmação que não foi minha, foi do Sr. Miguel Costa enquanto Presidente da Portos dos Açores, que disse aqui, nesta Assembleia. Não fui eu! Ele é que disse que tinha encarregue o senhor de uma determinada missão. Ponto.

Para quem é liberal como o senhor, aqui está a sua contradição.

Deputado Nuno Barata (IL): Foi o senhor que disse que vamos ser sérios!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, querendo, tem três minutos para dar explicações.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, aquilo que eu disse não me referia àquilo que disse o Sr. Deputado Miguel Costa, nem à questão do “mando”. O senhor pode usar as palavras que quiser, são suas, consigo ficam.

O que eu relevei ontem foi o senhor ter dito “vamos ser sérios”, quando o senhor falou a primeira vez, como se nós não tivéssemos sido sérios no debate que fizemos.

E hoje, aqui, há pouco, voltou a fazer a mesma coisa. Mas ainda bem que o senhor reconhece que não é mais sério do que eu, nem eu sou mais sério que o senhor. Todos aqui somos sérios até provem o contrário. Exatamente!

Foi só isso e nada mais! Não tem nada a ver com o “mando” ou nem sem ser o “mando”.

Ainda lhe digo mais, Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral: honra-me ter cumprindo as minhas funções profissionais e tudo aquilo que me foi pedido profissionalmente antes e nunca foi a “mando”. É a solicitação de ...”.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sem dúvida!

O Orador: Não vou aqui revelar inconfidências, mas com o Sr. Deputado Miguel Costa tive muitas discussões internas, que não são trazidas aqui para o caso, muitas mesmo, portanto, não vale a pena a gente estar a falar desse assunto.

Mas garanto-lhe uma coisa: os resultados foram sempre bons.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, pede a palavra para?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Para participar.

Presidente: Para participar no debate. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

O Deputado Nuno Barata agora já não tem tempo, mas de qualquer das formas, quando pediu a intervenção, ele ainda não tinha esgotado o seu tempo, mas o Deputado Nuno Barata estava habituado obviamente a ver de fora que havia uma bancada, do Partido Socialista, que não precisava usar do expediente normal que qualquer deputado pode utilizar para fazer solicitações ao Governo e obter a informação. Ou seja, telefonavam e tinham essa informação.

Não é o caso destas bancadas que aqui estão.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

O Sr. Deputado Nuno Barata está exatamente em pé de igualdade com qualquer deputado. Eu e esta bancada do CDS a informação que quisemos obter acerca do porto da Horta fizemos um requerimento e estamos à espera obviamente da resposta. Nos tempos normais ainda está tudo dentro dos prazos. Por isso, não

tem o Deputado Pedro do Nascimento Cabral qualquer tipo de vantagem sobre o Deputado Nuno Barata no acesso à informação.

Solicitámos, fiz um requerimento (exatamente!) a perguntar se havia estudo e se houvesse ...

Deputado Miguel Costa (PS): Não solicita o estudo!

O Orador: Leia o requerimento! É público! Está lá! Se há estudo que seja facultado.

O Sr. Deputado Miguel Costa é que não leu o requerimento e agora está a “tirar verdes, para acolher maduras”, mas não é assim.

Agora, o que eu gostaria que o Sr. Deputado Nuno Barata tivesse feito exercício da sua liberdade e uso da sua liberdade que tem, e obviamente ele não está na bancada do Partido Socialista, está na sua bancada, nas suas justificações, ou pelo menos tendo a liberdade que o Partido Socialista nunca teve para dizer claramente e assumir os erros que eventualmente foram feitos, poderia ter dito, pelo menos descrito um pouco sobre o assunto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Obviamente ninguém quer destruir o molhe norte. Seria idiota ir agora destruir um investimento que todos os açorianos contribuíram e a obra está feita.

Mas agora não é idiota, ou pelo menos não será menos responsável, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

... (e era isso que eu gostaria que eventualmente até nos Passos Perdidos me pudesse explicar), se não considera que se devam pensar soluções no molhe norte, ou se ele introduziu agitação ou qualquer tipo de ... Ou seja, se a obra feita foi mal feita, se não se deveriam pensar em soluções que pudessem minimizar o entulhamento do espelho de água a sul. É só! Tão simples quanto isso!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 46/XII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, foi aprovado com 31 votos a favor e 26 votos de abstenção: 21 votos a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 2 do CHEGA; 2 do BE; 2 do PPM e 1 do PAN; ...

(Pausa)

Peço desculpa. Repito.

O Projeto de Resolução n.º 46/XII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, foi aprovado com 29 votos a favor e 28 abstenções: 21 votos a favor do PSD; 3 do CDS-PP; 2 do BE; 2 do PPM e 1 do PAN; 25 abstenções do PS; 2 do CHEGA e 1 da Iniciativa Liberal.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos avançar na nossa Agenda.

Ponto n.º 22: “Pedido de Urgência ...”

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, para uma declaração de voto, se faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Apenas para que fique registado que o PSD congratula-se com a aprovação desta resolução aprovada por esta Assembleia da iniciativa do Bloco de Esquerda e regista de facto mais uma cambalhota da bancada do Partido Socialista ...

Deputada Ana Luís (PS): Não pode fazer isso numa declaração de voto!

O Orador: ... que depois de um debate tão acalorado como este veio ao encontro da aprovação positiva desta resolução.

Deputada Ana Luís (PS): A declaração de voto não serve para isso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

As declarações de voto servem para justificar o voto das nossas bancadas e não nos podemos dirigir na declaração de voto às outras bancadas. Isso é uma regra que está há muito estipulada e, portanto, peço-vos a vossa ajuda na condução dos trabalhos, porque se tiver de vos advertir todas as vezes para esta realidade nós não saímos daqui.

Sr. Deputado Tiago Branco, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista absteve-se nesta proposta, porque como ficou aqui evidenciado, até pelo próprio Governo, aquilo que está aqui proposto pelo Bloco de Esquerda está efetivamente assegurado no estudo já encomendado pela Portos dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, nessa medida achamos que esta proposta é inconsequente, serve apenas para marcar o momento político sobre essa matéria, mas é inconsequente. Faria sentido efetivamente se tivessem aguardado precisamente o resultado dos estudos e depois avaliar que posição tomaria o Bloco de Esquerda sobre essa matéria.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Por isso se absteve!

O Orador: O Partido Socialista também absteve-se nesta votação, porque não queremos, através de um voto favorável a esta resolução, ficar ou contribuir para que isso seja uma desculpa para este Governo lavar as mãos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor viabilizou!

O Orador: ... neste processo e não fazer aquilo que é preciso fazer no porto da Horta.

Porque efetivamente está visto por todos o que foi dito: todos defendemos a mesma coisa nos objetivos que são necessários para o porto da Horta, só que ao longo dos últimos anos nós tivemos propósitos diferentes. Enquanto o Partido Socialista e os governos do Partido Socialista empenharam-se em encontrar as melhores soluções para responder aos desafios necessários para o porto da Horta; outros preocuparam-se apenas em atacar o Partido Socialista para tirar dividendos político partidários em detrimento do desenvolvimento do Faial e em detrimento da valorização do porto da Horta ...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... para que ele não fique para trás perante os investimentos que estão a feitos noutras ilhas e no mundo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Votei favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda, porque quis ser conseqüente com a minha posição nesta matéria.

Quando as propostas são inconseqüentes voto obviamente contra.

Deputado Tiago Branco (PS): É o caso!

O Orador: É isso que eu faço. Mas não é isso que todos fazem.

Mas devo dizer que voto a favor, porquê?

Porque estou a votar os pontos resolutivos da proposta e a proposta o que é que nos apresentava aqui, que eu concordo e por isso votei favoravelmente?

“Alarga o âmbito atual da solicitação da Portos dos Açores ao LNEC no sentido de incluir a realização de uma auditoria técnica ao projeto e à construção do molhe norte.”

Isto não foi feito e isto não foi estudado.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós verificámos, pelas respostas do Sr. Secretário, que não é isto que está no estudo. Por isso, votei favoravelmente, porque pretendo que isto seja feito e não foi feito como ficou provado.

“Avaliando a sua eventual implicação na boa funcionalidade e segurança interiores do porto.”

Isto também não foi feito e gostaria que isto que fosse feito. Isto é reivindicado pela maioria esmagadora da população da ilha do Faial. É proposto pelo Bloco de Esquerda, eu concordo e voto favoravelmente.

Ponto número dois: “Encomende ao LNEC o estudo e apresentações de soluções técnicas necessárias, [e saliento este aspeto] consideradas ótimas para o porto da Horta ...

Deputado Tiago Branco (PS): Uma mentira dita muitas vezes não se torna verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ... sem excluir como potencial solução modificações ao molhe norte.” Ou seja, que fossem estudadas soluções ótimas.

O estudo que foi solicitado não fez isto, isto não foi feito e os faialenses têm direito a que sejam estudadas soluções ótimas. Por isso, é que eu voto favoravelmente este voto. Este voto pretende que sejam estudadas soluções ótimas e não soluções que o anterior Governo do Partido Socialista pretendia implementar.

Nós queremos saber se existem soluções melhores, nós queremos saber se no porto da Horta ...

Deputado Tiago Branco (PS): Vocês não querem é fazer!

O Orador: ... se pode fazer uma intervenção de melhor qualidade que possa atingir melhores resultados.

Estou a favor disto e por isso é que votei favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda. Isto não foi feito, isto não foi estudado, isto não está em nenhum estudo, isto efetivamente, em relação a estes vários cenários, porque soluções ótimas são vários cenários, a projeção de vários cenários que melhoram as condições do porto da Horta.

Isto foi feito?

Não foi feito.

Isto foi estudado? Está neste estudo?

Não está neste estudo.

É por isso que voto favoravelmente a uma pretensão que me parece válida, porque (e termino) o que é que nós pretendemos neste processo todo?

É que a intervenção num dos melhores portos do mundo seja uma intervenção como aqui está “ótima”. “Ótima”! E este Governo o que pretende para o Faial, como para o resto dos Açores, são as melhores soluções, são as soluções ótimas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente este projeto de resolução da nossa autoria, porque considera que efetivamente este estudo aprofundado sobre todas as soluções para o porto da Horta é fundamental que seja feito e essa também é a vontade de muitos e muitos faialenses e é a vontade de muitos peticionários que fizeram chegar a esta Casa uma petição discutida no plenário passado.

A proposta que apresentamos é consequente, é razoável e é prudente. Não percebemos que se diga que se podem eventuais soluções reperfilar, por exemplo, no cais comercial, mas que o molhe norte não possa ser mexido, que não possa ser tocado.

Todas as soluções e todas as possibilidades devem estar em cima da mesa para que depois o Governo, que é quem tem essa responsabilidade, decida com toda a informação e com todos os estudos feitos.

Apenas para terminar uma última palavra: que ninguém nos acuse de querer fazer atrasar este processo, porque em 2017 nós apresentámos a mesma

proposta, estamos em março de 2021 e a obra não está feita. Isso não foi responsabilidade do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Executivo:

O Grupo Parlamentar do CDS vota a favor desta iniciativa, porque é coerente com as posições que assumiu anteriormente em iniciativas do mesmo teor e porque neste debate não ficou claro e evidente que o que é solicitado nesta iniciativa esteja salvaguardado ou executado.

De outra forma, e porque somos um partido responsável, não poderíamos aprovar ou viabilizar uma proposta que apenas visasse reincidir sobre o que já se fez, viabilizar gastos desnecessários e, em última análise, atrasar os investimentos que se impõem para o crescimento económico desta ilha.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Chega absteve-se nesta votação desta iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda, porque entende que não se pode adiar mais no tempo esse assunto do porto da Horta.

Como disse ontem o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, corre-se o risco de no meio de tantos estudos se perder a oportunidade e essas oportunidades podem ser determinantes para o futuro da Horta, do povo da Horta e dos Açores.

Por esta razão abstivemo-nos não porque somos contra os estudos, mas porque há momentos em que é preciso tomar decisões corajosas e o adiar dessas decisões normalmente traz custos a prazo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora sim, vamos avançar para o próximo ponto da nossa Agenda:

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 47/XII – “Recomenda ao Governo Regional a elaboração de um plano de recuperação da atividade assistencial na área da saúde”.

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para a apresentação da urgência dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência justifica-se, porque de facto todos sabemos que a pandemia teve como efeito colateral também o adiamento de muitos atos médicos, atos cirúrgicos também, de atividade nos hospitais e unidades de saúde de ilha e esse adiamento, na nossa opinião, julgo que é consensual, tem prejuízos sérios na saúde das pessoas, compreendendo que ele era em muitos casos, senão na sua totalidade, praticamente inevitável.

Agora, o que é fundamental, na nossa opinião, é que por um lado se conheça esse impacto, não só com a informação que existe ao nível das listas de espera, mas aprofundando esse estudo ao nível daquilo que foi adiado para que se consiga medir os impactos ao longo do tempo da pandemia na restante atividade da saúde, mas fundamentalmente, para além disso, elaborar um plano que permita recuperar e medir essa recuperação ao longo do tempo.

Essa matéria é naturalmente urgente, porque essas questões quanto mais cedo esse plano for feito e quanto mais cedo esse conhecimento existir, melhor, daí o nosso pedido de urgência para esta proposta que recomenda isso mesmo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O pedido de urgência colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, agora dou a palavra então ao Sr. Deputado António Lima para a apresentação da iniciativa. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pandemia causada pela COVID-19 teve um efeito muito negativo na prestação de cuidados de saúde, levando ao adiamento de consultas, cirurgias e exames complementares de diagnóstico no Serviço Regional de Saúde.

É por isso essencial, para além do reforço de meios e recursos humanos no Serviço Regional de Saúde, conhecer o real impacto da COVID-19 na atividade assistencial para planear a recuperação daquilo que foi adiado.

A retoma da atividade é difícil, dadas as já longas listas de espera existentes no pré-pandemia e a pressão que a pandemia continua a colocar sobre o Serviço Regional de Saúde, mas é absolutamente urgente que se faça.

Têm sido, ao longo da pandemia, vários os alertas de profissionais de saúde e das ordens profissionais para a necessidade de planear e retomar a atividade assistencial.

Todos já ouvimos as queixas dos utentes:

- Doentes cujo prazo máximo de resposta já foi ultrapassado, mas que continuam sem acesso a uma cirurgia;
- Doentes com dificuldades a ter acesso às consultas de médico de família;
- Doentes que continuam também, por exemplo (e dou este exemplo em concreto), em Rabo de Peixe, que me chegou muito recentemente, sem conseguir ter acesso a consultas a médicos de família na vila de Rabo de Peixe.

Na Região, até à data, em concreto, desconhecem-se os números exatos daquela que foi a atividade adiada.

Ou seja, quantas consultas ficaram por fazer? Quantas cirurgias? Quantos exames complementares de diagnóstico?

Talvez por isso, por esses adiamentos, as listas de espera não sejam até maiores do que são na realidade: porque muitos doentes poderão ter ficado para trás.

Nem o anterior nem o atual governo regional apresentaram ainda números da atividade do que ficou por fazer e vai continuar a ficar e continua por fazer, aliás.

Nem a aprovação por unanimidade, por proposta do PSD, de uma proposta para que fosse feito um levantamento da atividade adiada com conhecimento da Assembleia, fez com que esse trabalho fosse apresentado.

O mesmo se pode dizer na anterior legislatura, o mesmo se pode dizer do atual Governo, com a agravante de que este é liderado pelo partido que em maio fez essa proposta!

O PSD propôs na oposição, mas ainda não cumpriu enquanto Governo.

Apesar de tudo, a nível nacional o Governo da República lá foi apresentando alguns dados. Nos Açores, nada sabemos.

Isso é um sinal de duas coisas: ou de falta de transparência ou de falta de organização. Qualquer deles é grave.

É essencial e urgente conhecer em pormenor o impacto da COVID-19 na atividade assistencial do Serviço Regional de Saúde.

Sem esse conhecimento não é possível planear a recuperação da atividade assistencial adiada.

Sem esse planeamento, não é possível dar uma resposta às necessidades das populações.

Já basta de ouvirmos dizer que existem planos de retoma nos hospitais.

É fundamental a existência de um plano regional que seja do conhecimento público para que assim possa ser acompanhado e fiscalizado pelo Parlamento.

O Bloco de Esquerda propõe assim à Assembleia que recomende ao Governo a promoção do levantamento e elaboração de um relatório de toda a atividade assistencial em saúde adiada, nomeadamente, cirurgias, consultas e exames complementares de diagnóstico e terapêutica, nos hospitais e nas unidades de saúde de ilha, recomendando ainda que esse levantamento seja enviado à Assembleia.

Propomos ainda a apresentação, no prazo de dois meses, de um plano de recuperação da atividade assistencial na área da saúde que contenha, entre outros dados, uma calendarização da recuperação da atividade, a definição de metas de recuperação, a descrição das medidas a implementar no âmbito do desenvolvimento do plano, tais como, o recurso a produção acrescida, atividade convencionada, entre outras medidas consideradas essenciais para o seu cumprimento e finalmente devem ser definidas medidas de monitorização da execução do plano, que devem incluir, no mínimo, a publicação de um relatório mensal de execução.

O Bloco de Esquerda considera em suma que este plano é fundamental, não só para que se conheça a realidade na Região, mas também para deixarmos de navegar à vista e para responder às necessidades das pessoas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco traz-nos aqui uma iniciativa que recomenda ao Governo Regional o levantamento e a elaboração de um relatório do que é a atividade assistencial que foi adiada devido à Covid-19 e também a apresentação de um plano de recuperação dessa atividade assistencial na área da saúde, isto de uma forma muito generalizada, uma vez que o Deputado António Lima já leu mais ao pormenor.

Dizer que esta é uma preocupação que o Grupo Parlamentar do CDS acompanha e acompanha não é de agora. Acompanha desde o início da pandemia em que foi várias vezes em debates na Assembleia, em apresentação de propostas, também nesse sentido, essa preocupação, quanto à atividade assistencial que era necessário fazer perante aquilo que estávamos a viver quanto à Covid-19.

Sabemos que numa fase inicial a verdade é que teve de haver uma suspensão desta atividade, mas depois chegou o momento em que entendíamos que realmente esta tinha de ser retomada e relembro (também como o Deputado António Lima referiu) que em maio de 2020 foi aprovada nesta Casa uma iniciativa do PSD que previa exatamente isso, que era a acessibilidade dos cuidados de saúde na Região Autónoma dos Açores no planeamento e atendimento dos doentes não Covid.

Nessa altura, defendemos e continuamos a defender que é preciso acautelar que os doentes prioritários não Covid não sejam um dano colateral à pandemia.

Também dizer que é necessário efetivamente planificar e retomar de forma rigorosa e detendo o foco nos doentes e nos profissionais de saúde essa atividade assistencial.

Também é preciso dizer que esta situação das listas de espera antes da pandemia já era uma preocupação muitas vezes relatada por muitos de nós, tendo o CDS apresentado várias iniciativas na tentativa de reduzir essas listas de espera, que até mesmo no Plano e Orçamento de 2020 apresentámos uma iniciativa que previa que se fizesse um estudo de avaliação para a recuperação das listas de espera, na medida em que tínhamos apresentado no passado iniciativas que respondiam e que visavam agilizar o processo e melhorar o acesso à saúde por parte dos açorianos, como o CIRURGE, como o Vale Saúde. Chegámos também a propor também o reforço de verba quanto a essas ajudas, mas a verdade é que até então nunca conseguiram resolver a questão das listas de espera e foi aí que o CDS disse: “Bem, temos de perceber o que é que se está a passar, porque já se percebeu que injetar e atribuir mais verba não está a resolver a situação.”

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, o CDS tem tido sempre uma palavra e um olhar atento quanto a estas questões. Como tal, não podemos deixar agora de acompanhar esta posição do Bloco de Esquerda, pois a nossa postura é a mesma que tínhamos anteriormente ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e como tal iremos acompanhar esta iniciativa.

O que não podemos acompanhar o Sr. Deputado António Lima é naquilo que diz relativamente a este Governo, porque a verdade é que estamos a falar, primeiro, de uma problemática que já vinha de 24 anos de um governo

socialista que nunca conseguiu resolver e ultrapassar os constrangimentos que vivíamos no nosso Sistema Regional de Saúde, mesmo com os contributos dos outros partidos, porque não era só criticar, mas era criticar e apresentar soluções, e vir agora dizer que essa é a postura e a prática deste Governo.

Não podemos concordar quando ainda ontem recebemos o relatório de execução quanto ao que se refere ao Vale Saúde que aprova o sistema integrado de gestão de inscritos para a cirurgia na Região Autónoma dos Açores.

Não podemos concordar também quando (e todos temos acesso a essa informação) no Plano e Orçamento temos uma verba e uma ação destinada exclusivamente à retoma da atividade assistencial no setor com uma verba de 3,4 milhões de euros, como tal essas referências a este novo Governo não podemos acompanhar. Mas sem dúvida que acompanhamos aquela que é a preocupação trazida por esta iniciativa e, como tal, como já disse, iremos acompanhar.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Após longas horas de poesia em que apenas faltou “o mar enrola na areia e ninguém sabe o que diz”, falemos de saúde.

O Sr. Deputado Nuno Barata quer intervir também?

Fazemos em simultâneo?

Somos ambos liberais?

O senhor acha que não deveria estar aqui, mas eu acho que o senhor deve estar aí. Não sei!

Posto isto, é sempre muito mais forte o que nos une, do que o que nos separa e obviamente acompanhamos aqui as pretensões do Bloco de Esquerda, porque se há coisa que nesta Região deveríamos estar, para além da pandemia, muito preocupados é com a saúde: listas de espera, dívidas fenomenais e de um momento para o outro eis que chega o Covid e desaparece tudo. E de um momento para o outro tudo desapareceu. Houve até quem dissesse (aqueles senhores!) “nós agora estamos a tratar do Covid, ninguém nos aborreça.”

A verdade é que hoje nós não sabemos em que estado está a saúde. Dificilmente conseguimos dar resposta a isso, mas temos de ter esta resposta, porque em breve, esperamos nós, este tal vírus da Covid quando desaparecer há doenças que não desapareceram, há cuidados que não desapareceram, nós próprios envelhecemos. As coisas acontecem e há que prestar contas perante os açorianos, com mais ou menos veia poética, sobre o estado da saúde na Região e que nunca seja o Covid a desculpa para que os açorianos empurrem com a barriga, ou se deixem empurrar com a barriga, a sua saúde.

As listas de espera são uma urgência, como diz a Sra. Deputada e bem, são lutas antigas, as dívidas fenomenais, o estado dos profissionais, etc.. Assim nos associamos.

Muito obrigado.

(Neste momento, o Deputado Tiago Branco substituiu o Deputado José Gabriel Eduardo na Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Quental. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Ana Quental (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O acesso à saúde é um direito universal, numa sociedade que se quer democrática, e deve ser uma garantia a todos os açorianos!

Evidentemente que a pandemia veio adiar muitos cuidados de saúde, consultas e exames. As listas de espera já eram excessivas antes da pandemia, é evidente que aumentaram ainda mais com a mesma.

O combate às listas de espera é uma prioridade deste Governo, e está plasmada no seu programa!

Certamente que nas ilhas onde há meses que já não existem casos Covid, a retoma tem se feito de uma forma mais serena, tendo em conta, claro, todas as normas vigentes para evitar a propagação do vírus.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A retoma da atividade assistencial apresenta-se também com o programa CIRURGE e Vale saúde. É sem dúvida uma mais-valia para a recuperação das listas da espera, pois visa garantir acesso equitativo aos cuidados de saúde com um tempo de espera clinicamente aceitável e um maior controlo e transparência do processo de inscrição.

Os números atuais não enganam: a retoma no SRS já está a acontecer!

- Em novembro de 2020 ainda com o anterior governo, havia: 12.240 utentes inscritos em lista de espera para cirurgia.

- Em fevereiro deste ano, este número desceu para cerca de 11.500.

O que significa que 700 açorianos viram o seu problema resolvido e deixaram de estar em lista de espera para cirurgia.

Neste momento, estão a efetuar -se mais cirurgias no SRS.

No ano passado faziam-se em média 510 intervenções por mês.

Nos primeiros meses deste ano estão a ser feitas em média 748 cirurgias por mês.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ou seja, estão a operar-se mais cerca de 250 pessoas por mês.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Estes números são reveladores do bom trabalho que este Governo e obviamente os profissionais de saúde, estão a fazer.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este trabalho de melhoria dos cuidados de saúde vai ser ainda mais intensificado com o novo Plano e Orçamento.

O Governo prevê investir 485 milhões de euros no SRS.

É um esforço ímpar na história da nossa autonomia e que permitirá começar a resolver inúmeros problemas deixados pelo Governo socialista.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: A iniciativa do BE certamente irá merecer o voto favorável do PSD, porque vai ao encontro daquilo que este Governo já está a fazer como os números o demonstram.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal associou-se à urgência e vai associar-se a esta iniciativa do Bloco de Esquerda e não poderia ser de outra forma, até porque durante a campanha eleitoral esta foi uma das bandeiras que agitámos várias vezes.

Na verdade, Sr. Deputado António Lima, já ficou muita gente para trás. Na verdade, mais do que a recuperação das listas de espera que já eram longas, há que ter a noção daqueles que não tiveram a assistência necessária enquanto o Serviço Regional de Saúde esteve concentrado em se reajustar para fazer face àquilo que se temia e que felizmente não veio a acontecer, que seria uma enchente dos seus serviços por doentes Covid, abandonando assim todos, ou quase todos, os doentes não Covid, principalmente no que concerne aos meios de diagnóstico. Portanto, àqueles que nem fazem parte das listas de espera, porque nem se sabe que estão doentes, muitos deles nem sabem que estão doentes.

Portanto, mais do que fazer face às listas de espera é preciso acudir às pessoas e dar-lhes a assistência, principalmente aos doentes não Covid e àqueles que ainda não sabem que estão doentes.

A Região não teve nos últimos anos qualquer estudo de morbilidade, a Região não tem, de há um ano para cá qualquer estudo de mortalidade, portanto, não sabemos quantos morreram de não Covid a mais do que aqueles que era costume morrer, não sabemos que doenças entretanto apareceram (se houve doenças novas, se não há doenças novas) e é isso, Sr. Secretário, que me parece que está aqui encerrado nesta resolução do Bloco de Esquerda é que a Região invista também numa melhor análise de todos esses problemas, para dar assim uma melhor resposta a todos esses problemas.

Não se não soubermos o que temos, não sabemos o que podemos fazer para definirmos o caminho onde queremos chegar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Bloco de Esquerda traz aqui é mais um debate relativamente aos impactos da pandemia na vida dos açorianos e neste caso em concreto naquilo que diz respeito à saúde, conforme já discutimos aqui nesta semana, na cultura, no desporto, na economia e naquilo que é a atividade que está ligada ao problema com impactos obviamente muito mais significativos.

Devo dizer que a proposta em si coincide com grande parte daquilo que já está a ser feito. Devo confessar que certamente por dificuldade de comunicação, de falta de tempo de comunicação, não será do seu conhecimento, mas terei oportunidade agora, perante a iniciativa que toma, de lhe dar conhecimento de algo que já está a ser feito e que vai ao encontro daquilo que é a proposta do Bloco de Esquerda.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: O impacto da pandemia, como sabemos, é transversal a toda a sociedade.

Na verdade, houve dificuldade de resposta do Serviço Regional de Saúde a toda a atividade não Covid. Esta dificuldade decorre da escassez de recursos humanos, de recursos financeiros, de recursos materiais, que é transversal e estrutural no serviço de saúde, conforme todos temos falado.

Isto aconteceu sobretudo nos meses de março, abril e maio. Logo de seguida houve um esforço para reequilibrar os números em termos de consultas e cirurgias por parte do anterior Governo Regional e por parte das unidades de saúde de ilha. Houve de facto este esforço e houve um reequilibrar ao longo do ano.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: O que é certo é que há essa dificuldade, desde logo por falta de recursos, como dizia, por orientação de recursos de profissionais de saúde para o Covid (se orientou, faltou para os recursos que não Covid), ...

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... os próprios procedimentos clínicos são diferentes (necessidades de desinfecções, necessidades de segurança, são procedimentos diferentes que tornam o processo mais pesado, mais lento e com tempos diferentes), houve cancelamento de consultas e cirurgias, houve médicos que não se deslocaram e também houve muitos utentes que com receio do alarme que estava criado deixaram de recorrer aos serviços de saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Tudo isto junto faz com que tivéssemos tido, de facto, uma redução de números relativamente aos cuidados assistenciais.

Mas mais do que aquilo que não foi feito, gostaria de me concentrar naquilo que queremos fazer e naquilo que já estamos a fazer. É disso que gostaria também de dar conhecimento à câmara e ao Sr. Deputado autor da proposta, daquilo que estamos a fazer em três meses. Não é em 24 anos, é em três meses.

Deputado João Vasco Costa (PS): O que é que o senhor fez?

O Orador: Conforme já foi aqui referido pela Sra. Deputada Ana Quental, já existe de novembro a fevereiro menos 700 açorianos em lista de espera cirúrgica. É a prova de que algo já está a ser feito em três meses.

Também de janeiro até agora há mais 250 cirurgias por mês do que aquilo que havia antes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: São resultados concretos, de algo que foi iniciativa do Governo Regional também, seguindo parte do capital já instalado, porque é preciso que tenhamos a noção disto: há heranças das quais gostamos e há heranças das quais não gostamos e quem sucede a alguém num Governo recebe contributos

positivos, trabalho feito, estrutura instalada e recebe outros contributos negativos. O que tentamos é potenciar os contributos positivos e corrigir os contributos negativos para que os resultados sejam melhores. É isso que estamos a fazer de uma forma responsável e séria.

Também para dizer que neste caso concreto houve esta evolução, já há esta evolução, porque houve imposição e orientação do Governo Regional no sentido de haver uma reativação, uma retoma (para usar o termo que está a ser referido) com números já conhecidos, já concretos.

Quando se diz: “Não há plano?”

Não! Os números estão à vista e resultam das orientações que foram dadas neste poucos três meses de trabalho para que houvesse essa retoma que está de facto a existir.

Mas mais do que isso e do plano que refere, o próprio Plano prevê para 2021 (não é para 2022, é para 2021, para este ano) 3,4 milhões de euros exatamente e especificamente para este processo de retoma o que quer dizer bem da preocupação, da atenção, do cuidado e do rigor com que estamos a abordar este problema para corrigir não só aquilo que ficou adiado por causa do Covid, mas também todas as dificuldades estruturais do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Conforme ontem referi, já temos os rastreios oncológicos em curso, temos os rastreios oncológicos numa situação de retoma evidente, conforme evidenciei e não vou repetir hoje, mas também gostaria de aproveitar esta oportunidade para comunicar à câmara e ao Sr. Deputado aquilo que é a entrada de recursos humanos, de profissionais de saúde no sistema nestes últimos meses. É importante que saibamos isso, porque muitas vezes a falta de informação é que faz com que se diga algo, independentemente da boa ou da má fé, ...

Deputada Andreia Costa (PS): Exatamente!

O Orador: ... que não é correto. Vou informar daquilo que foi contratado e autorizado. Há processos que vinham detrás e há processos que foram autorizados por mim, iniciados por mim e que já estão em curso neste momento.

Desde 25 de novembro de 2020, Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria: um médico de medicina geral e familiar, um técnico de serviço social e, ainda agora por mim, mais seis enfermeiros.

Por isso, essa ideia de que não há recursos humanos, que estão a sair do Serviço Regional de Saúde, quem houve estas teorias alarmistas, não coincide com a realidade. Estou aqui a falar da realidade e dos números reais. Ainda agora, iniciado por mim, um processo de contratação de mais seis enfermeiros na Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria.

Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel: quatro internos de medicina geral e familiar e mais oito médicos de medicina geral e familiar também iniciados por este Governo, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... um processo iniciado por este Governo, oito médicos de medicina geral e familiar na Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, 13 assistentes técnicos.

Unidade de Saúde da Ilha Terceira: quatro internos de medicina geral e familiar, um enfermeiro, um técnico superior de diagnóstico e terapêutica.

Unidade de Saúde da Ilha do Pico: um enfermeiro.

Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge: um técnico superior de diagnóstico e terapêutica.

Unidade de Saúde da Ilha das Flores: dois assistentes operacionais e o regresso de um médico de saúde pública por intervenção direta deste Governo à ilha das Flores, que é algo muito importante no tempo que vivemos, em que há grandes necessidades de saúde pública, conseguiu-se que as Flores tenham mais um

médico de saúde pública que regressa agora à ilha das Flores no final deste mês de março.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Hospital da Horta: um médico assistente de ginecologia/obstetrícia, três internos de formação geral, um interno de cirurgia geral, dois enfermeiros, um assistente operacional.

Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira: 15 internos (13 em formação geral e dois em formação específica), dois médicos, um técnico superior de diagnóstico e terapêutica e quatro enfermeiros.

Hospital do Divino Espírito Santo: sete médicos (dois de cirurgia geral, um de medicina interna, um de gastroenterologia, um psiquiatra, um de ginecologia/obstetrícia e um pediatra), 11 enfermeiros, cinco técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Isto é, perante todo o alarmismo de que o Serviço Regional de Saúde está a ser destituído dos seus profissionais, que estão a desaparecer, o que temos aqui é a prova clara que em três meses o Serviço Regional de Saúde ficou reforçado, ficou qualificado, ficou dotado de todos esses recursos humanos que vão contribuir para a melhoria da saúde dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Sr. Deputado, para dizer que a sua proposta faz sentido, coincide com a preocupação do Governo de procedermos à retoma imediata, eficaz daquilo que são os cuidados assistenciais dos quais os açorianos precisam. É isso que estamos a fazer, é isso que queremos fazer e é isso que vamos intensificar com a aprovação do Plano e Orçamento que dotará o Governo Regional dos meios financeiros, neste caso, de meios financeiros robustos, 3,4 milhões de euros, para que este processo passe das intenções, passe destes números que sendo já

significativos são ínfimos relativamente àquilo que queremos implementar e, obviamente, que com o contributo de todos, com as propostas dos vários partidos conseguiremos alcançar resultados positivos em prol de todos os açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção também gostaria de, por um lado, de certa forma responder a algumas das intervenções que me antecederam e colocar algumas questões também adicionais ao Governo sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, dizer que os partidos da coligação, nomeadamente o CDS e o PSD, referiram que, por um lado, concordam, como não poderia deixar de ser, porque tinha o PSD feito uma proposta semelhante na legislatura passada que o CDS também naturalmente se associou, e referiram que o Governo (e o Sr. Secretário também) está a fazer e já tem uma verba até no Plano para a retoma.

A verba, sendo necessária, e sem ela não há nada feito, não é condição única para se retomar e recuperar aquilo que foram adiamentos de cirurgias e outros atos médicos, porque sem o devido planeamento, sem a devida articulação entre os serviços, e já agora, sem o devido conhecimento público e do Parlamento sobre aquilo que deve ser feito, isso não é suficiente. Ou seja, estar lá o dinheiro no Plano, se o dinheiro não for bem executado, não servirá de muito, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas se não tiver dinheiro, nada é executado!

O Orador: ... mas naturalmente que o objetivo desta proposta, por um lado, é reforçar aquilo que já foi aprovado na passada legislatura, mas introduzir também alguma maior objetividade e alguma maior concretização à proposta que foi feita na anterior legislatura pelo PSD e torná-la mais consequente.

Isto também porque não se pode apenas dizer que os adiamentos ocorreram essencialmente na primeira vaga da pandemia.

É verdade que a grande maioria certamente poderá ter ocorrido aí, mas recordo-me que ainda na semana passada o Hospital de Ponta Delgada voltou a suspender cirurgias não urgentes, o que levará naturalmente a um novo aumento significativo de listas de espera e um conjunto de adiamentos que terá naturalmente um efeito sério na vida das pessoas e sabendo os números que existem isso não deixa de ser dramático.

Antes de colocar duas questões que já tinha previamente preparadas, o Sr. Secretário, a quem agradeço todas as informações que nos transmitiu, que são obviamente importantes para percebermos aquele que é o estado da arte, por assim dizer, nesta matéria, eu ouvi, e já tinha ouvido vários responsáveis referir, que existia ou estava-se a trabalhar num plano de retoma tanto nesta legislatura, como na anterior.

Aliás, na passada legislatura, no debate da iniciativa do PSD, fui reler os diários e há uma declaração até da anterior Secretária da Saúde quando dizia, passo a citar “foi pedido um plano a todas as nove unidades de saúde de ilha e aos três hospitais, plano esse que foi entregue esta segunda-feira.” Fim de citação.

Eu não tenho dúvida que os planos existam. O problema é que ninguém os conhece e é esse problema que nós queremos também resolver com esta proposta. O facto dos hospitais terem planos e das unidades de saúde ilha terem planos eu não duvido da sua existência, mas isso deixa-nos no escuro sem

perceber se o plano faz sentido, se ele é consequente, se ele é cumprido, se não é cumprido ... Ou seja, não há transparência. E isso é fundamental que exista, porque o Parlamento e as pessoas não podem perceber se o Governo está a cumprir com aquilo que é a sua função, se o plano não é público e depois apenas pelo relatório do SIGICA nós não conseguimos ter a perceção exatamente, por um lado, do que é adiado, e por outro, do que é recuperado. Porque, por um lado, o SIGICA apenas se refere a cirurgias, não publica dados de consultas, nem de exames complementares de diagnóstico e isso é fundamental para se perceber o verdadeiro estado da saúde dos Açores. É isso que gostaria de deixar bem claro nesta intervenção.

Sobre recursos humanos obviamente que é fundamental. As contratações que o Sr. Secretário nos transmitiu são importantes e saúdo o Governo por estar a trabalhar nisso.

No entanto, não posso deixar de dizer que em termos de enfermeiros soubemos que saíram 50 enfermeiros do Serviço Regional de Saúde ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando?

O Orador: ... e isso fica muito aquém daquilo que foi a perda de profissionais que nós tivemos só falando de enfermeiros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga a data disso!

O Orador: Como referi ontem, a questão da vacinação vai exigir, esperamos nós, muito em breve, com o eventual aumento da chegada de vacinas à Região, que esperemos que aconteça em breve, um maior número de enfermeiros provavelmente para aumentar esse processo de vacinação e se o Serviço Regional de Saúde não os tiver o processo de vacinação encontrará um obstáculo, que é a falta de enfermeiros e essa é uma possibilidade que importa acautelar.

Gostaria sobre recursos humanos de colocar uma questão ao Sr. Secretário que me parece também fundamental, porque talvez não tanto em médicos e

enfermeiros, mas noutros profissionais, mas provavelmente em enfermeiros também, gostaria de perceber qual é o ponto de situação, porque foram realizados contratos de quatro meses que se iniciaram no ano passado, que foram contratos extraordinários de vários profissionais, houve até um requerimento nosso sobre um caso concreto, alguns desses contratos certamente estarão a terminar em breve e gostaria de saber qual é o ponto de situação e o que é que fará o Governo sobre esses profissionais?

Abrirá vaga para que sejam integrados, obviamente com concurso, naturalmente? Mas abrirá vaga para que eles permaneçam no Serviço Regional de Saúde?

Não renovará esses contratos?

É importante perceber qual é o plano do Governo sobre esta matéria.

Gostaria de colocar apenas mais uma questão. Relativamente ao Vale Saúde recebi, como todas as Sras. e Srs. Deputados, o relatório que foi remetido pelo Governo durante o dia de ontem, se não me engano, sobre o Vale Saúde. Vi os números. Eles em algumas especialidades aquilo que vemos é que também não são muito grandes. Estamos a falar de poucas cirurgias, que são realizadas através do Vale Saúde. Tenho aqui um exemplo que nos chegou já há algum tempo, que o Governo Regional atual não terá certamente responsabilidade em grande parte do tempo, de uma situação, por exemplo, em cirurgia plástica reconstrutiva que desde 2019 uma utente espera pelo Vale Saúde, que é uma possibilidade, tendo em conta que ainda em 2019 foi ultrapassado o tempo máximo de resposta garantido. Estamos em 2021. Ou seja, como é que se explica que com tanto tempo de espera não seja dada uma resposta a uma situação deste tipo, quando o tempo máximo de espera já foi larguissimamente ultrapassado, ou seja, como é que está a ser operacionalizado por este Governo o Vale Saúde e como é que vai trabalhar para que situações destas sejam resolvidas, em primeiro lugar, e em segundo lugar, não se voltem a repetir?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo.

Regressamos ao meio-dia e 10 minutos.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 12 horas e 15 minutos.

Está inscrito para o debate o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou visivelmente fora de forma para chegar a tempo para não perder a vez. Devo dizer que da parte do Grupo Parlamentar do PPM nós apoiamos esta iniciativa do Bloco de Esquerda, porque é o tipo de iniciativa que valorizamos, que é algo que consideramos essencial, fazer o levantamento das situações, planificar e depois concretizar com uma metodologia de ataque ao problema. O que o Bloco de Esquerda nos propõe aqui é a elaboração de um plano de recuperação da atividade assistencial na área da saúde que explica através dos atrasos, das necessidades, que têm a ver com o contexto que estamos a enfrentar.

Por isso, eu não posso estar mais de acordo com o Bloco de Esquerda.

Quero chamar a atenção de algo que me parece fundamental. Estas convergências em relação à votação de partidos com diferentes ideologias é

natural que possa acontecer (o Sr. Deputado Nuno Barata há pouco estava na discussão anterior a fazer essa referência) no atual contexto.

Deputado João Vasco Costa (PS): Também aconteceu no outro!

O Orador: É natural que possa acontecer no atual contexto, porque nós estamos a enfrentar um contexto muito especial, um contexto de pandemia, em que são necessárias promover ações urgentes que ultrapassam as ideologias.

Estas ações que estamos a desenvolver são sobretudo ações práticas. São ações que têm a ver com a necessidade de enfrentar os problemas e de os resolver, da Região e da nossa estrutura administrativa e política responder a este conjunto de problemas que um grande conjunto de agentes na nossa Região enfrenta.

É por isso que é natural que possam surgir estas convergências do ponto de vista da aprovação de diferentes iniciativas, dos diversos partidos políticos, mas há também, além do contexto da pandemia, um fator que gostaria de referenciar, que é a centralidade do Parlamento dos Açores, o regresso à centralidade do Parlamento dos Açores.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não precisa repetir até à exaustão para ver se a gente acredita!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CSD-PP): Muito bem! A Democracia a funcionar!

O Orador: Ou seja, os Açores voltou a ser governado pelo Parlamento, tal como os nossos pais fundadores idealizaram.

Deputado Francisco César (PS): Isso é na América!

O Orador: É na América e também é aqui. Aliás, o que é fundamental é que o nosso sistema político foi desenhado como um sistema parlamentar.

Ora, durante muito tempo, as maiorias absolutas impediram que a verdadeira natureza do nosso sistema político pudesse prevalecer e este contexto tão extraordinário do ponto de vista parlamentar tem permitido que a população possa ver as vantagens, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... possa perceber as vantagens de um sistema parlamentar puro, porque nos tem permitido convergências. Quando as pessoas estão habituadas a ver partidos políticos que não se conseguem entender, partidos políticos que privilegiam sempre as diferenças em detrimento daquilo que muito nos une em tantas situações... Há tanto debate político estéril, há tanta gente que procura e que privilegia a diferença e o conflito e o que se está a ver no atual contexto político, neste glorioso Parlamento, é de facto a capacidade de convergência, a capacidade de encontrar consensos, a capacidade de hierarquizar soluções.

Isso faz de mim um deputado feliz. Esperei muitos anos para que fosse possível encontrar uma solução deste tipo, que eu reafirmo, considero que é a solução democraticamente superior.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Devo dizer também que em relação à proposta concreta do Bloco de Esquerda, se concordo com os considerandos, se concordo com o elemento de levantamento das situações, se concordo depois com a metodologia que é proposta pelo Bloco (e muito bem!), que é lógica, “calendarização da recuperação da atividade assistencial, definição das metas de recuperação da atividade assistencial, descrição das medidas a implementar no âmbito do desenvolvimento do plano”, se eu concordo com a metodologia, se concordo com a forma como o Bloco apresenta esta estrutura, devo dizer que há algo que me preocupa aqui (vou votar favoravelmente à mesma), que é o prazo. O prazo que o Bloco de Esquerda estabelece é “o levantamento de todas as situações no prazo de um mês a contar da data da publicação da presente resolução.”

É um prazo muito curto. É claro que é um desafio para o Governo e o Governo já disse que sim, mas a mim preocupa-me é que se possa sobrecarregar neste momento em que é preciso libertar energias, é preciso libertar as pessoas para enfrentar problemas que diariamente afetam os Açores no atual contexto da

pandemia (e são muitos), é preciso libertar os recursos, é preciso libertar disponibilidades, eu prefiro sempre que não se crie um sistema demasiado burocrático, desvie os meios que são essenciais para atacar o problema, para fiscalizar o problema em detrimento de fiscalizar de facto o problema.

Portanto, o Governo já respondeu de forma positiva a este desafio, acho que é um prazo muito curto, mas o que é importante é que se tenha esta perceção: não se pode sobrecarregar a estrutura governativa com relatórios, a burocracia, porque é preciso libertar os meios para uma situação de exceção. Nós estamos numa situação de exceção!

Deputado Carlos Silva (PS): E transparência!

O Orador: Portanto, este é um desafio importante. O Governo já aceitou, é um desafio para o Governo dos Açores.

Depois, também aqui na alínea d), n.º 2, diz “Medidas de monitorização da execução do plano que devem incluir a publicação de relatório mensal de execução.”

Também é mais um elemento burocrático que aponta para um prazo muito curto. A única parte em que eu discordo é realmente com prazos tão curtos, que sobrecarregam do ponto de vista burocrático o Governo.

Eu acho que nesta fase de pandemia o que é mais importante é libertar recursos para resolver problemas e ter obviamente a capacidade de descrever nos relatórios as ações que estão a ser executadas. Eu preferia que o prazo fosse um pouco superior, fosse dois meses, por exemplo, ou três meses, que permitisse à administração não sobrecarregar do ponto de vista burocrático nestas matérias. Veja-se bem!

O PSD apresentou uma iniciativa muito semelhante no dia 2 de junho de 2020. Temos aqui o ponto n.º 1, o ponto n.º 2 e o ponto n.º 3, mas era mais flexível na medida em que não estabelecia para o Governo de então, para o Governo do

Partido Socialista, prazos. Portanto, era muito mais flexível. O Governo tinha que dar uma informação, mas não estabelecia prazos tão rígidos.

Eu preferia que o prazo fosse um pouco alargado, mas, como disse, tendo esta perceção de que não se deve sobrecarregar a administração regional, principalmente quem está na linha da frente, realmente a administração na área da saúde, deve disponibilizar-se esse conjunto de recursos para enfrentar os problemas. De qualquer das formas não é isso que vai inviabilizar o voto favorável ao Bloco de Esquerda nesta matéria. Apenas chamo a atenção que podem somar-se mais outro conjunto de iniciativas e isto sobrecarregar a administração regional com um conjunto de matérias burocráticas, de funções burocráticas que não ajudam no atual contexto.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Primeiramente dizer e também ia abordar a questão do prazo que está aqui previsto, porque efetivamente também consideramos que é um prazo muito curto num período em que todos sabemos as contingências e a disponibilidade que temos de ter no Serviço Regional de Saúde, mas isso não vou estar aqui a mencionar, porque o Deputado Paulo Estêvão já o fez e fê-lo muito bem. Queria dizer que quanto à verba, há pouco falou-se do facto de ter a verba no Plano e Orçamento, dos 3,4 milhões, mas queria dizer que exatamente se este Governo não tivesse uma estratégia, um plano, não ia alocar esta verba no Plano e Orçamento. Portanto, acho que isto é a prova de que efetivamente existe uma preocupação perante esta problemática, que existe um plano e uma estratégia e que se pretende realmente combater este problema que é todos aqueles que ficaram sem acesso de cuidados de saúde devido à pandemia.

Também queria recordar aqui, quanto aos prazos e àquilo que foi aprovado, que a verdade é que na altura em maio de 2020 quando discutimos a iniciativa do PSD, esta iniciativa o que previa era:

- ponto 1: “promova o levantamento e respetiva elaboração de listagem de todos os casos prioritários e programados na Região de cirurgias, consultas e exames complementares de diagnóstico e terapêutica que foram adiados devido à Covid”;
- “apresente de forma urgente à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um plano de recuperação de atividade assistencial na área da saúde e que tenha em conta também a monitorização clínica dos doentes efetuada durante o período de pandemia”;
- e o ponto 3 que era: “mantém o programa de recuperação de listas de espera cirúrgicas que devem ser extensivo mediante programas de recuperação próprios à realização de consultas e de exames complementares de diagnóstico e terapêutica.”

Efetivamente aqui o que dizia era que era para apresentar o tal relatório, o tal plano de recuperação à atividade assistencial de forma urgente à Assembleia, mas quanto ao resto não era previsto esse prazo.

Na altura, no debate desta iniciativa, o que foi dito pela Sr. Secretária era que se congratulava com esta iniciativa, mas que isto já estava a ser feito, que tinha a estratégia, que tinha a estratégia de priorização, de cuidados, de reafecção de recursos e materiais e humanos, que já era (e repetiu várias vezes ao longo dos diários das sessões que se pode ver) o que se estava a fazer.

Portanto, queria dizer com isto (e vamos votar favoravelmente a iniciativa) que efetivamente acho também todos compreendemos a situação que estamos a atravessar, que temos que ter os nossos recursos humanos direcionados para aquela que é uma das nossas prioridades que é sem dúvida o combate à pandemia, e como tal acho que era importante alargar estes prazos, na medida

em que estamos aqui a dar um passo muito importante naquilo que é algo que nós defendemos que é a transparência, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... do que é a importância do Parlamento e dos deputados terem acesso à informação, não por portas e vias travessas, mas sim de uma forma clara para estarmos aqui todos no mesmo pé de igualdade e acho que é isso que importa retirar desta iniciativa também apresentada aqui pelo Bloco de Esquerda que é termos todos acesso a esta informação que, sem dúvida, é muito importante para estarmos todos a discutir, a planear, a propor de uma forma consciente perante o que está a acontecer na Região.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estava também a aguardar alguns esclarecimentos por parte do Governo relativamente a um conjunto de questões que coloquei, mas intervenho nesta fase previamente respondendo àquelas que são as preocupações que foram expressas tanto pelo PPM, como pelo CDS relativamente aos prazos que estão expressos no projeto de resolução.

Naturalmente que os prazos que nós colocámos no projeto de resolução são aqueles que seriam e são, na nossa opinião, os ideais e no mundo ideal, na nossa

opinião e julgo que da parte de todos, todos concordarão que quanto mais cedo esse trabalho for feito melhor. Mas também somos sensíveis, como é natural, àquela que é a realidade ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e àquela que é a opinião também dos outros grupos parlamentares e até do Governo sobre esta matéria no sentido de também dar algum tempo para que a concretização seja feita e o levantamento e o plano sejam feitos também de forma aprofundada e credível, para que seja efetivamente feito e que não haja sequer uma hipótese de haver um atraso só porque o prazo foi demasiado curto.

O Sr. Secretário referiu que esse trabalho está a ser desenvolvido, mas não há da nossa parte nenhum obstáculo a que na nossa proposta se preveja um prazo um pouco mais dilatado para garantir que efetivamente esse levantamento é realizado, bem realizado, e que seja remetido ao Parlamento e que o plano seja posteriormente também concluído e também remetido ao Parlamento.

Neste sentido, nós vamos entregar uma proposta de substituição integral...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... alterando estes prazos, nomeadamente três meses para o levantamento e quatro meses para a conclusão e elaboração do plano e aí, julgo eu, que será suficiente para que todos possamos estar na mesma página com esse conhecimento ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... e a partir daí se consiga fiscalizar também a execução do plano. Sobre a periodicidade mensal julgo que ela é importante. Compreendo que pode trazer algum excesso de trabalho, algum trabalho acrescido à máquina administrativa, mas parece-nos que a fiscalização de um processo desses também deve ser periódica e deve ter uma periodicidade curta. Recordo que o

relatório do SIGICA, por exemplo, é mensal, daí nós termos optado por essa periodicidade mensal.

Como sempre, e como nas coisas que não são absolutamente centrais e de princípio, há da parte do Bloco de Esquerda, como sempre houve e sempre haverá, toda a disponibilidade de, como já demonstrámos também na iniciativa anterior, acolher, dialogar e procurar atingir consensos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Não é por estarmos na oposição e por discordarmos de muitos dos princípios e do rumo que tem o Governo que não podemos certamente concordar e chegar a consensos, a acordos sobre matérias deste tipo e de outro tipo também que não são absolutamente centrais na estratégia de Governo e na estratégia de desenvolvimento da Região.

Esta matéria é perfeitamente possível. Então numa questão de prazos não vemos qualquer problema.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): De qualquer modo o rumo do Governo é um bom rumo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para se inscrever, Sr. Deputado?

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor.

Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Importa dizer que desde o registo do primeiro caso de COVID-19 na nossa Região, a nossa Região, o nosso País, todo o mundo enfrentou, enfrenta e irá enfrentar exigências nunca vivenciadas.

Desde o primeiro minuto foi necessário o empenho, a articulação, a cooperação de todos os agentes para combater o que já foi designado como um inimigo invisível.

Todos se mobilizaram.

Adaptou-se, recriou-se, reinventou-se a atividade assistencial.

Foram implementados novos procedimentos, novos circuitos, novas equipas, novas atitudes e comportamentos, novo acompanhamento presencial, não presencial, domiciliário, bem como telefónico.

Tanto nas unidades hospitalares como nas unidades de saúde de ilha foram criadas áreas dedicadas exclusivamente à COVID-19.

Foi reprogramada a atividade do Serviço Regional de Saúde — a reprogramação de consultas e exames e a suspensão de determinada atividade, também —, porque, efetivamente, o Serviço Regional de Saúde em articulação com o dispositivo de saúde pública precisava de concentrar esforços e recursos para responder à pandemia.

Os serviços de saúde rastrearam contactos, identificaram e quebraram cadeias de transmissão, os cuidados de saúde primários precisavam de acompanhar os doentes que, embora positivos, com sintomatologia ligeira, estavam em casa e os hospitais precisavam de estar em pleno regime de prontidão. Compreendia-se que assim fosse, e os utentes compreenderam também que assim fosse: compreenderam que médicos, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, farmacêuticos, assistentes operacionais, assistentes administrativos estivessem concentrados em dar resposta à pandemia.

Ninguém queria ver na Região a realidade que nos chegava além-fronteiras.

Passado todo este tempo e que já parece infundável, penso que todos somos capazes de avaliar o ponto de onde partimos e o que temos de recuperar. E recuperar ao mesmo tempo que definimos a trajetória de reforço do Serviço

Regional de Saúde. Uma trajetória de reforço que cuide de profissionais, de utentes, que assegure o direito fundamental à saúde.

Contudo, o ontem e hoje repetido nesta Câmara não evidencia de certa forma esse reforço.

Ainda ontem o Sr. Secretário anunciou a recuperação das listas de espera com 3,4 milhões euros. Ora tal valor resulta de uma ação do plano que se limita a agregar como está no plano o CIRURGE e o Vale Saúde na mesma ação. No ano passado essas duas ações tinham 4,4 milhões euros e o Sr. Secretário, em bom rigor, ontem anunciou menos um 1 milhão de euros relativamente à dotação de 2020.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, se é com essa verba que se pretende justificar um plano, o plano, é assim, redutor.

Como já tive a oportunidade de referir, a emergência na resolução de problemas de curto prazo não deve condicionar a necessidade de uma visão a médio e longo prazo que suporte um Serviço Regional de Saúde mais robusto, mais resiliente, qualificado e coeso, sempre apontando para resultados mais eficazes e mais eficientes, para fazer face aos diferentes desafios que são e serão colocados ao setor da saúde.

O Grupo Parlamentar do PS e o PS, como sempre, têm um compromisso claro e inequívoco com todas as Açorianas e Açorianos.

Um compromisso claro e inequívoco que mereceu, continua e continuará a merecer a confiança da população Açoriana.

Nesse sentido, alia-se a esta iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, para deixar aqui o registo que vai ao encontro também daquilo que tem sido a postura do Governo Regional no sentido de, em diálogo e respeito institucional recíproco, podermos encontrar as melhores soluções e os melhores caminhos.

Neste caso concreto temos a questão relativa aos prazos que eram apresentados. Como disse são processos que já estão a decorrer, temos já muito trabalho feito, no entanto, alguma dessa informação depende daquilo que é apresentado pelas unidades de saúde aos serviços que tutelam esta área e as unidades de saúde, como bem sabemos, estão ocupadas com processos muito complexos de vacinação, de testagem, de rastreio e de toda a atividade assistencial e obviamente com este prazo teremos maiores condições de cumprir, sendo certo que não esperaremos para o final do prazo para cumprir conforme decorre de resto com o requerimentos, logo que temos as respostas apresentamos mais ou menos cedo, e também conforme está a acontecer com a apresentação da informação do SIGICA que neste momento já está atualizada e é para cumprir, porque pomos sempre como primeira questão na relação institucional com o Parlamento o respeito por todos e cumprir com aquilo que é a competência fiscalizadora do Parlamento, à qual o Governo tem de cumprir.

Relativamente à questão da contratação que colocou, dos enfermeiros. De facto, o ano passado houve a oportunidade de contratar 80 enfermeiros que foram

formados pela Região. O Governo de então, por opção que tomou, decidiu não os contratar.

Se esses 80 enfermeiros estivessem no Serviço Regional de Saúde teríamos mais capacidade de resposta do que aquela que temos...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e isso foi uma dificuldade que criou constrangimentos pelo facto desses enfermeiros não serem contratados pelo Serviço Regional de Saúde, foram para a privada, foram para as instituições de apoio social e foi uma perda para a Região não contratar esses enfermeiros.

No entanto, contamos que agora, este ano, serão formados novos enfermeiros e é uma prioridade e um compromisso da Região que iremos abrir concursos para a contratação desses enfermeiros que serão formados durante este ano para fazer face a essas lacunas estruturais ao nível da saúde na Região.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Também gostaria de dizer que relativamente à renovação de contratos eu próprio já procedi à autorização da renovação de vários desses contratos e também informo que até 30 de março as unidades de saúde podem solicitar a renovação dos contratos. Se o fizerem, serão todos autorizados e é isso que também aproveito para anunciar, que já aprovei alguns deles e todos aqueles que até 30 de março, de acordo com o regime legal em vigor que obriga a este limite temporal de 30 de março, forem solicitados neste período, serão autorizadas as respetivas renovações.

Paralelamente e ao mesmo tempo, estamos a fazer um levantamento das necessidades permanentes para proceder à contratação de profissionais de saúde, quer dizer que estamos, por um lado, com necessidades prementes, emergentes, condicionadas pela pandemia, que justificam a contratação a termo, que são estes casos que referiu, nestes casos quando for solicitada a renovação será autorizada; e, ao mesmo tempo, estamos a avaliar as necessidades

permanentes naquele pressuposto que referi ainda ontem da estruturação do Serviço Regional de Saúde de uma forma a estabilizar os respetivos quadros profissionais aos mais variados níveis. Com esse levantamento das necessidades permanentes que estamos a fazer, serão iniciados os respetivos processos de contratação.

No que diz respeito ao Vale Saúde. Gostaria também de aproveitar a oportunidade para informar que o Vale Saúde teve sobretudo incidência nas especialidades com maior dificuldade: oftalmologia, cirurgia vascular, ortopedia, neurocirurgia, cirurgia plástica e construtiva e urologia, tendo sido emitidos 158 Vales Saúde.

Já agora que referiu a cirurgia plástica e reconstrutiva em particular, fazer uma referência a todos aqueles vales que foram emitidos, também mais uma vez porque a transparência conforme já se foram habituando não é discurso, é prática...

Deputado João Vasco Costa (PS): Olhe que não!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Isso está no orçamento, a transparência!

Deputado Carlos Silva (PS): O orçamento não diz isso!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A transparência incomoda!

Deputado José Ávila (PS): O Orçamento está muito transparente!

O Orador: ... e o que temos feito é de uma forma exaustiva, com números claros, não fazendo gala disso, mas se calhar é preciso fazer para contrapor o discurso negacionista de que não cumprimos a transparência. Para que fique claro, também em cumprimento da transparência, ainda ontem se viu, hoje já se viu, a apresentar números claros, toda a informação que temos disponível, é a informação que os Srs. Deputados têm.

Deputado Carlos Silva (PS): O orçamento não diz isso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

O Orador: Nesse pressuposto informo que foram emitidos então 185 Vales Saúde.

Posso continuar, Sr. Presidente?

Para a especialidade cirúrgica de oftalmologia foram emitidos 152 Vales Saúde, 14 foram anulados, 5 foram recusados pelo destinatário, adicionalmente não foram utilizados 39 Vales Saúde uma vez que não houve disponibilidade do Serviço Regional de Saúde em 2020, tendo em conta estes constrangimentos, para proceder às respetivas intervenções.

Especialidade cirúrgica de cirurgia vascular foram emitidos 5 Vales Saúde.

Para procedimento de laqueação e GDH, que totalizou 6.542, do total destes vales foram utilizados três e dois foram recusados pelos respetivos utentes.

Ortopedia, emitidos nove Vales Saúde, sendo que oito foram utilizados e um foi recusado pelo respetivo utente.

Neurocirurgia foram emitidos três Vales Saúde, um foi utilizado, um foi anulado e um foi não utilizado por não indisponibilidade de realização da cirurgia atendendo o Covid.

Cirurgia plástica e reconstrutiva foram emitidos 10 Vales Saúde, destes 10, oito foram utilizados, um foi anulado e um não foi utilizado por indisponibilidade para a realização da cirurgia tendo em conta a situação Covid. Não sei se o exemplo que referiu, não o conheço, como não o poderia conhecer, mas não sei se se integra num destes dois casos ou que foi anulado, ou que não foi realizado por indisponibilidade.

Relativamente a cirurgia na área da urologia foram emitidos três Vales Saúde, foi utilizado um, um foi anulado e um também não foi utilizado por indisponibilidade decorrente do Covid.

As cirurgias realizadas ao abrigo do Vale Saúde decorreram todas elas entre outubro e dezembro de 2020.

É esta a informação sobre o Vale Saúde. Penso que correspondi àquilo que foi referido.

No que respeita aos valores que o Sr. Deputado do Partido Socialista evidenciou, estamos a falar de um Plano e Orçamento que vai vigorar a partir de maio, isto é, meio ano ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e os valores alocados são exatamente para este meio ano em que este Plano e Orçamento de 2021, por decorrências do processo eleitoral e da própria democracia, vai ser utilizado e a comparação que este Governo vai fazer (e podem crer!) não é relativamente a orçamentos e a planos anteriores, é sobretudo relativamente àquilo que foi executado, porque o que vai ser o critério de ação deste Governo não é aquilo que promete, mas aquilo que vai executar e vai cumprir.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve. Apenas para assinalar o gesto do Bloco de Esquerda nesta matéria.

O PPM e o CDS tínhamos feito uma intervenção em que tínhamos sinalizados a nossa preocupação em relação ao facto do prazo ser tão curto e disso poder desviar recursos daquilo que é essencial, das pessoas e dos funcionários que estão na linha da frente.

O Bloco de Esquerda mostrou total abertura e uma posição muito construtiva e quero aqui assinalar essa condição e agradecer, da parte do Grupo Parlamentar do PPM, a posição do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 47/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 47/XII apresentado pelo Bloco de Esquerda foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos dar continuidade à nossa Agenda passando para o ponto 24: **Proposta de Decreto Legislativo Regional 3/XII – “Regula a extinção da Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.”**. Esta iniciativa é apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A presente proposta integra-se no conjunto de medidas anunciadas no Programa de Governo que visam a reestruturação do setor público empresarial regional em prol de um setor mais eficiente e mais eficaz, e que seja capaz de dar resposta às necessidades efetivas da Região.

A concretização deste desígnio passa pela identificação e extinção daquelas empresas públicas regionais cujas atribuições podem ser prosseguidas, de forma mais adequada e articulada, pelos serviços competentes da Administração Regional;

Em concreto, verificando-se que o desempenho das atribuições estatutárias da SDEA, E.P.E.R. não justifica a respetiva manutenção, devendo o próprio Governo, através das suas Direções Regionais competentes (nomeadamente a DRAIC (Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade) e a DRCI (Direção Regional do Comércio e Indústria), prosseguir com esta missão, sem a necessidade da existência de uma empresa pública com as competências e objetivos da SDEA, racionalizando-se por essa via a prossecução do interesse público.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em concreto, as atribuições cometidas à SDEA confluem atualmente com diversas atribuições cometidas àqueles dois departamentos regionais e isso resulta de um estudo documentado em dezembro de 2020, elaborado pela estrutura de missão de modernização e reforma da administração pública, estrutura essa de missão que merece, penso que do anterior Governo e deste, a mesma consideração, uma vez que foi reconduzida, é uma estrutura profissional que existe há quatro anos e que documentou essa sobreposição de funções de forma extensiva, profissional e objetiva.

De igual modo, verificou-se que as únicas competências que se encontravam atribuídas à SDEA sem a duplicação das mesmas em sede dos departamentos e serviços da Administração Pública são sanáveis através da extensão e ampliação de algumas competências. É por exemplo o caso da rede de gabinetes de empresas que tinha sido criada em 2005 no âmbito de uma direção regional, a de apoio à coesão económica, e que depois transitou para a SDEA e que

voltará a ser retomada agora nas estruturas governamentais da Direção Regional da DRAIC e do Comércio e Indústria.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Por forma a dar resposta a este desiderato, o diploma prossegue à realocação dos funcionários da SDEA nas correspondentes direções.

Nesta realocação foram conduzidas reuniões individuais com representantes de cada direção que iria receber os visados, sendo que o processo decorreu normalmente, de forma ordenada e profissional.

Como medida temporária, e para garantir a continuidade no exercício de funções por parte dos visados, a proposta do Decreto Legislativo Regional prevê mecanismos temporários, como acordos de cedência e contratos de trabalho a termo incerto, até que o processo de integração seja concluído.

A integração dos funcionários realocados será feita nas carreiras correspondentes às funções exercidas e com respeito pelos requisitos gerais e especiais legalmente exigidos para ingresso nas carreiras e categorias postas a concurso, designadamente as habilitações literárias e profissionais exigidas.

Outro fator igualmente relevante de referir prende-se com o facto de se ter constatado no mesmo relatório produzido pela estrutura de missão de modernização e reforma da administração pública ao aumento do diferencial em valores muito significativos entre o valor total de transferências e subsídios correntes e o valor dos gastos com pessoal.

De facto, entre 2017 e 2019 as transferências passaram de 2,18 milhões para 2,68 milhões e as despesas de pessoal mantiveram-se.

A realocação dos recursos humanos nas estruturas já existentes, tendo em vista a prossecução das mesmas atribuições que anteriormente incumbiam à SDEA é, assim, potencialmente geradora de poupanças para a Região.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, podemos passar à votação.

Sr. Deputado Francisco César faça favor.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Pelos vistos este é um assunto que interessa em exclusivo ao Governo e ao Partido Socialista. Não acredito que estivessem apenas à espera do Partido Socialista para fazer uma intervenção.

Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista considera que a opção de extinguir a SDEA é uma opção exclusivamente política, com origem partidária, ou seja, numa intenção que o PSD trazia desde algum tempo ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem disse isso?

O Orador: ... e que tinha apenas como objetivo a extinção desta empresa como forma de demonstrar uma divergência ou uma diferença de opinião em relação às políticas do anterior Governo.

Infelizmente, a meu ver, em vez de se afirmar essa divergência política, que é legítima, os senhores podem achar que é o Governo que deve executar um conjunto de tarefas que antes eram exercidas por uma empresa, os senhores vêm a esta câmara e, na última comissão, tentar colocar à colação, tentar colocar à

discussão, um conjunto de ideias que a meu ver estão erradas e são falsamente e erradamente colocadas perante a opinião pública como justificação para extinguir uma empresa que, na opinião do Partido Socialista, não deveria ser extinta.

Não deveria ser extinta por quatro motivos.

O primeiro motivo é que em vez de trazer mais operacionalidade à administração regional e às empresas o que essa extinção vem trazer ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Esse é o vosso primeiro motivo!

O Orador: ... é exatamente o contrário, é mais burocracia para os empresários, porque o que se está a fazer aqui é o contrário do que se fazia antes, é desconcentrar, ou seja, nós antes tínhamos um conjunto de atributos, um conjunto de funções que eram realizadas por uma empresa e que vão ser distribuídas por vários departamentos, não apenas pela DRAIC ou por outra direção regional, vão ser distribuídos por vários departamentos e o que se faz aqui é obrigar o empresário a andar de ponto em ponto a tentar conseguir resolver os seus problemas. É colocar a promoção dos produtos num local, é tentar colocar a internacionalização da economia noutra, é tentar colocar a inovação e empreendedorismo noutra função e tudo isto numa estrutura que já por si está sobrecarregada, como disse e bem o Sr. Secretário Regional, como é o caso da DRAIC.

Segundo argumento. O segundo argumento é o argumento da racionalização, ou seja, nós extinguimos para poupar também. Esse argumento a meu ver é um argumento errado, falacioso, que não tem correspondência de facto àquilo que vai acontecer, como discutimos na última comissão, os salários dos funcionários da SDEA poderiam e foram durante muito candidatáveis a fundos comunitários, fundos comunitários estes que só empresas podem aceder neste âmbito e que a administração regional não pode, ao contrário do que foi dito ao *Açoriano Oriental*. A administração regional não pode aceder a estes fundos.

Resultado para os contribuintes açorianos: mais 700 mil euros de despesa que a administração regional direta não tem forma de ir buscar.

Terceiro argumento, que é o argumento da confiança. Nós com esta solução vamos trazer mais confiança aos empresários?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): De certeza!

O Orador: Ora, é exatamente o oposto que vai que vai acontecer.

Este Governo que se apregoa de tanta transparência vai colocar no mesmo sítio duas decisões diferentes: vai colocar na mesma direção regional quem procura e capta o investimento, ao lado é o mesmo que irá analisar a viabilidade ou não e a aprovação ou não dos investimentos.

Ou seja, aquilo que deveria estar separado, que é quem procura e quem valida, passarão a estar exatamente no mesmo sítio. Ora, em qualquer sítio, em qualquer pessoa com o mínimo de censo, poderá dizer que aí, sim, haverá menos transparência, porque vamos ter quem capta e quem valida exatamente no mesmo local.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é boa!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Por último, o quarto argumento que não é menos importante do que todos os outros, que tem a ver com a vida dos trabalhadores, tem a ver com a forma como isto é realizado por este Governo tão transparente e tão rápido na sua forma de trabalhar, tem a ver com a vida dos trabalhadores.

A extinção desta empresa é feita ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Não diga isso, Sr. Deputado, que o senhor como responsável pelos trabalhadores sociais-democratas deveria estar mais atento a estas situações. Mas quando não são trabalhadores sociais-democratas o senhor não se preocupa.

O facto é que nesta matéria a única empresa que eu tenho conhecimento que tem em atenção a forma como é extinta na sua constituição e o que deve acontecer aos seus trabalhadores é a SDEA ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor ainda não percebeu isso?!

O Orador: ... e a SDEA tem um mecanismo próprio (no seu artigo 29.º da sua Constituição) que dá um tratamento direto e característico aos seus trabalhadores.

A forma como é feito por este Parlamento é ignorando o decreto legislativo regional que está em vigor e a meu ver poderá constituir uma forma ilegal de tratar os trabalhadores com consequências depois em tribunal para a própria administração regional.

Em suma, o Partido Socialista é contra a extinção da SDEA por vários motivos, porque em vez de reduzir operacionalidade, traz mais burocracia; porque em vez de trazer mais racionalização, traz mais despesa; porque em vez de trazer mais confiança, retira transparência; e porque em vez de tratar os trabalhadores com os direitos que eles têm e que são dados pela lei, este Governo trata os trabalhadores ao desrespeito da lei e isso não é algo que o Parlamento deva compactuar e isto não será algo que certamente ...

Deputado João Vasco Costa (PS): O Sr. Secretário repetiu duas vezes os visados!

O Orador: ... o Partido Socialista irá compactuar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atendendo à hora, vamos fazer o nosso intervalo para o almoço.

Regressamos às 15 horas com a Agenda. Já estamos na Agenda. Peço desculpa.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É de política que estamos a falar, Sr. Deputado Francisco César?!

O Sr. Deputado Francisco César apontou quatro razões para a não extinção da SDEA, quatro razões essas que desde logo não estão no objeto da SDEA. Não estão no objeto da SDEA!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Curioso!

O Orador: Curioso! Não estão!

A primeira tem a ver com menos operacionalidade. Não concordo, mas, se calhar, se o Partido Socialista se tivesse preocupado em não transformar a máquina administrativa da Região no emaranhado da democracia provavelmente o Governo de agora, com um acordo de incidência parlamentar

onde está inscrito precisamente a palavra desburocratizar e onde está escrito também a palavra privatizar, não seria tão necessário como está a ser.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado Francisco César utiliza o argumento da racionalização dos meios. Imagine-se!

Imagine-se que os fundos da União Europeia estão a ser bem utilizados para pagar despesa corrente, vencimentos de assalariados.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isto explica muito da situação económica e social em que os Açores se encontram, porque afinal os fundos da União Europeia foram utilizados para pagar despesa corrente, para, digamos, desorçamentar despesa corrente, para inventar uma forma de esconder despesa corrente, quando deveria ter sido utilizada ...

Minha senhora, são palavras do Sr. Deputado Francisco César, não são minhas. São suas!

Deputado Francisco César (PS): Não, não! São despesas elegíveis!

O Orador: E são as suas palavras!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pela boca morre o peixe!

O Orador: Claro que são despesas elegíveis, se não fossem elegíveis a União Europeia não pagava, agora vai da opção ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

... política, Sr. Deputado, de fazer a escolha certa e a escolha certa não é esgotar e gastar os fundos da União Europeia para desorçamentar despesa corrente da Região Autónoma dos Açores para encher de assalariados as empresas públicas da Região Autónoma dos Açores. Isto explica muito da situação socioeconómica da nossa Região que, insisto, em números pré-Covid,

ou seja, a dezembro de 2019, não eram de todo satisfatórios, nem eu acredito que o Sr. Deputado assim o entenda.

Portanto, Sr. Deputado, há aqui, nestes quatro pontos várias desmontagens que se podem fazer e lembro que, por exemplo, no seu terceiro argumento há funções que o estado tem de assumir e que não pode inventar terceiras instituições para o fazer e não deve fazê-lo, porque nós vivemos numa democracia parlamentar, felizmente num quadro agora muito diferente daquele que vivemos nos últimos anos, nos últimos 20 anos, e se o senhor me der alguma oportunidade eu se calhar ainda lhe vou lembrar os primeiros quatro anos do Governo do Partido Socialista, mas isso fica para segundas núpcias, em que o Partido Socialista centrou o debate não no Parlamento, mas nas conversas de corredor com as grandes corporações dos Açores e isto não é uma democracia corporativa. É uma democracia parlamentar, goste-se ou não se goste e gostem ou não as corporações.

Portanto, é aqui que deve ser feito o debate e é aqui que devem ser tomadas as opções políticas e no que depender da Iniciativa Liberal o máximo de empresas públicas será internalizado no setor da função pública e elas desaparecerão e serão privatizados os serviços que possam ser privatizados e será apenas mantido aqueles que em regime de monopólio não devem privatizados.

Portanto, que fique claro que isto é de facto de política que estamos aqui a trabalhar.

A essência do Parlamentarismo é essa, é o Governo da Pólis.

Não deixar passar um único dia neste Parlamento, dos quatro anos desta legislatura, ou daqueles que ela durar, sem lembrar que falar de política é falar de coisas sérias, falar de política é falar do Governo da Pólis, ou seja, do Governo de nós todos.

Aprende-se nas carteiras da escola secundária e é bom lembrar aqui todos os dias.

Portanto, os seus argumentos, Sr. Deputado Francisco César, para manter a SDEA não colhem na Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A justificação para a existência ou não da SDEA foi discutida no âmbito da Comissão de Inquérito ao Setor Público Empresarial em 2018, aliás, uma comissão criada por iniciativa do CDS, a que se associaram o PSD, o PPM e na sequência desse anúncio o Governo, pouco tempo depois, anunciou o programa de reestruturação do setor público empresarial, designadamente em fevereiro de 2018.

Na sequência desse programa de reestruturação do setor público empresarial (e bem!), o Governo extinguiu a Saudaçor, extinguiu a SPRHI, propostas que já o PSD e penso que também o CDS já tinham proposto em anteriores orçamentos da Região, designadamente em 2017. Antes disso não me recordo, porque não estava cá.

Agora, a questão é esta: tendo sido extinta a SPRHI e a Saudaçor é evidente que falta algum alento para se manter, quer a SDEA, quer, por exemplo, a Azorina, ou seja, se o Governo encontrou motivos para a extinção das duas primeiras, deixou de ter motivos para manter como empresas públicas quer a Azorina, quer a SDEA.

Aliás, se alguém ler o relatório de gestão da SDEA ou o artigo 7.º daquilo que são as atribuições da SDEA, não encontra nenhuma atribuição que possa justificar a existência da SDEA como empresa, até porque uma empresa pressupõe uma atividade mercantil, coisa que não tem a SDEA, que vive

exclusivamente de transferências do Orçamento da Região: em 2019, cerca de 2.8 milhões de euros, dos quais cerca de metade são custos com pessoal e desses cerca de 20% são os custos do próprio conselho de administração, das remunerações do conselho de administração.

Portanto, não há aqui qualquer atividade mercantil, não há aqui qualquer atribuição da SDEA que não possa ser desenvolvida por qualquer departamento da administração regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, Sr. Secretário, falou na estrutura de missão para a simplificação administrativa que teria chegado a essa conclusão. Nós não conhecemos o relatório, mas teria chegado à conclusão de que na sua generalidade todas as atribuições da SDEA podem ser desenvolvidas por aquilo a que se chama um serviço simples, ou seja, um serviço sem autonomia administrativa e financeira e muito menos por uma empresa pública.

Essa é a questão de fundo e por isso, sendo que a informação prestada na Comissão de Economia só em termos de custos de Conselho de Administração são mais 200 mil euros, é evidente que é uma verba relevante.

Não está aqui em causa da parte do PSD, e penso que de nenhum partido da coligação, aquilo que é a importância das atribuições da SDEA. Aí estamos todos de acordo, designadamente em matéria de promoção do investimento externo, que é essencial para a Região, porque tem um conjunto de empresas, o seu tecido empresarial está profundamente descapitalizado e, portanto, o financiamento externo, o investimento externo é essencial à nossa economia e sem investimento externo dificilmente a economia pode crescer às taxas que achamos que são essenciais.

Em termos de trabalhadores é evidente que o Partido Socialista levantou a questão. A verdade é que faz todo o sentido que aquilo que são as regras aplicadas aos trabalhadores da Saudaçor e da SPRHI no processo de extinção

sejam as mesmas regras a aplicar aos trabalhadores da SDEA e, daquilo que são as informações e aquilo consta do diploma, isto está absolutamente assegurado. Por outro lado, também entendemos que esta iniciativa é a primeira deste Governo num processo de reestruturação do setor público empresarial (há mais uma empresa anunciada), mas há uma legislatura de quatro anos e aquilo que esperamos é que seja possível em parte dar continuidade àquilo que o Governo anterior iniciou em 2018, mas que foi incompleto e que este Governo possa, cumprindo aquilo que são os acordos dos partidos da coligação e dos partidos que apoiam este Governo, designadamente o Chega e a Iniciativa Liberal, e no âmbito desses acordos é evidente que há aqui um longo caminho a percorrer e que entendemos que é essencial para as empresas, é essencial para a nossa economia.

Por último, é evidente que perante aquilo que são os compromissos eleitorais e aquilo que são os acordos, claramente que o Grupo Parlamentar do PSD apoia a iniciativa do Governo, votando naturalmente favoravelmente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Executivo:

O que ficou claro no trabalho da comissão é que para o Partido Socialista o que o preocupa na integração da SDEA na administração pública regional não é

eventualmente um vazio de jurisdição sobre determinadas competências, não são serviços prestados que se possam perder, ...

Deputado Francisco César (PS): Falei disso tudo!

O Orador: ... não é a projeção e a promoção dos Açores e das suas empresas que se pudesse deixar de fazer. Não é nada disto que está em causa.

Deputado Francisco César (PS): Alegam isso tudo!

O Orador: O que está em causa é que não querem deixar de ter uma estrutura que pague salários chorudos com fundos comunitários. Só isso! É isso que ficou claro!

Alegam que a Região paga muito pouco e que, por isso, deve manter-se.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em comissão o Sr. Secretário das Finanças por acaso demonstrou e é público que afinal para massas salariais na ordem de 1,2 milhões de euros eram afinal transferidos 2,7 milhões. Por outro lado, e ao contrário do que o Partido Socialista afirma, neste momento nem sequer há projetos comunitários a decorrer ...

Deputado Francisco César (PS): Como é óbvio!

O Orador: ... que contemplem salários, o que quer isto dizer que agora são inteiramente suportados pela Região.

Há efetivamente muitos projetos comunitários que financiam salários, muitos deles até quase na sua totalidade, como é o caso, por exemplo, do programa nacional de recolha de dados de pesca, em que os salários são candidatáveis ao FEAMP, mas são coisas muito distintas.

Uma coisa são programas dos quais dependemos para produzir dados e informação para a concretização de medidas de âmbito europeu ou nacional e outra coisa bem diversa é colocar funções do Governo numa empresa veículo que permite insuflar salários com seguros de saúde, comissões de serviço e

dizer que não há problema nenhum porque esses fundos não saem do Orçamento regional. Isso é uma coisa bem distinta.

A realidade é que nós não estamos a falar de verbas que não sendo utilizadas sejam incineradas.

Estas verbas regressam ao bolo dos fundos europeus e podem ter melhor uso em outras finalidades.

É também por causa desta postura e desta visão que temos a imagem que temos na Europa e no que toca a aproveitamento de fundos europeus, que acabam por não ser reprodutivos e tardam em dotar o nosso país das condições estruturais a que sucessivamente se destinam e que não cumprem o objetivo.

Relativamente à salvaguarda estatutária que prevê a assunção da posição contratual pelo Governo Regional em caso de extinção, ou integração na empresa (como também já foi aqui explicado), refere-se unicamente às posições de contratação de serviço e não propriamente aos quadros de pessoal.

Por outro lado, é de salientar que fica salvaguardada a transição de postos de trabalho para a administração pública nos mesmos moldes do que aconteceu para as empresas públicas SPRHI e Saudaçor.

O caminho que este Governo está a trilhar salvaguarda que os empresários açorianos possam continuar a aceder a financiamentos e a apoios para a promoção e projeção dos seus produtos e dos seus negócios, sem duplicação de funções, sem duplicação de serviços, de forma mais racional, eficiente e integrada nas funções do foro e da responsabilidade que compete estritamente ao Governo Regional dos Açores e aos seus departamentos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, antes de discutir o conteúdo desta iniciativa do Governo, não poderia deixar de fazer uma intervenção sobre a forma, porque o agendamento desta iniciativa, como é público, não constava da agenda inicial deste plenário.

Foi solicitado pelo Governo, na passada quarta-feira, ao abrigo de um artigo do Regimento, o n.º 60, que prevê e permite a possibilidade de prioridade para assuntos de resolução urgente a solicitação do Governo.

Ora, para além de duvidarmos da interpretação relativamente aos prazos desta decisão e deste pedido, nós temos sérias dúvidas relativamente à urgência que aqui foi invocada para a discussão desta iniciativa. Porque eu recordo-me do Governo ter afirmado publicamente, pela voz do Sr. Secretário das Finanças, que iria entregar as propostas relativas à extinção das empresas que o Governo pretende extinguir, internalizar, até final do primeiro semestre de 2021.

Chegamos a março e não só se entregou a iniciativa de extinção desta empresa, como surge uma repentina pressa, não justificada, de se discutir, de se agendar numa quarta-feira, às cinco da tarde, esta iniciativa, para ser discutida na sexta-feira.

Recordo (julgo eu que pelo debate já se percebeu) que não se trata apenas de um mero ato simples de extinção, que não afeta a vida de ninguém. Afeta a vida de pessoas, a começar pelas pessoas que trabalham na empresa. Não é algo que

vamos discutir desta forma, agendado numa quarta-feira à tarde, num plenário que tem uma agenda, como todos vimos, que já era bastante longa.

Em primeiro lugar, não posso deixar de dizer que o Bloco de Esquerda discordou desta decisão e discorda desta forma de fazer política, que parece muito semelhante a outras que já vimos e a maioria que suporta este Governo que tanto criticava a instrumentalização do Parlamento, chegado a março, a primeira coisa que faz, é instrumentalizar o Parlamento ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O senhor não esteve na comissão!

O Orador: ... em seu benefício, para cumprir o seu interesse que nós desconhecemos qual é, invocando uma urgência que ninguém percebe qual. Se é poupar os salários dos administradores ... Bem, poupar os salários dos administradores para cortar nos salários dos trabalhadores, parece-me uma soma que só prejudica quem trabalha. Normalmente, é sempre assim.

Fazer isso não é a transparência e o respeito pelo Parlamento que esta maioria advoga.

Não poderia começar por fazer esta intervenção sem referir estes aspetos.

Em segundo lugar, relativamente ao conteúdo da iniciativa.

Como disse, agendar uma iniciativa desta forma não é leal e não respeita o Parlamento. Discordei e continuo a discordar e sobre a matéria em questão tenho duas coisas a dizer: o Bloco de Esquerda não se oporia a uma extinção da SDEA que fosse bem feita e que respeitasse os direitos adquiridos de quem trabalha na empresa.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Os seguros de saúde, é isso?

O Orador: Agora, nós não podemos aceitar, por um lado, uma extinção a martelo, como está a ser feito; e, por outro lado, uma extinção que não respeita os direitos dos trabalhadores. Basta ver aqueles que são os pareceres que nos chegaram.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O senhor é tendencioso!

O Orador: Tal como não concordamos com a forma como foi feita extinta a SPRHI, concordando com o princípio de que as funções que a SPRHI cumpria, poderiam e deveriam ser executadas pela administração pública, não podemos concordar do mesmo modo com a forma que está a ser feita a extinção da SPRHI, com a forma em termos concretos do decreto legislativo regional e com a forma como esta iniciativa foi agendada.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já foi aqui referido há bocado, que a extinção da SDEA devia-se a motivos político-partidários. Sinceramente para o Chega não nos interessa se a extinção da SDEA tem a ver com motivos políticos ou partidários, ou outros que tais. O que interessa aqui saber a esta Casa e ao povo açoriano é se a extinção da SDEA causa algum constrangimento ao normal funcionamento daquilo que eram as atividades levadas a efeito pela SDEA.

Deputado Francisco César (PS): Claro que causa!

O Orador: Essa é que é objetivamente a questão.

Devo-vos dizer que quando falando disso, por aquilo que já foram as explicações prestadas pelo Sr. Secretário em sede de reunião de comissão, obviamente que ficou claro que não há qualquer constrangimento a esse nível. Portanto, ficamos apenas com um problema para resolver: a integração dos funcionários.

Devo dizer que para mim não é a integração dos funcionários, é a integração dos trabalhadores.

Os trabalhadores obviamente (e que aqui ninguém tenha dúvidas e nenhum açoriano terá dúvidas relativamente a isso) devem ser integrados na função pública, os trabalhadores, não estou a dizer os assalariados, porque há pessoas que ganhavam dinheiro e que não trabalhavam e os açorianos não estão disponíveis para pagar custos desses. Sem filtros, ser politicamente correto. O que é certo é que o povo açoriano não está disponível para pagar coisas dessas e quando digo isso, digo isso olhando para a bancada que está atrás de mim, mas também olhando para a bancada que está à minha frente, inclusive para a bancada do Governo.

Portanto, o povo açoriano no mês de outubro disse claramente que há coisas que têm de mudar nesta terra e foi por isso a intenção de voto manifestada nessa altura e é essa intenção de voto que deve ser respeitada, acautelada e pensada todos os dias seja pelo atual Governo, seja pela maioria parlamentar que suporta esse Governo.

Portanto, não há espaço na economia açoriana para sustentar gorduras desnecessárias. Quando se fala de gorduras muitas vezes eu percebo que as pessoas estão todas disponíveis para cortar gorduras, desde que não sejam as suas.

Portanto, é preciso mudar, é preciso mudar essa maneira de pensar a nossa sociedade, porque a abstenção que os açorianos ano após ano foram manifestando em eleições é a prova disso mesmo: deixaram de acreditar na política. É preciso credibilizar a política e credibilizar passa por isso, por rigor. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Bastos e Silva): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já foram ditas a maior parte das coisas, mas eu tinha alguns esclarecimentos na ordem do que o Sr. Deputado Francisco César apresentou de razões para não extinguir, é evidente, respeitando a divergência de opiniões, que comentarei de forma diferente os quatro aspetos que citou.

Relativamente à operacionalidade eu diria duas coisas. A primeira é a insistência sobre a falta de operacionalidade de ter duas organizações que fazem a mesma coisa e que têm o mesmo objeto em 90% das suas atividades. Começa logo com o próprio objeto.

Com a SDEA pretende-se contribuir para a conceção e a execução de políticas que possam estimular o desenvolvimento das empresas regionais, visando a sua competitividade e produtividade, bem como a promoção da inovação e do empreendedorismo. Adiantava aí que a Direção de Apoio ao Investimento e à Competitividade nas suas atribuições contribui para a definição e execução das políticas de apoio ao investimento e de reforço da competitividade do tecido empresarial açoriano, bem como da promoção da inovação da qualidade e do empreendedorismo.

Qual é a diferença?

Bom, eu tenho páginas e páginas aqui de trabalho sério sobre a sobreposição. O trabalho foi feito de forma exaustiva. Terei todo o gosto, aliás, de mostrar a quem quiser uma a uma as atribuições e a correspondente duplicação: página 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 ... sete páginas de atribuições com a sua sobreposição.

Portanto, de operacionalidade, Sr. Deputado Francisco César, a nossa divergência não é política, a minha é absolutamente de operacionalidade, de racionalidade e, por isso, é que isto foi precedido... Digo-lhe que este

memorando é de 21 de dezembro, mas é a documentação do trabalho feito antes.

Para um Governo que tomou posse a 25 de novembro de facto são trabalhos de início de racionalização, com certeza estamos aqui é para cumprir um programa de Governo, mas para fazê-lo não com voluntarismo, mas com uma perspetiva técnica.

No ponto de vista político eu penso que estamos numa situação, que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro já teve quando extinguiu a APIA e criou a SDEA. Na altura, no XI Governo, referiu “durante seis anos a APIA fomentou inúmeros contatos com potenciais investidores, a Região foi promovida e dada a conhecer julgo que a diversos mercados, mas os resultados concretos ficaram aquém das expetativas.”

Pois este é o balanço que o novo Governo, na sua legitimidade, também diz “as pessoas trabalharam, as pessoas são competentes, eu sou o primeiro a não trazer para aqui a incompetência dos serviços, porque sempre me habituei a ver na administração regional muita gente competente e a utilizar constantemente os seus serviços, os seus pareceres e a respeitá-los.

Relativamente à racionalização e à questão dos salários dos funcionários da SDEA.

São os próprios serviços que dizem, porque lhes pedi também para comentarem esta matéria: “O financiamento da SDEA através dos fundos comunitários [estou a ler] é uma falsa questão, uma vez que os técnicos afetos à DRAIC também podem ser financiados através dos fundos comunitários [e eu agora dizia: “Não é só a DRAIC, é também a Direção Regional de Planeamento e Fundos Estruturais e a Direção Regional de Comércio e Indústria, um outro departamento que faça tarefas do mesmo tipo.

Podem ser financiados através de fundos comunitários dentro do eixo da assistência técnica, verbas estas que efetivamente visam apoiar o

funcionamento das entidades envolvidas na gestão dos apoios e não através de outros eixos que se pretende que visem [e vou aqui ao Sr. Deputado Nuno Barata], pois claro que na parte em que não é assistência técnica deve ficar para outros fins e não através da utilização de outros eixos que se pretende que se pretende visem o financiamento de ações que tenham repercussões na economia e não um subterfúgio para pagar vencimentos que até assumem valores muito acima dos que são pagos aos funcionários públicos que desempenham as mesmas funções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

O Orador: Sou eu a ler com o respeito que tenho por um parecer que não é político, é o pedido a uma direção regional e está a escrever aquilo que é o seu juízo racional.

Ponto três: confiança dos empresários. Pois, confiança dos empresários eu permito-me aqui só dar uma nota pessoal. Nos últimos 25 anos, há 26 anos não vinha aqui ao Parlamento, tive uma vida privada completamente e tive empresas grandes dos Açores, médias e empresas pequenas e, portanto, uma das coisas que nos últimos tempos já indigitado para vir para as finanças que eu soube no ambiente empresarial é “vais ter uma direção regional [e dou ali os parabéns ao Sr. Deputado Sérgio Ávila] que funciona muito bem para os empresários, que é a DRAIC”. Nunca ninguém me disse “tu vais ter uma Sociedade de Desenvolvimento Empresarial, uma SDEA, ótima e muito bem apetrechada.” Nunca!

Sr. Deputado Francisco César, aceite a minha sinceridade.

Deputado Francisco César (PS): São coisas diferentes!

O Orador: Ao contrário, que tinha uma direção, direção essa que respeito, protejo e mantenho nas mesmas circunstâncias. Se puder melhorar, melhora, mas pelo menos manter os serviços que faz.

Portanto, também lhe diria, e sem que isso seja a decisão fundamental, que não obtive das câmaras do comércio ou de outros empresários organizados ou institucionais nenhuma sugestão. “Mantenha, que isso é ótimo.” Não! Sinceramente, não!

Finalmente, o artigo 29.º, que neste caso permitiria no argumentário que o Sr. Deputado Francisco César teve, em nome do Partido Socialista, como é evidente, que a SDEA seria uma empresa diferente, tinha um artigo 29.º que dava aos trabalhadores uma situação que não permitiria o caminho que se seguiu – e bem!- na SPRHI e noutras empresas já extintas.

Também tive que pedir aos serviços, para além de existir um parecer jurídico, uma nota para não vos maçar e passo a ler a nota sobre o artigo 29.º.

O artigo 29.º, n.º 2, dos Estatutos da SDEA diz: “Em caso de extinção da SDEA sob qualquer forma a Região assume todos os ativos e passivos, posições contratuais e responsabilidades individuais. Tem de ser interpretado à luz do princípio da legalidade que rege a atuação da Região Autónoma enquanto ente público por oposição às empresas públicas que se regem, em primeiro lugar, pelo direito privado. Por outras palavras, a Região só pode contratar respeitando todas as regras de contratação pública e de enquadramento remuneratório, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obviamente!

O Orador: ... não podendo praticar remunerações que não tenham suporte na lei aplicável aos quadros da função pública.”

É assim que faremos, Sr. Deputado. Já estamos em curso. Isto tudo tem sido conduzido com a participação técnica de serviços competentes e respeitados.

Obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos por fases.

A primeira questão que se coloca aqui é se esta é uma questão se que o Partido Socialista considera ou não que a extinção da SDEA é uma questão ideológica para si. Não é! Não é de todo!

Aliás, em termos de reestruturação do setor público empresarial o Partido Socialista e o Governo Regional anterior têm obra feita. Aliás, foi o Partido Socialista e o seu Governo que num passado muito recente entre fusões, extinções, alienações, fez uma reestruturação profunda em cerca de 17 empresas. 17 empresas!

Portanto, se a questão fosse puramente ideológica, se fosse algum princípio do ponto de vista de ser contra a extinção de empresas, teria feito isso no passado, mas não!

Tem a ver com o serviço que essas podem prestar à economia, às populações e à nossa Região e aí divergimos. Divergimos do ponto de vista de opinião, naturalmente, mas também permita-me que lhe diga em alguns factos. Portanto, é aí que está o busílis da questão.

Em primeiro lugar, e também respondendo ao Sr. Deputado Nuno Barata, nós consideramos que há empresas que devem privatizadas e há outras que não devem ser. A questão dos monopólios para nós faz toda a diferença. Portanto, sobre isso não há dúvidas.

Sr. Deputado Nuno Barata, também lhe dizer o seguinte a propósito do que disse há pouco ao Sr. Deputado Nascimento Cabral. Nós estamos a falar de coisas sérias todos e de uma forma séria. Portanto, este reparo permita-me que seja feito.

Vamos à questão dos custos. O Sr. Deputado do Chega referiu aqui que é favor de cortes em todas as gorduras desnecessárias. Nós também.

Deputado Carlos Furtado (CH): Nem mais!

(Risos dos deputados do Chega)

O Orador: Nós também. Nós somos a favor de cortes em todas as despesas desnecessárias, por isso é que o Governo anterior tinha uma dimensão e um custo substancialmente inferior ao atual Governo Regional, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): E a consultadoria como é que era prestada?

O Orador: ... por isso é que em média no Governo anterior quem era técnico especialista ganhava cerca de mil euros a menos de que cada técnico especialista contratado pelo atual Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Portanto, em matéria de custos estamos à vontade, mil euros a menos por cada salário de técnico especialista contratado por membros do Governo.

Portanto, sobre isto estamos à vontade, só tenho pena que quando é aparentemente socialista é mau, quando é obviamente de direita é bom.

Portanto, sobre esta matéria penso que também de argumentos estamos conversados, mas vamos concretamente àquilo que foi dito.

A SDEA tem um conjunto de competências dito pelo Sr. Secretário, que as disse genericamente.

A SDEA tem, por exemplo, ao nível da marca Açores apoios em cerca de 200 empresas, cerca de 3.700 selos no âmbito da marca Açores.

Em termos de valorização dos produtos açorianos tem campanhas de promoção realizadas, eventos de venda direta, participação em feiras nacionais, internacionais, publicidade realizada em TV com cerca de mais de dois milhões de espectadores e publicidade feita na internet. Tinha na sua gestão, a gestão dos PIR, dos gabinetes de empresa, das lojas de exportação, da certificação de PME, de benefícios fiscais em regimes contratuais, tem também a questão de inovação e de empreendedorismo, a rede de incubadoras, o programa PME Digital, os vales que já falámos neste Parlamento, a certificação PME, temos os vales incubação, temos o Terceira Tech Island com mais de 20 empresas, 160 postos de trabalho criados ...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Já disse duas vezes!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é trabalho da DRAIC!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, como é que o Sr. Secretário, que tem um bom serviço na DRAIC e nós sabemos disso, porque temos técnicos que nos têm vindo dizer, mas que já têm pouca capacidade de resposta para as solicitações que estão a ter face à situação económica que nós estamos a passar, o senhor tem um à vontade de vir dizer aqui que vamos acrescentar àquilo que a DRAIC faz toda esta panóplia de competências, todo um conjunto de matérias que só não estão na competência da DRAIC, mas que vão obrigar a sair daquilo que é, a sua zona natural de trabalho.

O senhor o que vai acabar por fazer, permita-me que lhe diga, com todo o respeito que lhe tenho, é estragar uma boa direção regional, com um conjunto

de competências, e muitas delas que ficarão descentralizadas até em outras direções, que a meu ver não fazem sentido nenhum, ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Bastos e Silva*): Claro que tenho! Eu é que tenho o serviço comigo!

O Orador: ... e o que vai acabar por acontecer é que vai sobrecarregar os serviços, vai desconcentrar em relação a outras direções regionais matérias que estavam todas concentradas na SDEA, e o que vai acontecer é que para os empresários, para o investimento externo, eles vão passar a ter um calvário de acesso à Região. O que nós vamos acabar por ter é outra vez um fechar dos Açores tal como tivemos antes 1996.

E permita-me que lhe diga o seguinte, Sr. Secretário: ...

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PS*)

... Sr. Secretário, eu sei que o senhor no passado não concordava com isso quando foi Sr. Secretário Regional das Finanças, porque estava no programa eleitoral do PSD a necessidade de termos um instrumento no passado, quando o senhor foi Secretário Regional das Finanças...

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

O Orador: ... e defendeu isto aqui no Parlamento, a necessidade de nós termos um instrumento como o IPA que pudesse fazer não só a promoção do investimento externo, não só a capacitação dos nossos empresários, não só na altura também as privatizações – é verdade! -, mas todo um conjunto de competências que naturalmente o Governo de então, onde o senhor foi Secretário Regional das Finanças, ...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Joaquim Bastos e Silva*): Extinguiu o IPA, Sr. Secretário!

O Orador: Sr. Secretário, estava lá, tal como o Secretário Regional da Economia, Mário Fortuna. Tive o cuidado de ler os Diários das Sessões.

O IPA é de 89 até 1996. Eu tive o cuidado de ler. Não faço nenhuma afirmação sem saber o que estou a dizer.

Da mesma forma que eu me lembro bem do cuidado e a luta que houve no Governo da República do Dr. Paulo Portas quando...

(Diálogo entre os Deputados Joaquim Machado e Berto Messias)

O Orador: Eu gostava de poder não interromper o Sr. Deputado Joaquim Machado, se me permitir.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E o Deputado Berto Messias!

O Orador: Eu percebo que era secretário nesse tempo. Lembra-se bem!

Eu gostava de lembrar que o próprio CDS lutou dentro do Governo da República para poder ter na competência do Vice-Primeiro Ministro, Paulo Portas, instituições semelhantes, como a AISSEP e como o IAPMEI, porque o CDS e o PSD também consideravam que instrumentos deste âmbito eram fundamentais.

Portanto, sobre esta matéria os senhores nos Açores não reconhecem o que fizeram no passado, nem aquilo que os seus partidos fizeram no continente.

Em relação, à operacionalidade, a meu ver, penso que estamos conversados.

Em relação à questão dos custos. Sr. Secretário, isto não é uma questão ideológica. A SDEA não foi roubar fundos comunitários a ninguém para pagar os seus salários.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Bastos e Silva): Ninguém usou isso!

O Orador: A SDEA candidatou-se a projetos, projetos que foram aprovados pela União Europeia e que a características como uma empresa que prestava

serviços como a SDEA pode-se candidatar. Isso implicava também salários. O que o senhor está a fazer é exatamente o contrário. É retirar à administração regional a capacidade de poder aceder a esses fundos para poder financiar salários.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: Portanto, sobre esta matéria os senhores, pura e simplesmente, querem é terminar com a empresa não por nenhum outro motivo a não ser uma questão programática que tinham no passado.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Isso não é verdade!

O Orador: O Sr. Secretário também não disse outra coisa: é que quem vai captar investimento, quem vai chamar os empresários serão exatamente os mesmos que vão analisar os projetos ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E na agricultura como é?

O Orador: ... e isso é uma questão de confiança no sistema que a meu ver é grave e que devia ser acautelada na forma como seriam distribuídas as competências. A SDEA permitia exatamente isso. A SDEA captava o investimento, a DRAIC fazia a análise dos investimentos.

Por último, a questão dos trabalhadores. A questão dos trabalhadores, Sr. Secretário, é a questão que talvez me faz mais impressão no meio disto tudo e é aí que eu também não percebo a pressa.

Em primeiro lugar, os trabalhadores foram chamados e foi-lhes dito o seguinte (isso está escrito e eu falei com alguns trabalhadores): ou aceitam ou vão embora com a respetiva indemnização. Foram pressionados no sentido de aceitar as condições que têm.

Segundo: só falaram com os trabalhadores antes de apresentarem o decreto de extinção da SDEA e não depois. Não houve qualquer possibilidade de negociação e, portanto, isto não é a melhor forma de falar com os trabalhadores,

não é a melhor forma de acautelar o seu futuro. Com isso não irá contar com o Partido Socialista, porque os trabalhadores também merecem respeito, merecem serem adequados de acordo com a lei, porque isto depois poderá trazer consequências gravosas para o Governo em futuras situações de tribunal.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de começar a minha intervenção e levanto-me justamente porque em aparte o Sr. Deputado Francisco César perguntou pela questão dos trabalhadores e os trabalhadores e nada, eu confesso que não consigo entender a sua fixação com o tamanho deste Governo e a diferença salarial de mil euros, porque bom, bom, bom era ter empresas e mais empresas, serviços e mais serviços, dependências e mais dependências, ...

Deputado Francisco César (PS): Extinguimos 17!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Criaram!

A Oradora: ... cheias de gente e quase nulas em competências e em serviço.

Sr. Deputado Francisco César, já que o senhor é tão detalhista vou pedir aqui um bocadinho de paciência à câmara para sermos então detalhistas e com factos. Esta é, antes demais, uma boa proposta do Governo Regional que acautela de facto os direitos dos trabalhadores e todas as outras competências da SDEA, mas também o Governo Regional e nós, o PSD e outras bancadas, cometemos até hoje, quando falamos deste assunto, um erro de detalhe.

A proposta que foi apresentada para a extinção da Saudaçor e da SPRHI pelo anterior Governo Regional mereceu pareceres arrasadores dos sindicatos.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais sindicatos? UGT?

Deputado Bruno Belo (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: O que saiu, foi aprovado e implementado foi a proposta final com várias propostas de alteração de vários partidos aqui, neste Parlamento, que depois de negociadas e aprovadas, sim, deram o resultado final que todos nós conhecemos e que a SDEA segue o exato mesmo princípio.

Por isso, quem não queria saber de trabalhadores, quem não queria falar com trabalhadores era o anterior Governo Regional, suportado pela bancada do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD e PPM)

Deputado Carlos Silva (PS): A realidade desmente isso tudo!

A Oradora: E para não me estarem a dizer que não sobre uma coisa que é um facto, porque me irrita um bocadinho, confesso!, tenho aqui a página principal do *Açoriano Oriental*, do dia 24 de outubro de 2018, que diz que “sindicato diz que proposta de extinção de empresa açoriana não assegura direitos laborais.”

Não vou pedir à Mesa para distribuir por todos os deputados. Quem quiser procura, quem quiser encontra, quem estiver aqui a debater com boa-fé vai ver exatamente o que eu estou a dizer.

Deputado Francisco César (PS): Mas há aqui alguém a debater com má-fé?

A Oradora: Depois, Sr. Deputado Francisco César, o senhor já na discussão da comissão fez-se valer de uma carta dos trabalhadores da SDEA ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ... que dizia que o processo de extinção estava todo muito mal feito, mas na altura do debate da extinção da SPRHI e da Saudaçor eu também nunca ouvi referir a carta que os trabalhadores da SPRHI enviaram ao anterior Governo Regional simplesmente porque não lhe interessava, não lhe dava jeito e decidiu esconder.

Deputado Carlos César (PS): Qual é a conclusão?

A Oradora: Hoje, o que é que nós temos com o diploma da extinção da SDEA?

Nós temos contratos de tempo indeterminado que passam para a administração pública, contratos a termo, os programas e os estágios que terão a oportunidade de finalizar o tempo de estágio e de programa também na administração pública, temos a equivalência das carreiras, temos a contagem do tempo de serviço, temos a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e temos dois pareceres de sindicatos, um favorável e outro que faz recomendações.

Deputado Francisco César (PS): O favorável não tem associados!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está a ver, Sr. Deputado António Lima!

A Oradora: É natural que os sindicatos também possam fazer recomendações, é esse o papel dos sindicatos.

De resto, Sr. Deputado Francisco César, o que eu gostava de ver da sua postura em relação a esta e a outras matérias é que o senhor comece a discutir sem querer fazer politicazinha ...

Deputado Francisco César (PS): Está a brincar comigo!

A Oradora: ... o que deve ser discutido de forma ampla e consensual.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui a uma espécie de complexo ideológico de vergonha. Complexo ideológico de vergonha!

O Sr. Deputado Francisco César tem vergonha de ser socialista e de defender empresas públicas e por isso vem aqui dizer que não é uma questão ideológica. Antes viesse dizer que é uma questão ideológica.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: Antes viesse dizer que ideologicamente, politicamente defende a manutenção da SDEA. Era muito mais sério, muito mais honesto intelectualmente do que esconder-se em argumentos técnicos para dizer que não quer, que quem está aqui a decidir agora o faz de acordo com argumentos políticos.

Ora, Sr. Deputado, vou-lhe dizer com muita sinceridade: eu agora, como no passado, defendo argumentos políticos, ideológicos para a minha Região que a tirem da situação socioeconómica em que estava em finais de 2019.

O Sr. Deputado Francisco César também falou relativamente a monopólios, de serviços essenciais, não privatizar, mas foi o seu Partido Socialista que privatizou o monopólio de serviço essenciais, o monopólio de energia elétrica dos Açores. foi o Partido Socialista, Sr. Deputado! Foi o Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): Não foi bem assim!

O Orador: O mesmo Partido Socialista que, através do Decreto Legislativo Regional n.º 9/97/A, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores

para o ano de 1997, inscreveu no artigo 10.º “Privatizações”. Passo a citar: “O Governo Regional apresentará no prazo de 150 dias um plano com a calendarização das diferentes medidas tomadas e a tomar tendentes à privatização de todas as empresas públicas regionais e à venda de todas as participações sociais em empresas privadas.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é ideológico. Não foi do Partido Socialista. Foi de um acordo de incidência parlamentar que o Partido Socialista teve de assinar em 1996. Eu estava ali naquela cadeira, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro estava ali atrás, os outros não estavam cá. Já cá estava! Era um rapazito novinho, mas já cá estava. Portanto, não há que ter pejo em assumir questões de ideologia e não há que ter vergonha de assumir questões de ideologia.

Sr. Deputado Francisco César, por último, quero dizer-lhe que quando o senhor fala da marca Açores, da SDEA e desses produtos todos e da valorização dos produtos açorianos, eu vou deixar esse debate para outro dia, porque sobre isto a gente não chegava a casa nem no final da semana que vem. Vou só deixar aqui um alerta à Sra. Deputada Bárbara Chaves, que deve ter visto como eu vi, nas prateleiras dos supermercados de grandes superfícies no continente, um produto marca Açores, com uma marca chamada “alheiras de Santa Maria” que nunca passaram pela ilha de Santa Maria.

O blister de plástico deve vir da China, a tinta provavelmente de Singapura (tinta do rótulo) ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termino.

O Orador: ... a tinta do rótulo, a tripa vem de uma fábrica qualquer no norte da Coreia e o conteúdo que lá está dentro eu não sei bem de onde e que vem em contentores de um metro cúbico, de um sítio qualquer. É empacotado em São

Miguel. É empacotado e é transformado em produto Marca Açores e é vendido como um produto de grande valorização dos produtos açorianos.

E fico-me por aqui.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD e PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, o senhor acusou-me há pouco de ter uma visão seletiva ou um sentido crítico seletivo de criticar mais à esquerda e não criticar à direita.

Não, Sr. Deputado! Não tenho essa visão seletiva, não!

Agora devo dizer que V. Exa. tem um ouvido seletivo, porque na minha intervenção eu virei-me para a bancada atrás de mim, mas também virei-me para a bancada do Governo e para a bancada que apoia parlamentarmente esse Governo. Portanto, que fiquemos claros: não sou seletivo nas minhas linhas de raciocínio, nem posso ser e devo dizer que relativamente aos pedidos de esclarecimento o Governo sabe que já há algum tempo fizemos um pedido de esclarecimento relativamente à estrutura de custos desse novo Governo preocupado com esses mesmos custos. Obviamente que tínhamos que estar, porque essas são as contas que temos que prestar ao povo açoriano.

Deputado Carlos Silva (PS): Que ainda não respondeu!

O Orador: Ainda não respondeu, mas há de responder.

Bem bom que responderam foi que nas nomeações feitas à pressa pelo anterior Governo relativamente à EDA acabaram por ser corrigidas, ou seja, canceladas, porque o tal partido Chega, atempadamente, insurgiu-se contra essa situação.

Portanto, o Chega estará e vai estar, não tenho dúvidas nenhuma disso, aliás, o Governo Regional dos Açores já percebeu isso das conversas que tivemos, que o Chega não está aqui para fazer fretes, passo a expressão, a ninguém, porque estamos a prestar um serviço ao povo açoriano, ...

Deputado José Ávila (PS): Não parece!

O Orador: ... como qualquer um de nós que aqui está estará, uns com uma visão, outros com outra.

Obviamente que a nossa visão é mais rigorosa. Isso depende da natureza de cada um, mas a nossa visão é que se todos vivermos com pouco, todos vamos viver. É diferente de alguns que querem viver com muito para que os outros vivam com quase nada.

Também o argumento que o senhor usou em comissão sinceramente devo dizer que o argumento foi desastroso. Desde que o dinheiro venha da União Europeia para pagar ao Conselho de Administração da SDEA não vem mal nenhum ao mundo, como que se o dinheiro que viesse da União Europeia não viesse de contribuintes europeus. Parece que vem da árvore das patacas da União Europeia.

Sr. Deputado, se é assim que o senhor olha para o dinheiro dos impostos europeus, acho que estamos conversados.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar neste debate, porque me parece que há aqui um conjunto de argumentos, alguns dos quais já foram avançados pelo meu colega de bancada, o Deputado Francisco César, mas que eu gostaria de realçar neste momento e gostaria, no fundo, de contrapor algumas das afirmações que aqui ouvi e em relação às quais discordo e, em alguns casos, acho até que não correspondem inteiramente à verdade.

Em primeiro lugar, dizer que neste tipo de debate o Partido Socialista está particularmente à vontade. Particularmente à vontade! Porque, em cerca de um ano e poucos meses, o Partido Socialista procedeu à extinção da SPRHI; à extinção da Sata SGPS; à extinção da companhia Sociedade Pesqueira por fusão e incorporação na Santa Catarina; à extinção por incorporação da Espada Pescas; à transmissão não onerosa a favor da Região da percentagem detida na Atlânticoline e Sata Air Açores na Ilhas de Valor; ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Isso foi o PS ou o Governo?

O Orador: ... à saída da posição da Região da condição de associado da Associação de Turismo Açores; à desvinculação da condição de associado da Região na ENTA; à desvinculação da condição de associado na AGESPI; à desvinculação da condição de associado por parte da Associação de Formação Turística e Hoteleira e a extinção da associação Portas do Mar; a alienação de 51% do capital social da Pousadas de Juventude dos Açores; a alienação de

parte do capital social da Norma; a extinção da Saudaçor; o processo de privatização da Naval Canal que não sei se ainda decorre, se já está concluído, mas que estava em curso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Veja o que criaram de empresas!

O Orador: Portanto, eu acho que este debate não é propriamente uma questão ideológica que nos separa e o tempo tem essa grande vantagem em que cá estaremos, como agora cá estamos, para ajuizar do mérito da bondade, e, sobretudo, dos resultados de algumas das opções que, nesta medida, o Governo diz pretender alcançar. A nossa preocupação centra-se aí.

Em primeiro lugar, porque me parece que esta decisão é uma decisão por reação. Não é uma decisão que corresponda, efetivamente, dentro dos princípios que vise realizar, a uma opção clara e estratégica do Governo Regional, mas é uma opção por reação, ou para cumprimento daqueles que são compromissos que legitimamente assumiu com alguns dos partidos que dão apoio parlamentar ao Governo, ou numa visão talvez mais ...

Deputado Nuno Barata (IL): Diabolizada!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Isso foi o PS ou o Governo?

O Orador: ... realista apenas porque foi uma instituição criada pelo Partido Socialista e, portanto, é preciso extinguir.

Há duas ordens de argumentos que foram avançados aqui e que, no fundo, demonstram a fragilidade desta opção.

O primeiro, avançado já pelo Sr. Secretário *en passant* na sua audição na comissão, a questão dos custos com as remunerações, nomeadamente, do Conselho de Administração.

O atual Governo poderia perfeitamente ter resolvido esse assunto, logo quando entrou.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Podia ter resolvido esse assunto logo quando entrou, e para resolver este problema não precisa de extinguir a SDEA. Pode resolvê-lo de outra maneira.

Em segundo lugar, há argumentos que, do ponto de vista do princípio, me parecem ser contraditórios com algumas das declarações que, da parte do Governo, têm existido.

É mais transparente ter uma estrutura como a SDEA, ou como a APIA, com a missão de captar investimento externo, do que juntar ambas essas funções no mesmo departamento do Governo. É por isso que o argumento da APIA e da SDEA não pode ser invocado, nem as minhas declarações na altura podem ser invocadas para este assunto.

Este aspeto é particularmente preocupante quando uma das grandes bandeiras de campanha do Partido Social Democrata foi, exatamente, a desgovernamentalização e aqui o que se está a fazer é exatamente o contrário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: É a governamentalizar uma área sensível e importante como a captação de investimento externo.

Já termino, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Depois há aqui alguns argumentos que eu não posso deixar de corrigir e de clarificar.

Não sei onde é que o Sr. Deputado Rui Martins foi buscar a ideia da imagem que nós temos na Europa em termos de execução de fundos comunitários.

Bom, se há coisa que a Comissão Europeia, a começar pelo antigo líder do PSD, o Dr. Durão Barroso, sempre disse e daí para cá repetiu várias vezes a

Comissão Europeia, foi que os Açores eram um exemplo do ponto de vista da execução de fundos comunitários.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Nuno Barata, mesmo sabendo que o senhor não tem tempo para contrapor, o Governo não privatizou monopólio nenhum. O Governo privatizou uma empresa em relação à qual há um contrato de concessão que é um bocadinho diferente daquilo que o senhor quis dizer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor nunca devia ter privatizado a distribuição! Nem 1%!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro veio tentar, sufragando os argumentos já expostos pelo Sr. Deputado Francisco César, de alguma forma credibilizá-los, mas, convenhamos, não conseguiu. Não conseguiu, porque ficou suficientemente explicado quer pelo Governo Regional pela intervenção do Sr. Secretário das Finanças, quer até pelas intervenções de vários deputados aqui nesta Casa, que o papel da SDEA é perfeitamente dispensável no contexto de reorganização e do trabalho que a SDEA está fazendo, ou por outra, do trabalho que não está fazendo, porque das competências todas que o Sr. Deputado Francisco César evocou a verdade é que é o próprio Deputado Francisco César que diz que não está a fazer nada e de todas elas, conforme bem explicou o Sr.

Secretário das Finanças, elas podem ser internalizadas e melhor executadas, até porque boa parte delas até já são feitas pela Direção Regional, pela DRAIC.

Nesse aspeto, há aqui dois fatores que são para o PSD bastante claros. O primeiro tem a ver com aquilo que foi invocado pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro sobre a transparência.

A questão da transparência para o Partido Socialista sobre a SDEA é terem andado a esconder nos relatórios da SDEA os vencimentos dos seus administradores. Essa é que é a transparência que o senhor tem defendido para a SDEA e que a SDEA tem executado nos últimos tempos, que foi esconder o vencimento dos seus administradores, nomeadamente que o Presidente do Conselho de Administração tinha um vencimento de 5.750€.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Carlos Silva (PS): É mentira!

O Orador: Essa transparência de uma empresa que era tutelada pelo Governo Regional do Partido Socialista e que atuava dessa forma.

Mas o Sr. Deputado Vasco Cordeiro deu aqui uma ajuda fundamental para a argumentação sobre a questão dos direitos dos trabalhadores da SDEA. É que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro invocou que quando foi Presidente do Governo extinguiu, não contei ao certo o número de extinções de empresas públicas que levou a cabo, mas foram bastantes e outras vendeu participações e outras o Governo Regional deixou de fazer parte e eu não percebo se em todas essas extinções foram salvaguardados os direitos dos trabalhadores.

Ora, o que o Governo Regional atual está a fazer com a SDEA, relativamente aos seus trabalhadores é precisamente o mesmo que foi feito na extinção das empresas que V. Exa. levou a cabo enquanto era Presidente do Governo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é só isso que está em causa!

O Orador: Portanto, das duas, uma: ou o senhor acha que na altura não defendeu suficientemente e que o Governo Regional de então, presidido por V. Exa., não salvaguardou os direitos dos trabalhadores, ou então está a levantar uma falsa questão sobre direitos dos trabalhadores que agora estão a ser exatamente defendidos nos mesmos moldes que o foram no passado.

Nós todos sabemos, e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro sabe-o muito bem, que para esta internalização, como muito bem explicou o Sr. Secretário das Finanças, os trabalhadores para serem internalizados têm de respeitar a lei geral que diz respeito ao exercício de funções públicas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nem falei dos trabalhadores!

O Orador: Portanto, isso é assim quer respetivamente à sua carreira, quer relativamente ao seu vencimento.

Portanto, estar a exigir o impossível não lhe fica bem e não fica bem a um partido que teve as responsabilidades governativas do Partido Socialista.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó senhor, eu nem sequer falei na questão dos trabalhadores!

O Orador: O senhor disse que o senhor sufragou a intervenção do Sr. Deputado Francisco César e foi isso que o Sr. Deputado Francisco César alegou.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Podem estar desentendidos!

O Orador: Portanto, o senhor fez suas as palavras dele. Não venha dizer aquilo que não disse, porque de facto o senhor sufragou essas palavras.

Mas sobre o Partido Socialista ir ao encontro das premonições aqui levantadas pelo Sr. Deputado Francisco César relativamente ao futuro da SDEA e ao futuro das competências da SDEA, que vai estragar uma direção regional, que tem

competências que têm de ser exercidas e que mais ninguém vai exercer, que vamos perder imenso com esta extinção ... eu lembro-me sempre quando ouço o Sr. Deputado Francisco César fazer premonições de uma premonição que fez já há algum tempo atrás que foi mais ou menos assim: “Nunca os Açores vão ter companhias low cost a voar para os Açores.” Por premonições do Sr. Deputado Francisco César estamos conversados.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-P e PPM)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Para um protesto.

Presidente: Protesto a?

Srs. Deputados, não sei se repararam, mas o Sr. Deputado Francisco César pediu a palavra e eu quero perceber para quê?

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, para um protesto. Vai-me perguntar porquê e antecipo-me já dizendo-lhe o seguinte, dava para dois, mas só vou fazer um. Ao facto de ter dito que o Governo do Partido Socialista escondeu os vencimentos.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu já não sei mais o que é que hei de esperar, porque eu nunca pensei que o PSD chegasse ao ponto de, para tentar ter

qualquer tipo de dividendo político, atacar uma pessoa e atacar a seriedade do anterior Governo.

O senhor veio a este Parlamento dizer que a anterior administração escondeu os seus vencimentos do público.

Olhe, permita-me que lhe diga: não só isso fica muito feio ao seu partido e ao Governo quando referiu isso, como é totalmente falso.

Eu, à coisa de 30 minutos, no site da SDEA, retirei o três despachos de nomeação da administração da SDEA, em que nos três despachos de nomeação da SDEA, quer no despacho do Dr. Arnaldo Machado, quer nos dois despachos de nomeação do Dr. Arnaldo Machado, quer no despacho de nomeação do Eng.º Vítor Fraga, constava não só o salário que eles auferiam, como inclusive esses salários, ao contrário do que disse o Sr. Secretário Regional, eram exatamente iguais àqueles desde o início da criação da SDEA.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário mentiu na comissão parlamentar!

O Orador: Portanto, não só não foi nada escondido, como o salário do Conselho de Administração é exatamente o mesmo, como aqui está provado e vou fazer chegar à Mesa, desde a sua criação.

Já de vez lhe digo que o salário do Dr. Arnaldo Machado era exatamente o mesmo àquele que ele auferia enquanto diretor regional com a competência de gestão dos fundos comunitários.

Portanto, Sr. Deputado, o mínimo que se esperava da sua parte era dizer assim: “Eu queria pedir desculpa ao Partido Socialista ...

Deputado Berto Messias (PS): Rigor!

O Orador: ... e ao Governo anterior por ter dito que os salários dos gestores tinham sido escondidos do público, quando eles sempre estiveram no site com os seus despachos de nomeação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Ou seja, o Sr. Secretário mentiu na comissão parlamentar!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, querendo, tem dois minutos para contraprotesto.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, aquilo que eu acho que deveria ter acontecido no seu protesto era em vez de me exigir a mim um pedido de desculpas por eu ter dito a verdade, ou seja, o que eu disse foi que o Governo do Partido Socialista permitiu que se escondesse ou escondeu ...

Deputado Francisco César (PS): Não se escondeu nada!

O Orador: ... que nos relatórios e contas da SDEA ...

Pode retirar a gravação, aquilo que foi dito. No relatório (posso ter dito de atividade por erro, mas é no relatório) ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor nem falou no relatório!

O Orador: Aliás, é o que foi dito em comissão.

... tinham escondido os salários dos administradores, nomeadamente que tinham escondido que o Presidente do Conselho de Administração tinha um vencimento de 5.750€, coisa que só agora os açorianos souberam.

Percebo! Há muito pouco escrutínio às vezes sobre estas coisas, se calhar acreditavam demais na vossa bondade.

Quem eu acho verdadeiramente que devia pedir desculpa era o Partido Socialista por ter andado a criar empresas para atribuir salários milionários a

administradores que pelos vistos tinham muito pouca utilidade para o sucesso e para o futuro desta Região.

Esse é que era o pedido de desculpa que o senhor devia pedir.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM)

Deputado Miguel Costa (PS): Diga lá quanto é que ganha o fotógrafo da Presidência! 3000 euros!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, termino o meu contraprotesto dizendo-lhe que não devo nenhum pedido de desculpa ao Partido Socialista por ajudar os açorianos a saberem a verdade sobre aquilo que foram os muitos e muitos erros de governação, daquilo que foi a vossa presença no poder durante 24 anos.
Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM)

Deputado Miguel Costa (PS): Porque é que não tirei fotografia!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Voltemos ao debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero aqui descrever muito sucintamente alguns dos acontecimentos que contextualizam esta iniciativa.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro referenciou que extinguiu um grande número de empresas. Eu quero responder-lhe e fazer uma pergunta: quem é que as criou?

Quem é que criou todas as empresas que V. Exa. extinguiu depois entre 2000 e 2018?

É que isto parece a inversão da história bíblica da criação do mundo em seis dias e Deus depois descansou ao sétimo dia.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Do Genesis!

O Orador: A verdade é que Vs. Exas. criaram um intrincado número, um complexo de empresas públicas que davam um prejuízo brutal à Região Autónoma dos Açores, que significavam um perigo tremendo para a viabilidade económica da Região Autónoma dos Açores.

Não sou eu que o digo, são os sucessivos relatórios do Tribunal de Contas.

Quando é que o vosso processo se altera? Quando é que Vs. Exas. decidem alterar a natureza das coisas?

É quando se anuncia a criação de uma comissão de inquérito por iniciativa do CDS-PP, PSD e PPM.

Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: É depois desse anúncio, da criação da comissão de inquérito que Vs. Exas. anunciam a reestruturação do Setor Público Empresarial Regional. É facto. Está atado, posso provar-lhe. Portanto, há um anúncio prévio, até por parte do atual Vi-Presidente do Governo Regional, Artur Lima, que fez esse anúncio. Dias depois Vs. Exas. anunciam que irão proceder à reestruturação do Setor Público Empresarial Regional. O que é que aconteceu?

O que aconteceu é que essa comissão de inquérito foi absolutamente arrasadora em relação à utilidade, ao desequilíbrio que provocavam as empresas públicas regionais criadas por V. Exa. naqueles 18 anos da criação. Por isso, é que há aqui da vossa parte uma alteração em relação a algo que era absolutamente

insustentável. Não se poderia assegurar racionalmente aquilo que Vs. Exas. fizeram, era impossível sustentar do ponto de vista lógico toda a despesa, todo o desequilíbrio.

Aliás, em 2019, o Tribunal de Contas ainda diz o seguinte: “Em 2018 o Governo Regional aprovou um plano de reestruturação do Setor Público Empresarial Regional que se encontra em execução. Esse plano pode não ser suficiente, porquanto o desempenho económico e a posição financeira das entidades sob o controlo da Região, e em particular das que constituem o Setor Público Empresarial Regional, voltaram a deteriorar-se de forma significativa em 2019. Em termos agregados, os encargos da dívida representaram 59,7% dos recursos obtidos através das respetivas atividades operacionais, acentuando-se o grau de descapitalização e nível de endividamento.” O Tribunal de Contas. Portanto, este era um cenário negro, mesmo depois do anúncio da reestruturação do Setor Público Empresarial Regional.

Ora, se este é o cenário do ponto de vista geral, o que é que acontece em relação à SDEA?

A SDEA é um caso típico, uma situação típica de uma empresa que não tem qualquer utilidade prática.

Dizem-me Vs. Exas. e dizia o Sr. Deputado Francisco César mais especificamente: “Bem, estão a exercer competências que não podem ser exercidas por nenhuma outra entidade.”

Falso! Ficou demonstrado que essas competências já estão de facto até no organograma das direções regionais que trabalham nessa área. Portanto, há aqui uma duplicação de funções.

Deputado Francisco César (PS): Eu não disse nada disso!

O Orador: É algo que podia ser feito, que está a ser e vai ser feito por essas direções regionais.

Diz-me V. Exa. que os fundos europeus só podem ser obtidos dessa forma.

Também é falso! Mais uma vez falso. Esses fundos europeus podem e devem ser obtidos através de outros canais.

Portanto, o que é que justifica o funcionamento da SDEA?

O que fica da sua argumentação é que a SDEA serve para pagar os salários do Conselho de Administração. Ora essa! Não é uma justificação plausível. Não pode ser plausível que uma empresa, só para fazer nada e para fazer coisas que já estão previstas dentro das competências de outros órgãos, que esse Conselho de Administração custe mais de 200 mil euros por ano.

Qual é a justificação?

Deputado José Ávila (PS): O senhor sabe que não é verdade!

O Orador: Vamos manter uma empresa só para manter um Conselho de Administração a receber estes vencimentos?

Não tem justificação absolutamente nenhuma.

Por isso, é que nós apoiamos esta iniciativa do Governo Regional, porque se trata de extinguir uma empresa que não é necessária, uma empresa que duplica funções que a administração regional já desempenha, porque os resultados obtidos não são nada satisfatórios até tendo em conta os enormes recursos que foram projetados na empresa e porque o dinheiro dos fundos europeus deve ser respeitado. Nós em cada momento não devemos dizer: “Não interessa! Este é o dinheiro pago pelos contribuintes portugueses ou pelos contribuintes açorianos. Se é pago pelos contribuintes europeus aí já se pode ter uma gestão descuidada, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não foi dito isso!

O Orador: ... porque esse dinheiro não deve ter o mesmo rigor no âmbito da sua gestão que os dinheiros que são utilizados e que resultam diretamente do esforço dos contribuintes açorianos e portugueses.”

Não! Nós devemos ter um respeito absoluto pelo dinheiro dos contribuintes e pelo dinheiro também dos fundos europeus com total rigor. Esse dinheiro tem

de ser utilizado onde é absolutamente necessário e não para criar uma empresa que já se viu que a sua mais-valia do ponto de vista objetivo era pagar salários milionários a um Conselho de Administração que recebia salários muito, muito superiores ao que os seus congéneres no âmbito da administração pública recebem exatamente para fazer a mesma coisa. Recebem duas e três vezes mais do que os funcionários públicos recebem para fazer exatamente a mesma coisa que eram fundamentalmente eles que estavam a assegurar o funcionamento e as competências que aqui estão previstas para a SDEA.

Quando nós temos um relato daquilo que foi feito, da descrição de funcionamento, dos resultados obtidos da SDEA, não se pode ter outra ideia que não seja que este organismo não serve, não tinha resultados e é uma despesa incomportável para a Região e é uma despesa injustificável do ponto de vista da utilização da gestão de fundos públicos. Não tem justificação, não é aceitável, nem sequer é ético.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, pede a palavra para?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, eu fui interpelado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão. A questão era para saber se o Grupo Parlamentar do PS ainda tem tempo disponível neste debate?

Presidente: O Grupo Parlamentar do PS já esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado Rui Martins, se faz favor.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Executivo:

Queria só lembrar ao Deputado Vasco Cordeiro que eu não falei em Comissão Europeia, na imagem que a Comissão Europeia tem de Portugal.

O que eu disse foi a imagem que temos na Europa e até lhe poderia relembrar a célebre afirmação do Ministro da Economia holandês acerca dos países do sul, que é infeliz, é certo, mas que demonstra bem a perceção que havia e que muitas vezes há na Europa.

Também lhe dou como exemplo os fundos estruturais que nós fomos sucessivamente nos candidatando e que não executámos. Estamos aqui na cidade da Horta e posso dar o exemplo (não digo que seja responsabilidade direta dos Governos, mas contribui em muito e concorre para a imagem que nós temos) do saneamento básico. Estamos aqui numa cidade que continua sem saneamento básico, quando os fundos estruturais foram lançados há 40 anos. Isto faz parte dessa má gestão de fundos comunitários.

Mas o que eu gostava mesmo de lhe dizer e aquilo que é verdadeiramente importante é que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse que uma empresa pública não é governamental, ou que a extinção da empresa, neste caso, da SDEA, é uma governamentalização. Parece-me apenas excessivo ou desmedido, porque efetivamente é uma empresa pública da orla governamental. Não vejo aqui essa sua interpretação.

Termino apenas dizendo, que já foi referido, que efetivamente todas as empresas que V. Exa extinguiu, foram também todas elas criadas por V. Exa..

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade! Isso é falso! Tem de estudar melhor essa parte!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve, mas esta é a Casa da democracia e deve ser a casa da verdade e há aqui uma verdade que ficou por esclarecer e que tem de ser dita neste plenário, porque deve ficar no Diário das Sessões e não pode ser ocultada dos açorianos.

É que o Sr. Deputado Francisco César diz que foi ao site do SDEA e que estavam lá as remunerações. Eu quero dizer ao Sr. Deputado Francisco César e ao Partido Socialista que essas remunerações foram colocadas no site da SDEA depois da audição do Sr. Secretário das Finanças e, portanto, quando foi ouvido o Sr. Secretário das Finanças não estava lá nada. Não estava lá nada!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu não posso pedir um intervalo. Já sabe, sexta-feira, à tarde, pedir um intervalo é uma má prática nesta Casa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tortura!

O Orador: Seria absolutamente condenado por esta câmara, mas posso fazê-lo, dê-me só um sinal.

Devo dizer que em relação ao que agora nos foi descrito pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa é evidente que nós temos que ter absoluto cuidado com os argumentos que aqui apresentamos. Não é aceitável que se diga que essa

informação era uma informação transparente e depois se venha a verificar que afinal foi colocada quando a informação se tornou pública. Isso não está correto e obviamente é um argumento que não deve ser utilizado.

Seja como for, também é importante dizer aqui o seguinte. Sr. Deputado Francisco César, eu não sei se V. Exa. sabia ou não sabia que a documentação lá estava. Ou seja, em relação a V. Exa. o facto de se ter colocado depois e V. Exa. ter verificado hoje, de qualquer das formas não mostra que o senhor à partida já soubesse dessa informação, quando é que essa informação tinha sido efetivamente colocada. Penso que isso também é importante dizer aqui.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é para todos!

Deputada Andreia Costa (PS): Está disponível!

O Orador: Agora, o que não é aceitável é que há pouco quando eu estava a falar (eu não quero complicar!) houve aqui uma referência ao Ecomuseu e à minha mulher, à colocação da minha mulher.

É o tipo de apartes que eu acho absolutamente miseráveis.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Eu não sei quem o disse, eu ouvi. Eu ouvi esse aparte e eu não aceito isso. Eu não aceito esse género de referências, porque, como se sabe, a minha mulher não foi nomeada, a minha mulher ganhou um concurso que foi lançado pelo Partido Socialista. Existiu uma notícia feita pelo *Expresso* que tentou lançar na opinião pública a ideia que a minha mulher tinha sido favorecida exatamente por ser minha mulher. Isso é inaceitável! Isso é o tipo de argumentos que eu condeno em absoluto. Aliás, eu nunca o fiz em relação a nenhum familiar dos governantes do Partido Socialista ou a nenhum familiar dos deputados do Partido Socialista. Isso é absolutamente condenável e é absolutamente miserável. Peço desculpa pela força da expressão, mas é miserável que seja utilizado esse tipo de argumento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e Governo)

Finalmente dizer o seguinte: ficou aqui provado nesta discussão que de facto a SDEA não tem utilidade, não há nenhum argumento racional, não há nenhum argumento político que possa sustentar a posição do Partido Socialista em querer manter a SDEA. Não há nenhum argumento!

É por isso que eu considero que o Partido Socialista perdeu este debate, porque não tinha sustentação, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista prático, quer do ponto de vista do que a SDEA podia representar para a economia dos Açores e para a administração regional ou para os próprios empresários.

Como é que se diz que é muito importante para os empresários, para as câmaras do comércio e para as empresas quando elas próprias o que dizem é que não reconhecem essa importância? Como é que é possível sustentar isso?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e Governo)

É muito importante ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sr. Presidente.

... se essas empresas, se esse tecido empresarial reconhecer a importância.

Agora, é importante, porque os senhores dizem que é importante?

Não é! Por isso, é que eu ...

Bom, Sr. Deputado, vejo que está V. Exa. em dificuldades. Termina aqui o meu discurso. Os argumentos também já estão esgotados da minha parte.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco César, pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado, para uma interpelação.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, é para me dirigir à Mesa diretamente, dizendo o seguinte, para que não fique qualquer dúvida de que não tentei enganar a Mesa deste Parlamento, dirijo-me a si dizendo-lhe o seguinte: eu, na minha intervenção, referi especificamente que tinha consultado há cerca de meia hora o site da SDEA no sentido de procurar estes despachos de nomeação.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu acho que quem faz acusações deve comprová-las. Eu de boa-fé fui ver o site e acredito que essas declarações lá estivessem. Mas mesmo que não estivessem, não sei se estariam ou não anteriormente, V. Exa. é que terá de o comprovar, o que lhe posso dizer é que esses despachos são públicos e, portanto, poderiam ser consultados publicamente em *Jornal Oficial*.

Portanto, é no sentido de fazer um esclarecimento ao Sr. Presidente de que fiz este esclarecimento de boa-fé e que de facto esses despachos são públicos, não sendo no site, estariam em *Jornal Oficial*.

Muito obrigado.

Presidente: Está registada a sua interpelação, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XII.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XII apresentada pelo Governo Regional foi aprovada na generalidade com 30 votos a favor e 27 contra: 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do CH, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 PAN, 25 votos contra do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada na generalidade, vamos iniciar o debate e a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, não existem propostas de alteração a este diploma. São 13 artigos. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Não havendo oposição, vamos votar os 13 artigos do diploma.

Sras. e Srs. Deputados, estamos numa votação.

Sr. Deputado Miguel Costa, estamos a votar.

Deputado José Pacheco (CH): Qual a diferença entre bocas e provocações?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está expressamente mencionado no nosso Regimento que aquando da votação não podem os Srs. Deputados usar da palavra.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar os 13 artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados a votação foram aprovados com 30 votos a favor e 27 contra: 21 votos a favor do PSD, 3 CDS, 2 do CH, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 25 votos contra do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XII apresentada pelo Governo Regional foi aprovada em votação final global com 30 votos a favor e 27 contra: 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do CH, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN, 25 votos contra do PS e 2 do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, Sr. Presidente. Era no sentido de uma interpelação, para solicitar um intervalo de 15 minutos, mas vou esperar se alguém se quer inscrever para uma declaração de voto.

Presidente: Pergunto, então, se há inscrições para declaração de voto.

Não havendo, o intervalo regimental está concedido.

Regressamos às 17 horas.

Eram 16 horas e 43 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 05 minutos.

Sras. e Srs. Deputados vamos entrar no Ponto 25 da nossa Agenda, **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 48/XII – “Alargamento da Via Verde do Acidente Vascular Cerebral a toda a Região Autónoma dos Açores”**. Esta iniciativa é apresentada pela Representação Parlamentar do PAN. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Portugal tem a maior taxa de mortalidade por acidente vascular cerebral na Europa Ocidental. A cada hora que passa três portugueses sofrem de um AVC em que um deles não sobrevive e, dos restantes, 50% ficará com sequelas. O AVC é também a principal causa de incapacidade física e de mortalidade em Portugal, afetando todas as idades levando à perda de anos e qualidade de vida. Nos Açores a sua prevalência é a mais elevada do país. Na Região são internados nos três hospitais, pelo menos, 500 casos anuais de AVC e por esta causa morrem anualmente, diretamente ou por complicações posteriores, cerca de 250 pessoas, metade delas com menos de 85 anos.

A urgência, Sras. e Srs. deputados, se ainda existissem dúvidas, não porque o PAN apresentou como medida de campanha com todo o pormenor em maio de 2019, outubro de 2019 e outubro de 2020, mas sim porque a cada 28 horas um açoriano morre por AVC ou pelas suas complicações. Esta urgência salvará vidas.

A maioria dos AVC têm origem na trombose vascular. Nestes casos o acesso rápido a uma tomografia axial computadorizada é crucial para que possa ser feito um diagnóstico e instituído um tratamento.

Este tratamento passa pela administração de um fármaco capaz de dissolver o trombo, a trombólise, devendo ser administrado nas primeiras 3h após o início objetivo do quadro.

Noutros casos, passa pela remoção mecânica do trombo, a chamada trombectomia, quando a obstrução é acessível a esta técnica e sobretudo quando o método anterior não resulta, sendo mais eficaz nas primeiras 6h.

Na Região Autónoma dos Açores existe uma via verde do AVC, onde apenas a trombólise está disponível, mas, na realidade, limitado somente às três ilhas

com hospital, pelas dificuldades inerentes ao transporte inter-ilhas, o que gera uma desigualdade inaceitável entre cidadãos.

Esta impossibilidade de executar uma TAC em tempo útil e iniciar imediatamente um tratamento agravam o prognóstico útil, vital e funcional. Está demonstrado que doentes tratados com trombólise em tempo útil apresentam menor mortalidade por todas as causas ao fim de um ano.

Mais ainda, independentemente desta questão, a existência de equipamentos de TAC em todas as ilhas é um imperativo, com uma clara relação custo-benefício. Atualmente este exame é fundamental e mesmo o de primeira escolha em muitas outras situações.

Este exame não requer a presença de um médico radiologista. Muitos hospitais do Continente recorrem hoje em dia à telerradiologia por inexistência de especialistas e aquisição de imagens é feita por um técnico de radiologia.

Na nossa realidade, a TAC nas Unidades de Saúde de Ilha teria, assim, a vantagem acrescida de poder evitar evacuações e deslocações desnecessárias, sobretudo em períodos de pandemia, reduzir listas de espera nos hospitais e poder executar um transporte mais atempado e dirigido para hospitais com certas valências médico-cirúrgicas, evitando perdas de tempo por vezes fatais.

Atualmente, as ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge (já alterou há pouco tempo), Flores e Corvo não dispõem deste equipamento e os seus habitantes são, seguramente, dos poucos cidadãos em Portugal sem acesso ao tratamento do AVC isquémico de acordo com as melhores práticas.

Sendo o AVC um problema grave de saúde pública é fundamental que qualquer Governo Regional adote medidas enérgicas ao seu alcance para combater esta situação, que peca por tardia.

Esta proposta visa:

- Instituir medidas de prevenção do AVC
- Melhorar o alerta dos sinais de alerta do AVC na população

- Promover a comunicação eficaz entre o transporte de doentes e as instituições
- Dotar todas a USIs de um TAC para possibilitar um diagnóstico e a trombólise precoces
- Dotar o HDES de um centro de trombectomia para os casos selecionados.

A proposta que o PAN apresenta agora é racional, tecnicamente inquestionável, financeiramente exequível.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência e quase que apresentada a proposta.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência dou a palavra novamente ao Sr. Deputado Pedro Neves para apresentação do **Projeto de Resolução n.º 48/XII – “Alargamento da Via Verde do Acidente Vascular Cerebral a toda a Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Representação Parlamentar do PAN.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O AVC afeta todas as idades, com um pico de incidência entre os 50 e os 70 anos, levando à perda de anos e qualidade de vida.

A obesidade, a hipertensão arterial, o colesterol, a diabetes, a fibrilhação auricular e o tabagismo, bem como a não adoção de estilos de vida saudáveis agravam significativamente o seu risco. Nos Açores sabe-se que a prevalência destas situações é das mais elevadas do país.

Na Região são internados nos três hospitais, pelo menos, 500 casos anuais de AVC e alguns casos possivelmente permanecem nas Unidades de Saúde de Ilha com internamento. Assim, por esta causa morrem anualmente entre nós, diretamente e indiretamente, com complicações posteriores, cerca de 250 pessoas, metade delas com menos de 85 anos.

Cerca de 15% dos AVC resultam da rutura de um vaso e conseqüente hemorragia e 85% têm origem na trombose vascular. É fundamentalmente nestes últimos que o acesso rápido a uma instituição de saúde com tomografia axial computadorizada é crucial para que possa ser feito um diagnóstico seguro, designadamente o despiste de hemorragia e instituído um tratamento, nomeadamente, a recanalização do vaso ocluído.

Este tratamento, aplicável na grande maioria dos AVC, passa pela administração de um fármaco capaz de dissolver o trombo, a chamada trombólise, devendo ser administrado preferencialmente nas primeiras 3h após o início objetivo dos sintomas.

Noutros casos, passa pela remoção mecânica do trombo, a chamada trombectomia, quando a obstrução é acessível a esta técnica e sobretudo quando o método anterior não resulta, sendo habitualmente mais eficaz nas primeiras 6h.

Existe uma via verde nacional do AVC mas, infelizmente, a maioria dos afetados ainda acede numa fase tardia ao hospital. Nos Açores o panorama é menos favorável e agravado ainda pela insularidade.

Na Região Autónoma dos Açores existe também uma via verde do AVC, onde apenas a trombólise está disponível, mas, na realidade, limitado somente às ilhas com hospital, pelas dificuldades inerentes ao transporte inter-ilhas, o que gera uma desigualdade inaceitável entre cidadãos, até pelo facto de poder ser minorada com medidas exequíveis.

As consequências desta desigualdade, causada pela impossibilidade de executar uma TAC em tempo útil e conseqüentemente iniciar de imediato um tratamento no AVC isquémico, agravam o prognóstico vital e funcional.

Está demonstrado que doentes tratados com trombólise em tempo útil apresentam menor mortalidade por todas as causas ao fim de um ano.

O tratamento de dissolução do coágulo é de fácil administração e depende de simples critérios radiológicos, clínicos e analíticos exequíveis em qualquer laboratório ou point of care já existente nas ilhas.

Importa referir que hemorragia secundária à trombólise, também em parte relacionada com o atraso no início do tratamento, é pouco frequente e raramente fatal, podendo de facto obrigar à evacuação do doente para um centro com neurocirurgia, o que já acontece quando ocorre nos dois hospitais em esta especialidade.

Note-se que, independentemente desta questão do AVC, a existência de equipamentos de TAC em todas as ilhas é um imperativo, com uma clara relação custo-benefício demonstrável. Mesmo com o benefício económico a médio longo prazo, é um custo que pode ser canalizado para o fundo hospitalar da União Europeia, reduzindo drasticamente a fatura final para a nossa região.

Sabemos a moratória alargada de uma candidatura do governo regional aos fundos europeus, e sabemos que o governo irá verificar a janela temporal no âmbito operacional, de calendarização e de logística para este projeto e para outros.

Atualmente este exame é fundamental num sem número de situações e, na ausência de ecografia, é o único exame de imagem capaz de fazer determinados diagnósticos, sendo mesmo o de primeira escolha em muitas situações.

De facto, noutras patologias em geral, ao contrário da ecografia, a TAC é um exame passível de interpretação em momentos diferentes e por imagiologistas diferentes. Muitos hospitais do Continente, mesmo centrais, recorrem hoje em

dia à telerradiologia por inexistência de médico radiologista, principalmente nos períodos noturnos.

Na nossa realidade arquipelágica, a TAC teria ainda a vantagem de em determinadas situações poder evitar evacuações e deslocações desnecessárias, sobretudo em períodos de pandemia, reduzir listas de espera, poder executar um transporte mais atempado e dirigido para hospitais com certas valências médico-cirúrgicas evitando perdas de tempo por vezes fatais.

Inclusivamente é possível, aplicando protocolos de aquisição de imagens, realizar exames com contraste, bastando para tal que um qualquer médico disponível seja capaz de reconhecer e tratar uma reação alérgica leve, moderada ou grave.

Quanto ao manuseamento do aparelho, um técnico de radiologia está habilitado a fazê-lo, não sendo necessária a presença de qualquer médico se não houver administração de contraste.

A administração deste fármaco trombolítico seria, pois, feita localmente, de acordo com os melhores protocolos clínicos em vigor e eventualmente sob a supervisão por telemedicina de um médico hospitalar, um internista ou neurologista.

Atualmente, as ilhas de St^a Maria, Graciosa, S Jorge, Flores e Corvo, isto é, 10% da população açoriana, não dispõem deste equipamento e os seus habitantes são, seguramente, dos poucos cidadãos em Portugal sem acesso ao tratamento do AVC isquémico de acordo com as melhores práticas. Urge por isso dotá-las destes equipamentos pelas razões acima citadas.

Sendo o AVC um problema grave de saúde pública é fundamental que qualquer Governo Regional adote medidas enérgicas ao seu alcance para combater esta situação.

Esta é uma proposta racional que o PAN apresenta hoje, tecnicamente inquestionável, financeiramente exequível, economicamente sustentável, que

reduz as desigualdades geográficas, de enorme impacto na melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos açorianos. É uma medida geradora de ganhos em saúde e um dever moral de quem governa para combater as iniquidades evitáveis do Serviço Regional de Saúde e defensora dos mais elementares princípios de justiça social.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

A Mesa já tem duas inscrições. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

De facto, conforme foi aqui apresentado no Projeto de Resolução, por parte do PAN, as doenças do aparelho circulatório constituem a principal causa de morte em Portugal e os Açores apresentam taxas de mortalidade e morbilidade das mais altas.

Estamos perante uma situação de saúde de relevância evidente que tem sido abordada ao longo do tempo, de acordo com as disponibilidades e as prioridades que têm sido defendidas pelas entidades governamentais, pela Autoridade de Saúde e as Unidades de Saúde.

Na Região esta matéria, desde 2010, que está a ser abordada, no entanto desde 2019 que, decorrente também da pandemia, que estão parados os trabalhos relativamente a este projeto.

Neste momento, está em fase final de aprovação uma circular normativa, especificamente sobre o objeto deste Projeto de Resolução da Via Verde do Acidente Vascular Cerebral, está em fase final de aprovação e de homologação com contributos de vários médicos e do responsável, neste caso, do Dr. Paulo

Ávila, o coordenador regional para a implementação da Via Verde do Acidente Vascular Cerebral.

Gostaria também de referir que, desde 2019, que está proposto no âmbito destes trabalhos, mais propriamente 10 de outubro de 2019, uma recomendação no sentido de alargar a cobertura de TAC na Região Autónoma dos Açores com a instalação de aparelhos básicos, vulgo 16 cortes, nas Flores, São Jorge e Santa Maria, com leitura das respetivas imagens nos hospitais de referência.

O que quer dizer que relativamente à proposta que o PAN apresenta, em termos genéricos coincide com aquilo que já está a ser tratado que vem, de resto do Governo anterior e que pretendemos implementar com eficácia neste período. Esteve parado desde 2019, desde 2019 também, como disse, há esta proposta, não nos interessa tanto as razões pelas quais não foi implementado, interessamos aqui, mais uma vez, e conforme já referimos relativamente a um anterior Projeto de Resolução, no caso do Bloco de Esquerda, é concretizar, avançar e, neste caso concreto, o alerta que o PAN apresenta com este Projeto de Resolução, a orientação, o propósito que pretende levar por diante coincide exatamente com aquilo que o Governo tem determinado por fazer e, neste caso concreto, como disse, com a circular normativa que está pronta e que está em fase final de homologação.

Apenas quanto à recomendação que o ponto 5, relativamente há existência de TAC's em todas as ilhas e também por uma questão de frontalidade, seriedade e de objetividade, não podemos dizer que vamos fazê-lo de imediato, não é isso que está em causa.

Devo anunciar também que, por acaso, relativamente a esta proposta de 2019 na ilha de São Jorge, no prazo de dois meses, um privado, através de um projeto social, irá dotar a ilha de São Jorge de um aparelho de TAC exatamente com estas características. É mais um grande contributo que se dá e também por aqui

se vê a importância que todos temos para o resultado final, é o público, é o privado, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... a iniciativa de todos, é com esta congregação de esforços de todos que conseguimos chegar mais além.

Se é assim entre público e privado, maior razão de ser dentro daquilo que são os representantes dos açorianos, que são os seus deputados e, por isso, a nossa congregação de esforços que o Governo também faz assentar a sua ação política.

Por isso, da parte do Governo Regional, o que podemos dizer é que em geral do que está proposto coincide com o que está previsto. No que diz respeito aos aparelhos de TAC, obviamente que com as circunstâncias e condicionalismos financeiros, um aparelho dessas circunstâncias, quer para a sua aquisição, independentemente do financiamento comunitário, como foi referido custa cerca de 300 mil euros, mais a manutenção, estamos a falar de equipamentos que têm custos e para além dos recursos humanos necessários ao respetivo funcionamento.

Mas, considerando tudo isto e também esta proposta que existe desde 2019 e sobretudo, para nós o que é essencial é criar as condições adequadas para salvaguardar a saúde dos açorianos e, neste caso concreto, numa área com este grau, com esta taxa de mortalidade e morbilidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PAN apresenta aqui uma iniciativa que prevê o alargamento da Via Verde do Acidente Vascular e Cerebral a toda a Região Autónoma dos Açores com vários pontos resolutivos para chegar a este propósito e queríamos aqui também salientar o ponto 5 que é o de facultar às ilhas um equipamento TAC nas ilhas sem hospital.

Associamo-nos a esta preocupação trazida com a iniciativa do PAN e saudamos o Deputado Pedro Neves por ter trazido esta matéria a esta Casa e que esta iniciativa tem, como é natural, um bom objetivo, na medida em que prevê que seja implementado equipamentos de TAC para um diagnóstico mais precoce, no caso do AVC. Não sendo, como é natural, expectável que seja implementado de um dia para o outro, uma vez que requer e implica recursos financeiros, recursos humanos e também uma boa rede de telemedicina e como tal tem de estar assegurados estes três pontos para poder ser implementado, mas sem dúvida é que irá trazer muitos ganhos para as ilhas sem hospital porque a verdade é que sabemos que existe uma janela muito curta para se poder atuar em episódios de AVC, pode ser um AVC hemorrágico em que naturalmente se irá continuar a evacuar o doente, mas sendo um AVC isquémico a verdade é que é possível fazer este injetável e avaliar de uma forma mais precoce e poder atuar e isso parece-nos que é muito positivo e que irá trazer ganhos substanciais para as ilhas sem hospital, uma vez que muitos danos colaterais da questão do AVC, sendo atuado atempadamente, vai trazer certamente ganhos para os açorianos, nomeadamente estes açorianos nas ilhas sem hospital porque a verdade é que fazendo uma atuação atempada irão ser outros os recursos

utilizados para a sua recuperação, nomeadamente no que se refere à fisioterapia, à terapia da fala e a várias terapias que, muitas vezes, nestas situações são necessárias.

Como tal, dizer mais uma vez, que em boa hora o PAN trouxe este assunto a esta Casa e que iremos acompanhar esta iniciativa do PAN.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sra. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começar por saudar o Sr. Deputado Pedro Neves por ter trazido esta temática e agradecer também ao Sr. Secretário Regional da Saúde pelos esclarecimentos, ou seja, estamos em sintonia naquilo que é prioritário. Ainda hoje se falou nisso, a pandemia infelizmente não pode ser desculpa para tudo, ou travar o resto que acontece.

Pessoalmente, conheço um caso de uma pessoa que teve um AVC e que a pandemia está neste momento – não é uma crítica, é uma fatalidade, digamos assim – a atrasar a sua recuperação e pronto, a pessoa com certeza que compreende e diz-me que a pandemia atrasou um pouco a sua recuperação, mas compreende que agora há outras prioridades. É ter isto também em conta.

Obviamente que nós os fumadores, Sr. Deputado Pedro Neves, nós os fumadores, eu sou um ex fumador...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tenho a certeza que isso seja para dizer!

O Orador: ... estamos expostos a isto.

Diga lá, se faz favor? Eu não percebi ali o aparte, mas ele depois explica-me lá fora.

Há coisas nas nossas vidas que muitas vezes nós não cuidamos, mas eu recentemente fiz 50 anos, aqui o meu colega em breve também o fará, nós começamos a preocuparmo-nos e começamos a pensar que estamos sujeitos a estas coisas, inclusive esta Câmara também às vezes proporciona um pouco alguma dinâmica, adrenalina que nos poderá também não nos ajudar nesta saúde e tudo o que aqui vier a ser dito e que seja de forma preventiva, que seja chamar a atenção do Governo Regional, aos Srs. Deputados, que nós também somos forças, dentro das nossas terras, de prevenção, forças de informação.

Tudo isto é bem-vindo e o CHEGA com certeza também se associa a isto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como todos sabemos, a nossa geografia arquipelágica não é muito favorável ao acesso rápido e em tempo útil aos serviços de saúde mais especializados. Isto é facilmente verificável relativamente aos meios de diagnóstico mais específicos, como nomeadamente a tomografia axial computadorizada. O ideal seria termos um conjunto de equipamentos localizados em cada ilha, ou, em alternativa apetrechar as nossas unidades de saúde com instrumentos e tecnologia de medicina à distância.

Na era atual os meios complementares de diagnóstico são essenciais e ganham maior relevância na nossa realidade territorial, em que a chegada urgente aos cuidados especializados significa ganhos em saúde e qualidade de vida.

De igual importância é a redução considerável dos custos financeiros a longo e médio prazo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Torna-se assim fulcral apetrechar o Serviço Regional de Saúde com os meios informáticos que permitam facilitar o acesso, por exemplo à telemedicina, nomeadamente telerradiologia. Este é um desafio que se impõe aos nossos governantes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Contudo, não chega apenas a vontade e os meios materiais, é necessário a criação de incentivos para a fixação de recursos humanos especializados nestas áreas de diagnóstico, como também a existência de protocolos específicos para que não haja atropelos na informação ou perdas desnecessárias de tempo.

O protocolo de atuação para a Via Verde do Acidente Vascular Cerebral existe no Serviço Regional de Saúde desde 2012. Certamente, não bastará existir, é importante que esteja efetivamente em prática.

Neste momento sabemos que a Direção Regional de Saúde está a reformular e atualizar a circular normativa, no sentido de atualizar e uniformizar os procedimentos.

Sabemos que são muitos os constrangimentos para, de uma forma simples, pôr em prática todas estas medidas enumeradas pelo Projeto de Resolução do PAN, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... mas, estamos conscientes de que este Governo fará o que estiver ao seu alcance para iniciar este processo de forma ponderada e realista, assim como dar continuidade ao que já existe.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Conforme já aqui foi dito, quer por parte do Sr. Deputado Pedro Neves, quer por parte do Sr. Secretário Regional da Saúde a Região Autónoma dos Açores fez, ao longo dos últimos anos, um percurso bastante significativo e evolutivo naquilo que diz respeito à prevenção do acidente vascular cerebral.

Conforme também teve oportunidade de dizer a Sra. Deputada Ana Quental, desde 2012 que existe um normativo elaborado por parte da Direção Regional da Saúde no que diz respeito aos procedimentos a ter perante um possível caso de acidente vascular cerebral.

Em 2018, 2019 a Direção Regional da Saúde iniciou a revisão de todo esse circuito, foi nomeado o coordenador da Via Verde do AVC, o Dr. Paulo Ávila, como o Sr. Secretário teve oportunidade de referir, trabalho esse, fruto da pandemia, que foi iniciada no ano de 2020, sofreu esse atraso na sua revisão e na sua implementação.

Fez-se também um percurso bastante significativo naquilo que diz respeito à contratação de profissionais de saúde, à formação de profissionais de saúde, na melhoria também das infraestruturas das unidades de saúde da Região, na aquisição de mais equipamentos para realização de exames complementares de diagnóstico e, conforme o Sr. Deputado Pedro Neves muito bem referiu, a

Região Autónoma dos Açores tem neste momento cerca de 90% da população residente com aparelho de TAC na sua ilha de residência, portanto, neste momento há que dar efetivamente aqui mais um passo para a melhoria da acessibilidade aos cuidados de saúde a toda a população açoriana. Temos outras Vias Verdes também que ficaram em desenvolvimento e atualização, nomeadamente a Via Verde Coronária, Via Verde Trauma e a Via Verde Queimados e, portanto, a Via Verde AVC é também uma das que efetivamente faz todo o sentido de alargar e de estender o mais possível a toda a população. Nesse sentido, o grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a esta iniciativa do PAN e, portanto, “vê com bons olhos” esta proposta que nos é apresentada e temos hoje em análise.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Há pouco, Sr. Deputado José Pacheco, eu estava-lhe a dizer que o Sr. Deputado Pedro Neves reconhece aqui na sua exposição de motivos que agravam os riscos de AVC coisas como: obesidade, diabetes e o tabagismo, por isso é que eu lhe estava a fazer o aparte.

Deputado João Vasco Costa (PS): Está a falar contra si próprio!

O Orador: Tenho a certeza que agora terá percebido!

Devo dizer, em relação a esta matéria, que é importante, eu consultei alguns especialistas em relação a esta matéria, aliás também fui contactado por esses

especialistas, no sentido de fazer aqui uma referência que é importante, a Via Verde para o AVC é essencial. Mas, fui alertado em relação a esta matéria é que é tremendamente complicado, exige uma quantidade enorme de recursos materiais e também de especialistas e é bom que se faça esta referência para que não pareça que nós, aqui no Parlamento, não temos consciência da enorme dificuldade, da enorme complexidade de uma medida deste tipo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu pelo menos tenho a perceção da enorme complexidade, do enorme desafio.

Mas, também tenho a consciência que esta sinalização que o PAN aqui nos propõe é muito importante e que é muito importante que o Governo Regional desenvolva todos os esforços, para além daquilo que está a fazer e que possa intensificar esses esforços para que seja possível paulatinamente construir as respostas que aqui estão sinalizadas.

Dentro daquelas respostas e dos pontos que na parte resolutiva o Sr. Deputado Pedro Neves sinaliza, muitos deles, podem ser já desenvolvidos. Aliás alguns já estão e é evidente que existe uma enorme urgência que isso se possa fazer de uma forma mais intensa, por exemplo instituir energicamente na sociedade e sobretudo nas escolas, campanhas de informação e de prevenção. Podemos fazer muito mais, elas já existem, não digo que não existam, mas podemos intensificar estas campanhas.

A aquisição de material, a contratação de pessoal especializado, em todas estas matérias é possível intensificar o esforço que se está a fazer e mais importante é intensificar este esforço sabendo que o objetivo é exatamente este, criar as condições para ter o alargamento da Via Verde do Acidente Vascular Cerebral.

Portanto, eu também como residente numa ilha de pequena dimensão, a muita distância para casos de urgência, que infelizmente deste tipo de AVC's que já enfrentámos e enfrentamos, infelizmente, com alguma regularidade, percebo

perfeitamente que este tipo de respostas é essencial, é de uma enorme urgência, por isso, tenho bem a consciência da enorme dificuldade da execução de um projeto deste tipo, tenho consciência da enorme complexidade técnica, tenho consciência da enorme complexidade do ponto de vista de juntar o recurso, sobretudo os recursos humanos e, portanto, eu vejo esta iniciativa como uma iniciativa que sinaliza, do ponto de vista político, que há um caminho a seguir e que esse caminho deve ser perseguido por parte deste Governo Regional e da Administração Regional com um propósito enérgico e de forma enérgica e por isso, devemos alocar os recursos que são necessários.

Sabemos que o caminho não está logo ali, à beira da porta, sabemos que é um caminho longo, que é um caminho em que é preciso trabalhar muito, que é um caminho tremendamente complicado, mas o Governo Regional assume esse compromisso e assumimos essa ambição.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Com realismo!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução nº 48/12, apresentado pela representação parlamentar do PAN foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Avançamos para o Ponto 27 da nossa Agenda – **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII - “Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas e vencidas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos sistemas de incentivo SITRAA”**. Esta iniciativa é apresentada pelo Governo

Regional dos Açores. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia** (*Mota Borges*):
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A urgência da apresentação deste diploma sobre o Sistema de Incentivos dirigido aos Agentes Turísticos, abreviadamente conhecido como SITRAA, resulta da necessidade de aprovar nova moratória nas devoluções contratadas no âmbito das ajudas concedidas por esse sistema.

O ter-se prolongado a duração da pandemia fez com que se prolongassem as dificuldades destas empresas. Por esta razão é urgente aprovar um instrumento legislativo que enquadre esta necessária moratória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições?

Vamos então passar à votação da urgência:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência dou novamente a palavra ao Sr. Secretário para apresentação do diploma. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia** (*Mota Borges*):
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que aqui trazemos hoje está associada ao sistema de incentivos ao turismo na Região Autónoma dos Açores,

conhecido por SITRAA, aprovado através do Decreto Legislativo Regional n.º 8/96/A, de 14 de junho.

Neste sistema as empresas podiam recorrer a ajudas reembolsáveis, quer da Região, quer de instituições bancárias, suportando a Região os respetivos juros. As empresas beneficiárias destes apoios contrataram um plano de devolução de montantes que em circunstâncias normais seguiria o seu curso.

Todavia, com a instalação da pandemia, em que se tem vivido desde 2020, conhecida como Covid 19, a quebra de receitas dessas empresas foi muito significativa e, em muitos casos, comprometendo a sua capacidade de cumprir com os seus planos de restituição.

Assim, vem esta proposta de diploma estabelecer um novo período de carência ao plano de reembolsos, da componente reembolsável destes incentivos, bem como o seu reescalamento.

Desta forma propõe-se a concessão de condições adicionais às empresas beneficiárias do SITRAA que ainda têm reembolsos pendentes que facilitem a sua manutenção em atividade até ao fim da pandemia e permita o cumprimento das suas obrigações contratuais para com a Região e para com as instituições bancárias.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa faz todo o sentido, é coerente com aquilo que tem sido, nas mesmas situações política e as decisões do anterior Governo e também deste Governo, noutros sistemas de incentivo com componentes reembolsáveis, tanto mais que, infelizmente, a crise pandémica ainda persiste, há um conjunto de

setores severamente afetados, designadamente do turismo, que é o caso desta iniciativa e, portanto, o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente esta decisão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Votação na generalidade:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII, iniciativa do Governo Regional, foi aprovada na generalidade por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

A Proposta é constituída por dois artigos. Não há alterações. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Não havendo oposição, estão à votação o artigo 1.º e o artigo 2.º da Proposta:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XII, iniciativa do Governo Regional foi aprovada por unanimidade em votação final global.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Avançamos para o ponto 29 da nossa Agenda - **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 50/XII** –

“Contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde”. Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP. Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta urgência já era urgente, no entender do Grupo Parlamentar do CDS-PP, em setembro de 2020 quando apresentamos, por forma a reverter uma situação que era injusta, no nosso entender, e que se passava com as carreiras destes técnicos de diagnóstico e terapêutica e mantendo-se essa urgência que, no nosso entendimento, já advém do passado, também tem a situação da urgência de nos estarmos a aproximar do Plano e Orçamento e queremos abrir a porta para que exista a possibilidade destes técnicos verem as suas carreiras revistas e, como tal, prende-se a urgência com estes dois aspetos.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à...

Sra. Deputada Alexandra Manes. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS traz a esta Casa este Projeto de Resolução, Contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde com um pedido de urgência e dispensa em Comissão. Urgência essa que o Grupo Parlamentar do Bloco votará contra e passo a explicar muito bem a razão para o nosso sentido de voto.

Na passada segunda-feira, o Bloco submeteu uma proposta que recomenda ao Governo Regional que proceda à revisão das carreiras dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, no sentido de garantir justiça e equidade para estes profissionais em relação às restantes carreiras do setor da saúde na administração pública, nomeadamente através do aumento dos pontos atribuídos anualmente para efeitos de progresso e carreiras e que resultou exatamente da auscultação ao Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde nas áreas de diagnóstico e terapêutica, que continuam a reivindicar que para acabar com a assimetria é da mais elementar justiça atribuir dois pontos por cada ano de serviço, até 2008.

O que esta proposta do CDS pode fazer é limitar exatamente para que só se contabilize um ponto e meio.

Consideramos que esta matéria deve ser negociada entre as estruturas representativas e o Governo, de forma a alcançar o melhor possível e não condicionar, como esta proposta do CDS poderá fazê-lo.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Proposta que os senhores votaram a favor em setembro!

Presidente: Muito obrigado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para uma interpelação à Mesa. Faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Era para pedir ao Sr. Presidente que fizesse distribuir pelos Srs. Deputados desta Casa a proposta apresentada em setembro de 2020 no mesmo âmbito pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Está registado o seu pedido e assim será feito.

Sr. Deputado Paulo Estevão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A urgência que o CDS-PP nos apresenta aqui é um exercício de coerência. Um exercício de coerência porque o CDS-PP apresentou exatamente a mesma proposta na Legislatura anterior.

Faz sentido que esta urgência seja novamente colocada a discussão e que este assunto seja finalmente discutido? Sim, o assunto não está resolvido. Como não está resolvido, é necessário que esta discussão se faça aqui neste Parlamento e se existem forças políticas que estão de acordo que é necessário resolver com celeridade este processo, então é importante que esse debate se faça o mais depressa possível e para que isso possa acontecer, para que exista uma preocupação genuína com a resolução desta questão, é necessário que, existindo debate, exista decisão política a este respeito. É por isso que eu apoio a proposta do CDS-PP, apoio a urgência e considero que ela é necessária, exatamente porque considero que este assunto deve ser resolvido. Não por ser do CDS-PP que é um aliado no plano governativo, não nesse plano, mas porque com a independência da força política que o apresenta é muito importante que o assunto seja resolvido e da parte do Grupo Parlamentar do PPM, nós já temos provado, ao longo da tarde, ao longo de propostas que foram debatidas e aprovadas há 10 ou 15 minutos, que, da nossa parte, o que tem existido é a preocupação em resolver as questões, com a independência do partido que a apresentou.

Por isso, é de coerência que os partidos que aprovaram há poucos meses, no âmbito de um Governo de cor diferente, aprovaram esta medida, agora também o façam.

É o caso do PPM, mantemos a coerência, votamos favoravelmente a urgência e vamos votar favoravelmente também a proposta.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Temos aqui dois passos: um passo é a votação de uma urgência, depois temos outro passo, se for validado por esta Câmara na sua maioria, o debate da iniciativa que levou a esta urgência. São duas coisas completamente diferentes. Eu estou habituado, da parte do Bloco de Esquerda, que faça mesmo essa separação pragmática que sempre o fez e sempre habituou e eu, obviamente, sempre saúdo o Sr. Deputado António Lima em várias situações em que faz mesmo essa frieza sobre os passos dados regimentais.

Neste momento, não interessa qual é o nosso sentido de voto relativamente ao diploma, é a oportunidade de um partido conseguir usar regimentalmente uma urgência, independentemente se nós vamos votar a favor, ou não, o diploma per si.

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não disse qual o sentido de voto em relação ao diploma, apenas em relação à urgência!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, atendendo a todo o histórico que está envolvida a revisão da carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, considera que, no momento atual, atendendo a que temos, neste momento, nesta sessão plenária para já, uma proposta apresentada pelo CDS-PP, mas como a Sra. Deputada Alexandra Manes muito bem referiu, o Bloco de

Esquerda apresentou também, durante esta semana, uma iniciativa para também rever a situação dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e, portanto, há aqui também um compromisso assumido pela Legislatura anterior, se bem se recordam, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica suspenderam uma greve em outubro passado, precisamente porque houve aqui um compromisso assumido para na próxima Legislatura serem reapreciadas as questões que estavam pendentes com a revisão da carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, o Sr. Secretário Regional da Saúde teve oportunidade de reunir, penso eu, com os Sindicatos e, portanto, penso que também terá assumido algum compromisso de rever as matérias que estavam pendentes...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Esta iniciativa já está relatada! O senhor tem responsabilidades, mas não quer vê-las assacadas nessa matéria!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Apenas para justificar a urgência!

O Orador: ... com a carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e, portanto, é entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, efetivamente, tendo aqui duas iniciativas por parte do Bloco de Esquerda e por parte do CDS-PP tivéssemos oportunidade desta iniciativa e também a iniciativa do Bloco de Esquerda baixarem ambas à Comissão para podermos também ouvir os sindicatos e cumprimos com um compromisso que foi assumido na Legislatura anterior ...

Deputado Carlos Silva (PS): Ser coerente!

O Orador: ...de serem novamente reapreciadas as questões que estavam pendentes com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e, portanto, neste sentido, compreendendo a posição do Deputado Pedro Neves, mas dando a oportunidade para que os sindicatos possam efetivamente manifestar e expressar as questões que envolvem a revisão da sua carreira, que esta iniciativa baixasse à Comissão...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Para arrastar mais um bocadinho!

O Orador: ... e fosse também dada a oportunidade de o Bloco de Esquerda também ter a sua iniciativa apreciada para que efetivamente pudéssemos cumprir o compromisso assumido com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Portanto, nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar contra este pedido de urgência.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado com 30 votos a favor e 27 contra. 21 a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do CH, 2 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN. 25 contra do PS e 2 do BE.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada a urgência, dou novamente a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para apresentação deste Projeto de Resolução. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde deve ser alicerçado com base em carreiras justas e dignas para todos os profissionais e existem atualmente cerca de quatro centenas de Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica no Serviço Regional de Saúde dos Açores.

Sendo de elementar justiça social que os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica da Região Autónoma dos Açores possam ver efetuada a contabilização do seu tempo de serviço;

Considerando que, em setembro de 2020, foi debatida no Parlamento Açoriano uma iniciativa do CDS-PP que recomendava ao Governo Regional dos Açores a contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e terapêutica do Serviço Regional de Saúde, tendo sido rejeitadas por maioria com os votos contra do Partido Socialista e com os votos favoráveis de todos os restantes partidos representados na altura.

Tendo em conta que o Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico manifestou disponibilidade para encontrar soluções que permitam calendarizar a implementação de soluções que vão ao encontro das pretensões daqueles trabalhadores. Para além, de que as alterações entretanto ocorridas não satisfazem as pretensões dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

1 – A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que proceda ao processo de contabilização do tempo de serviço da carreira de Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde, atribuindo um ponto e meio de avaliação por cada ano de serviço, entre 2009 e 2018, independentemente do tipo de vínculo laboral estabelecido e da existência de avaliação.

2 - Para efeitos de harmonização entre regimes de carreira profissional, no que se refere ao sistema de avaliação de desempenho e respetivo regime de transição, incluindo a alteração do correspondente posicionamento remuneratório, aplica-se à antiga carreira profissional de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica o regime previsto na carreira especial de Técnico Superior das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Secretário Regional de Saúde e Desporto. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Governo entende este Projeto de Resolução, de resto como já foi aqui referido, pela coerência política dos respetivos proponentes e também porque estamos perante a necessidade de cumprir com aquilo que é o compromisso da Região.

Gostaria, antes de mais também, de fazer a distinção entre duas dimensões da abordagem relativamente aos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, como às demais carreiras na saúde.

Uma coisa é aquilo que é o compromisso deste Governo para uma Legislatura de reestruturação das carreiras, dignificação das carreiras, de acordo com aquilo que são as expectativas dos respetivos profissionais, mas também no sentido de as estabilizar para melhores cuidados de saúde.

Isto não é prejudicado com a aprovação deste Projeto de Resolução, nem é incompatível com este Projeto de Resolução. Ao aprovar-se este Projeto de Resolução está a dar-se cumprimento, de alguma forma, àquilo que é o compromisso da própria Região, mas adiante, irá criar-se um conjunto de

plataformas de entendimento com os respetivos setores profissionais para encontrarmos caminho para essa reestruturação.

O que estamos aqui a fazer é no sentido de fazer a relevância do tempo de serviço destes profissionais, conforme foi de resto aprovado pelo acordo do contrato coletivo de trabalho entre a Região e o respetivo sindicato, a convenção coletiva de trabalho 28/2020 de, curiosamente, 25 novembro.

Deputado Nuno Barata (IL): Feliz data! 25 de novembro de 1975! Feliz data!

O Orador: Eu acho isso vai ser um feriado regional, vai passar a ser o 25 de novembro porque há um conjunto de reivindicações de trabalhadores que, ao longo dos anos, andaram sucessivamente, ano após ano, década atrás de década a reivindicar e aparece os enfermeiros, quando é que é publicado o acordo coletivo de trabalho dos enfermeiros? 25 de novembro! Dos farmacêuticos? 25 de novembro! Dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica? 25 de novembro!

O que estou a dizer, quando referi que o feriado regional ia passar a ser esse, obviamente que em termos irónicos e obviamente para evidenciar que é o dia em que as justas reivindicações dos trabalhadores de várias áreas ligadas ao setor da saúde viram publicado em Jornal Oficial a sua reivindicação.

Curiosamente, isto é, no dia em que este Governo começou a exercer as suas funções, isto é, no dia 23 de novembro, no dia antes da posse e no último dia do Governo é que mandaram isto para publicação, quando já sabiam há um mês que o resultado das eleições tinha sido o que foi e quando já se sabia à vários dias que a configuração parlamentar seria esta e que o governo seria este.

Eu não vou fazer qualquer tipo de qualificação ou juízo de valor, os factos são estes!

Deputado José Ávila (PS): Já fez!

O Orador: Eu sei que vos incomoda ...

Deputado José Ávila (PS): A mim não me incomoda nada!

O Orador: ... eu gostaria...

Tanto incomoda, que o sr. falou!

Estou aqui a falar de factos: 25 de novembro foram publicados acordos coletivos de trabalho que correspondem às justas reivindicações de trabalhadores na área da saúde, enfermeiros, farmacêuticos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, outros profissionais, através do acordo com o SINTAP, isto é, temos um conjunto de reivindicações de anos, que apenas no feliz dia de 25 de novembro de 2020 viram ficar em letra de diploma de Jornal Oficial a respetiva publicação.

Fiz referência a este facto e sobre este facto, por muito que incomode a uns ou agrade a outros, especialmente aos trabalhadores beneficiados com isto, não vou fazer juízos de valor,...

Deputada Andreia Costa (PS): O senhor sabe que as coisas são negociadas!

O Orador: ... estou a reportar factos. Agora o juízo de valor, cada um assumo o que entender com base nestes factos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com base no levantamento que foi feito, no que diz respeito a este compromisso, ...

Deputado Miguel Costa (PS): O Sr. Secretário é um homem engraçado!

O Orador: Falou na JSD? Não? Eu percebi mal.

Está nervosíssimo...

Presidente: Sr. Secretário faça o favor de continuar.

O Orador: Posso continuar?

Deputado João Vasco Costa (PS): Fale lá do índice RT!

Deputado Miguel Costa (PS): Não se incomode, continue!

O Orador: Dizia eu que, de acordo com o levantamento que foi feito, são cerca de 80, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica que estão inseridos na necessidade de ver a sua carreira e o seu tempo de serviço relevado. Por aquilo

que foi o levantamento feito estamos a falar em cerca de 300 mil euros, com a contagem de um ponto e meio até 31 de março, isto é, a 31 de março é este o valor que corresponde e obviamente que a Região é uma pessoa de bem, independente do Governo que procedeu a este acordo coletivo de trabalho, a esta alteração, independentemente das circunstâncias temporais e políticas em que isto aconteceu, obviamente que este Governo vai cumprir, já fez o levantamento, já estão identificados e o mesmo acontece relativamente aos enfermeiros, o mesmo irá acontecer relativamente aos farmacêuticos e o mesmo irá acontecer relativamente aos outros profissionais do setor da saúde ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que viram as suas situações profissionais a aguardar anos e anos e anos e a ter a felicidade de acontecer o 25 de novembro no dia que isto foi publicado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): 25 de novembro de 2020!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Ana Quental, faça favor.

Deputada Ana Quental (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A carreira dos TDT, carecia de ser alterada há mais de 20 anos!

Desde 1999.

Em 2017, o Decreto-Lei n.º 111/2017, estabeleceu o regime geral da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica e os respetivos requisitos de habilitação profissional.

O Decreto-Lei n.º 25/2019, estabeleceu o regime remuneratório aplicável à carreira especial, bem como as regras de transição para esta carreira.

Ora! Aqui é que está o problema! Pois com este regime, cerca de 80% destes profissionais transitam apenas para o 1.º nível desta nova carreira (o mais baixo) Verificando-se uma grande injustiça e provocando grande insatisfação nos profissionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foi por isso que 2020 foi um ano de muitas manifestações, contestações e até vigílias para chamar a atenção do Governo anterior!

Gostaria de relembrar que no dia 7 de julho 2020 o PSD deu entrada de uma resolução que visava a “reabertura do processo negocial entre a tutela e estes técnicos”. No entanto o PS chumbou a urgência!

A 8 de setembro de 2020 discute-se neste Parlamento o Projeto Resolução do CDS “Contabilização do tempo de serviço dos TSDT” e o do PSD sobre o processo negocial.

A 26 março de 2021, aqui estamos nós novamente a tentar fazer justiça para estes profissionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, a pretensão destes profissionais para que seja feita a atribuição de 1.5 pontos/ano, lembrando que só se pode subir de nível na carreira, perfazendo 10 pontos.

Sem a contagem de 1.5 pontos, apenas os especialistas principais com 15 a 20 anos de serviço é que transitam para o nível superior da nova carreira. Na antiga carreira tinham 12 categorias e na atual apenas 3!

Para que o reposicionamento seja mais justo não podemos ficar com profissionais com mais de 10 anos de serviço no mesmo nível de um recém-formado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relembrar também que a avaliação do desempenho anterior era de três em três anos e que neste momento, tal como todas as carreiras da função pública, o mais justo será a inclusão anual, como no SIADAPRA.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

(*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria só de começar por relembrar a questão da coerência e relativamente à coerência do Bloco, nós, em sede de proposta ao orçamento suplementar da Região para 2020, propusemos exatamente a valorização da carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica que garantisse a contabilização de todo o tempo de serviço destes profissionais, independentemente do vínculo e da existência de avaliação. Como sabem, também foi chumbada.

Relembro também que, há altura, de um Projeto de Resolução do PSD resultou a resolução da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, n.º 87/2020/A, que a única coisa que dizia era recomendar ao Governo

dos Açores, que através da Secretaria Regional da Saúde e de forma imediata, retome as negociações com os sindicatos representativos dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Portanto, é mais ou menos aquilo que está no primeiro ponto resolutivo da nossa proposta.

Nomeadamente, no que diz respeito ao enquadramento do problema, bem sabem que estes profissionais têm vindo a travar uma luta difícil e que perdura há já alguns anos e, portanto, é de saudar a persistência com que os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica têm lutado pelos seus direitos, com toda a legitimidade que lhes assiste.

Desde 1999 que a carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica se mostrava desatualizada, aguardando ser revista. Só em agosto de 2017 esta carreira foi substituída pela carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 111/2017, 31 de agosto, tendo as questões relacionadas com a transição para a nova carreira sido determinadas em 2019 pelo Decreto-Lei n.º 25/2019, 11 de fevereiro, ultrapassando todos os prazos previstos e sem acordo dos sindicatos.

As condições previstas nesse Decreto-Lei n.º 25/2019, 11 de fevereiro, foram prejudiciais, especialmente por não incluírem técnicos em todas as categorias e por conferirem quotas a cada uma destas. Para além disso, atentam pela falta de igualdade nos pontos a atribuir anualmente até 2017, ano em que vigorava o Decreto-Lei n.º 564/99, 21 de dezembro, num modelo de avaliação qualitativo. Com a entrada em vigor deste diploma os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica foram e continuam a ser lesados.

Como se não bastasse, com a entrada em vigor deste Decreto-Lei passa a existir uma redução de cinco categorias para três, nas quais estes profissionais não conseguem ser posicionados de forma justa, uma vez que praticamente todos regressam à base da carreira e como é óbvio, esta situação instiga a situações de

grandes constrangimentos entre os próprios profissionais desta área pelo sentimento de injustiça que incita.

Em 2020 procedeu-se à avaliação com base na antiga carreira levando a que os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica transitassem para a nova carreira com os pontos remanescentes conduzindo a que somente técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica com 12 anos de serviço abranjam os pontos necessários para a progressão, devido à contagem por triénio, o que acontece apenas na Região Autónoma dos Açores.

Com o culminar destes acontecimentos, estes profissionais, com a atualização dos valores de remuneração, passam a ser os profissionais formados mais mal pagos da administração pública.

Resumidamente, há que garantir a justiça e equidade para estes profissionais em relação às restantes carreiras do setor da saúde na administração pública, nomeadamente através do aumento de pontos atribuídos anualmente para efeitos de progressão na carreira.

Volto a frisar, que com a passagem para a nova carreira estes técnicos passam a ser os profissionais com formação superior mais mal remunerados da administração pública, com as progressões e as subidas de escalão condicionadas pela atribuição de apenas um ponto por ano na carreira antiga.

Gostaria ainda de dizer que o Bloco de Esquerda concorda com o fundamento deste Projeto de Resolução, no entanto, consideramos que a melhor resolução para esta situação deve partir de uma negociação entre as estruturas representativas destes profissionais e o Governo Regional, de forma que seja alcançado aquilo que o sindicato realmente almeja e não aquilo que nos parece melhor a nós ou aqui ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Isto foi uma reivindicação do sindicato: um ponto e meio por ano! O sindicato estava aqui nestas galerias quando isto foi votado!

A Oradora: Relembro que o Projeto de Resolução entregue pelo Bloco de Esquerda, na passada segunda-feira, resulta exatamente da auscultação ao Sindicato Nacional e aquilo que nos foi transmitido foi que continuavam a reivindicar dois pontos até 2008.

O que este Projeto de Resolução poderá eventualmente fazer é condicionar essa negociação, mais nada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): A Sra. Deputada Alexandra Manes confunde a política nacional com a regional. Não tem bem a noção daquilo que está a afirmar!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Temos de ter sempre cuidado com a importação de argumentos provenientes do território continental do país. Até porque nesta situação – custa-me dizer isto, mas é verdade – o Partido Socialista até 2008 não se portou mal, porque até 2008, ao contrário do que acontecia em território continental, não congelou as carreiras. A nível nacional, em 2004, congelou as carreiras e o Partido Socialista só o fez em 2009.

Há que reconhecer aquilo que tem de ser reconhecido e, portanto, não faz sentido que exista uma compensação a um dano que não sucedeu e essa é a fragilidade da proposta do Bloco de Esquerda.

A força, por outro lado, ou fragilidade da proposta do Bloco de Esquerda ...

Deputado António Lima (BE): A força do Bloco de Esquerda?

O Orador: ... – não fique V. Exa. zangado, é a primeira crítica que lhe faço neste Plenário – é a vossa fragilidade. Agora deixe-me dizer, porque isto é como tudo, há o outro lado, que é o lado do CDS, que é quem tem razão.

O CDS teve oportunidade de apresentar esta matéria na Legislatura anterior porque há muitos Governos, que ao longo da história, se esqueceram das propostas que tinham apresentado anteriormente. Nós também nos podíamos fazer de esquecidos, eu sei que V. Exas. teriam a tentação de nos lembrar, mas de qualquer das formas o que aconteceu foi que o CDS o que fez foi apresentar a mesma proposta que já tinha apresentado em relação ao anterior Governo. Coerência Total!

Agora, o que não pode suceder é que tendo a Coligação, o Governo, os partidos que têm acordos parlamentares, aprovado um conjunto de iniciativas do Partido Socialista, do PAN, do Bloco de Esquerda, todos os partidos, no fundo, aqui representados, que não se aprove as nossas próprias propostas, porque numa democracia aquilo que foi referenciado numa obra célebre que é “todos são iguais, mas uns são mais iguais que outros” não pode suceder, ou seja, o CDS, o PPM ou o PSD não podem ser menos que os outros neste Parlamento e, portanto, obviamente também apresentam propostas ao Governo. Ainda por cima, esta proposta pertence ao capital político do CDS-PP nesta matéria.

Os Srs. Deputados do PS sabem, aqueles que já estiveram em Legislaturas anteriores, às vezes como é difícil convencer o Governo nalgumas matérias e, portanto, obviamente, estando nós numa fase em que o parlamentarismo – desculpem utilizar esta expressão que me é cara – é rei, nós consideramos que faz todo o sentido que o CDS apresente esta proposta, é uma atitude de absoluta coerência e é a melhor solução e é por isso que o Grupo Parlamentar do PPM votará favoravelmente esta iniciativa do CDS-PP.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Tiago Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já foi aqui, de certa forma, feita uma retrospectiva daquilo que foi a evolução da carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e, portanto, não me irei alongar também em toda essa retrospectiva, mas lembrar que em janeiro de 2019 foi publicado o acordo coletivo de trabalho entre os Hospitais EPE da Região e os sindicatos representativos dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, aplicável aos trabalhadores integrados na carreira de técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, vinculados por contrato individual de trabalho em entidades prestadoras de cuidados de saúde com natureza empresarial pública e integradas no Serviço Regional de Saúde.

Foram dadas orientações às unidades de saúde da Região para proceder ao envio dos mapas das valorizações remuneratórias, considerando que só depois das respetivas valorizações remuneratórias é que os trabalhadores deveriam transitar para a nova carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica e isso faz toda a diferença, atendendo a que nos referimos a renumerações ou de 1020,00€ ou de 1201,00€.

Não obstante, é preciso notar que nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro, e passo a citar: “Nos casos em que a remuneração base a que os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica atualmente têm direito seja inferior ao montante pecuniário correspondente ao nível remuneratório da primeira posição da categoria para que nos termos previstos no artigo anterior devam transitar, o pagamento dos acréscimos remuneratórios a que o trabalhador tenha direito é faseado”. Ou seja, para não prejudicar os trabalhadores, primeiro seria de analisar se os técnicos são objeto de valorização ainda na tabela anterior, de técnico de diagnóstico e terapêutica, para depois então transitar para a de técnico superior de diagnóstico e

terapêutica e assim aferir se podem beneficiar do previsto, como eu disse do no n.º 2 do artigo 4.º do diploma que eu acabei de referir.

Isto é importante, em abstrato, porque podiam existir trabalhadores que estavam à espera desta mudança para técnico superior de diagnóstico e terapêutica e que, de facto, não vão beneficiar das normas de valorizações remuneratórias, pelo que o processo devia ser concluído e serem adotadas as várias etapas.

Contudo, em 2020, como todos nós sabemos, tivemos uma profunda alteração da conjuntura, não só no que diz respeito ao início da pandemia, bem como no que se refere à Lei do Orçamento de Estado para 2020 e a respetiva regulamentação no que concerne ao normal desenvolvimento das carreiras.

Desse modo, considerando todos os constrangimentos associados ao combate à pandemia foram retomadas as negociações com as diferentes estruturas sindicais e após a receção de todos os mapas das valorizações remuneratórias elaborados pelas unidades de saúde é nessa sequência que em setembro de 2020 é assumido o compromisso de reconhecer a todos os trabalhadores dos três hospitais da Região com contrato individual de trabalho por tempo indeterminado a relevância de todo o tempo de serviço prestado entre 2007 e 2018 para efeitos de valorização remuneratória e não só.

Para que não houvessem dúvidas, foi assumido um compromisso escrito, em outubro de 2020, para que os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica que tivessem beneficiado de alteração de posicionamento remuneratório, nos termos das Leis do Orçamento de Estado para os anos de 2018 e de 2019, ou de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e que em virtude da transição para as carreiras de técnico superior de diagnóstico e terapêutica, reguladas pelo Decreto Lei n.º 110/2017 e pelo Decreto Lei n.º 25/2019, se encontrassem posicionados na primeira posição remuneratória da categoria de base das novas carreiras, bem como os que se encontrassem em posições intermédias entre a primeira e segunda posições remuneratórias das referidas

categorias seriam reposicionados na segunda posição remuneratória da respetiva carreira e categoria, com efeitos a 1 de abril de 2019.

Sendo que, o direito ao acréscimo remuneratório a que o trabalhador teria direito seria aplicável de modo semelhante ao exposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 25/2019, como bem se recordam, de modo faseado e este foi efetivamente o compromisso assumido e foi assumido de modo que fosse formalizado na proposta de Orçamento da Região para 2021.

Contudo, na proposta de Plano e Orçamento para 2021 nada se vislumbra sobre esta matéria, mas tal como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto referiu, também eu não quero aqui emitir qualquer tipo de juízo, é um facto.

Diz o Sr. Secretário Regional da Saúde que estamos aqui a cumprir de alguma forma. Sabemos que efetivamente planos e programas são coisas que V. Exas. têm uma extrema dificuldade em elaborar. Tivemos a proposta de Programa do Governo que nada mais trouxe para além daquilo que já estava a ser feito, que por um lado é bom, se não têm plano, pelo menos não estraguem aquilo que já estava a ser feito e agora mais recentemente tivemos a anteproposta de Plano e Orçamento para a Região de 2021.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é um especialista!

O Orador: Na versão inicial que foi enviada para os Conselhos de Ilha, sem a pronúncia formal dos mesmos, numa atitude de profundo desrespeito, V. Exas. entregam nos serviços desta Assembleia uma outra proposta no exercício em tudo, menos democrático.

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, desculpe a expressão, mas tem efetivamente aqui um problema, um problema de incoerência. Incoerência porque o Serviço Regional de Saúde ora está em colapso, ora produz como nunca! Mas incoerência também a fazer contas.

Como acabei de referir esta tarde, o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto se pretendia reforçar o Serviço Regional de Saúde, em bom rigor não

o fez. Não o fez quando ontem anunciou, como também já tive oportunidade de o referir, menos um milhão de euros que a dotação de 2020 e a justificação que deu, justificando as suas contas, tendo em consideração o timing de aprovação do Plano e Orçamento, é lamentável porque, se não sabe, deveria saber que o Plano e Orçamento é para todo o ano. Portanto, para quem ...

Presidente: Sr. Deputado Tiago Lopes não está em discussão a proposta de Plano e Orçamento. Temos de nos cingir ao objeto da proposta que está em debate.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Já fica para daqui a um mês!

O Orador: Vou já sintetizar, Sr. Presidente.

Portanto, para quem propala o subfinanciamento e se propôs a investir, reforçar o Serviço Regional de Saúde, tal não resolve.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Podemos entrar num outro debate, Sr. Presidente!

O Orador: Cingindo-me efetivamente aquilo que é a matéria que nós temos aqui em apreciação, como referi, houve um compromisso assumido com os sindicatos e se bem se recordarem os mais atentos, a posição dos sindicatos foi de estabelecer um protocolo com o Governo Regional para numa próxima Legislatura serem reapreciadas as questões que estavam pendentes.

Como tal, assumindo o referido compromisso e atento à proposta apresentada pelo CDS-PP, o Grupo Parlamentar do PS entende efetivamente que a mesma poderia e deveria ser melhor reapreciada com toda a transparência, com as estruturas sindicais.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O senhor leu os considerandos ou nem por isso?

(Risos da Deputada Catariana Cabeceiras)

O Orador: No fundo, nós acabamos por ter aqui uma antítese de quem se apresentou e afirmou que era possível governar melhor os Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que não vou fazer disto a antecâmara do debate do Plano e Orçamento, mas como já uma vez foi tentado aqui esta manhã, por parte do Sr. Deputado do Partido Socialista e voltou a fazê-lo agora e só para que fique claro, de uma vez por todas e para que não haja qualquer dúvida, descanse que não vou utilizar os termos com que se dirigiu a mim porque não o faço, porque tenho problemas, que sou incoerente, não vou fazer nada disso. Vou apenas explicar que 3,4 milhões de euros...

Deputado João Vasco Costa (PS): Oh, Sr. Presidente ... qual é o critério?

O Orador: ... que estão previstos para a retoma do CIRUGE e do vale Saúde são mais 2 milhões de euros do que o Governo executou em 2020. Isto é, a execução foi 1,4, temos mais 2 milhões do que vocês executaram.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas afinal isto é orçamento ou não é orçamento?

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Deputado Miguel Costa (PS): O Sr. Presidente devia chamar atenção do Sr. Secretário!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, os srs. deviam agradecer ao Sr. Secretário porque se o Sr. Deputado pôs uma questão, o Sr. Secretário esclareceu.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Primeiro dizer e aquilo que foi a intervenção por parte da Deputada Alexandra Manes e dizer que ainda quem determina a Agenda de Política do Grupo Parlamentar do CDS é o CDS e não mais ninguém e, portanto, no nosso entender ...

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

... e como todos sabemos, o Regimento prevê que sejam apresentadas urgências, neste momento está instituído que sejam até duas urgências, e no

grupo Parlamentar do CDS entendemos que esta era uma urgência pelos argumentos que aludi aquando da aprovação da urgência e porque queremos porque já em setembro entendíamos ...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Enquanto o urgente for urgente, é urgente!

A Oradora: ... que isto era um assunto urgente e que tinha de ser resolvido e como tal e com o aproximar do Plano e Orçamento entendíamos que isto era uma matéria urgente e que deveria ser discutida nesta Sessão Plenária.

Como tal, não posso deixar de começar a minha intervenção por lhe dizer isto: depois a Sra. Deputada diz que a nossa iniciativa limita a 1,5.

Pois muito bem, na altura, em setembro, que já estava previsto o ponto e meio, a verdade é que sempre que foi dito, nós entendemos a base é 1,5, se o Governo por alguma questão em negociação com o sindicato entender que o 1,5 será 2, será 3, muito bem. Tem de ser é 1,5 e é o valor mínimo de pontuação que nós assumimos e, portanto, não considero que seja limitador.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

E a Sra. Deputada está a dizer que não, mas estes argumentos foram utilizados aquando do debate em setembro de 2020 e o Bloco concordou e, portanto, a sra. está a dizer que é limitador.

Deputada Alexandra Manes (*BE*): É limitador!

A Oradora: Não é limitador, até porque ambas as propostas são escritas de outra forma, mas têm o mesmo teor e como tal, a sra. não pode vir dizer agora que é limitador porque não o é.

Quanto à questão de 2008 e à progressão e ao período que está prevista a nossa iniciativa, exatamente pelos argumentos que foram aludidos pelo Deputado

Paulo Estevão, existiu uma progressão até 2008 e, por isso, é que na nossa iniciativa temos o espaço temporal entre 2009 e 2018.

Como tal, estas preocupações não são novas para nós, nesta Casa, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Também não são novas para nós!

A Oradora: ... não são novas para os técnicos, para os sindicatos e tem sido uma reivindicação e a nossa iniciativa vai ao encontro do que são as reivindicações do sindicato.

Também dizer ao Sr. Deputado Tiago Lopes que todo o enquadramento que fez resume-se muito basicamente – e para os açorianos poderem perceber – a que pessoas com 18 anos de experiência profissional passaram a ganhar mais 5€.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Resume-se ao facto de pessoas que ganham 1200€ passaram a ganhar 1207€ e é isto a que se resume toda a conversa que o sr. deputado esteve para aí a dizer.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: E quero-lhe dizer que nós, o grupo parlamentar, entendemos que é preciso mais, que estes técnicos de diagnóstico e terapêutica precisam é de reconhecimento pela sua atividade, por todo o empenho que têm dado, mesmo neste tempo de pandemia e esse reconhecimento faz-se por uma verdadeira valorização da sua carreira e é isso que nós continuamos a reivindicar.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Porque, se calhar, entendiam que o CDS antes era oposição, reivindicava isto, agora é posição não reivindica nada! Não, Sr. Deputado Tiago Lopes! Nós continuamos a reivindicar aquilo que entendemos que era justo, merecedor e que íamos ter uma Região melhor.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E essa é a diferença das bancadas porque, se calhar, isto antes não acontecia, mas agora vão ter de se habituar a esta nova postura de governar e a esta nova postura dos deputados que apoiam o Governo Regional, porque nós vamos continuar aqui na nossa missão que é apoiar o Governo, é verdade, mas também fiscalizar e reivindicar aquilo que entendemos como benéfico para os nossos Açores.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Tiago Lopes, tinha pedido a palavra para?

Deputado Tiago Lopes (PS): Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Peço desculpa, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma interpelação, então.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Não há problema.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer que eu não coloquei uma questão ao Sr. Secretário Regional da Saúde. Fiz meramente a constatação de um facto e a introdução da temática do Plano e do Orçamento tem a ver precisamente com o impacto orçamental que terá a decisão que nós poderemos eventualmente tomar.

Portanto, a questão aqui tem a ver sobretudo com isso. Isto era a interpelação que tinha para fazer, mas gostaria de pedir a palavra e não sei se posso já continuar.

Presidente: Não, Sr. Deputado.

Tem um Sr. Deputado inscrito.

Dou-lhe a palavra já de seguida. Está registada a sua interpelação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não ia falar e não gosto de falar sobre o passado, mas nós vemos agora que o passado permuta-se para o presente e obviamente sobre o objeto da iniciativa que está a ser discutida neste plenário. Faz-me lembrar um filme *Sei o que fizeste no verão passado*.

Lembro-me perfeitamente, como se fosse hoje, e neste caso ao Sr. Deputado Tiago Lopes, que sobre aquilo que usou como um argumento em que devia fortalecer o seu partido, aquilo que fez com a nomeação que tinha como ex-Diretor Regional da Saúde e esqueceu-se que estava a fragilizar completamente. Lembro-me perfeitamente que havia buracos na altura que estávamos a aproximarmo-nos da campanha e não houve nenhum partido que não pegasse em determinados problemas que já existiam há bastantes anos. Obviamente que houve profissionais que foram bem inteligentes e cirurgicamente esperaram

pela campanha, nomeadamente os enfermeiros, para dizer que existe uma grande injustiça nos enfermeiros.

O Governo foi logo acompanhar. Abraçou logo a causa. Os partidos todos estavam a aproveitar a campanha a dizer a injustiça e aproveitaram a causa, só que fizeram uma grande injustiça.

Ao fazerem aos enfermeiros, esqueceram-se do resto dos profissionais e neste caso deste objeto que nós estamos a discutir, estamos a falar dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Vimos que tínhamos um grave problema: abraçaram os enfermeiros, mas esqueceram-se de todo o resto e toda a gente começou a aparecer.

Foi daí que o Governo mais uma vez, em campanha, porque temos mãos largas na campanha, obviamente, queremos continuar a ser Governo, tentou discutir e negociar com os sindicatos destes técnicos. Correu mal! Correu muito mal! Porque acabou a campanha e eles continuavam insatisfeitos. Daí a urgência!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por isso é que estamos a discutir e é por isso que justamente temos que ... Não acredito que nenhum partido, porque em campanha toda a gente defendeu isso, tenha a coragem de chumbar este diploma.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Quando a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras diz que o CDS-PP não exige mais efetivamente a questão é mesmo essa. Não exigir mais. Ou seja, apresentar uma proposta que já tinha apresentado em setembro do ano passado, quando precisamente as estruturas sindicais assumiram um compromisso de para este ano renegociar.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Foi chumbada! Se não tivesse sido chumbada não apresentava novamente!

O Orador: Mas eu estou a perceber, se calhar, onde é que quer chegar o CDS-PP, porque se efetivamente exigisse mais ouvia novamente as estruturas sindicais. Mas será que o CDS-PP, como partido que suporta este Governo, estará com medo, como disse a Sra. Deputada Alexandra Manes, que renegociando com os sindicatos eles venham pedir dois pontos em vez de um ponto e meio? Se calhar é isso!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O senhor leu os considerandos? O que diz os considerandos é que a negociação tem de ser feita com o Sr. Secretário!

O Orador: Se calhar o CDS-PP não é assim tão exigente quanto isso e está a tentar fechar a porta à progressão, ao fim e ao cabo, da carreira dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Relativamente ao Sr. Deputado Pedro Neves. Efetivamente quem se esqueceu foi o Sr. Deputado. Esqueceu-se, para além dos enfermeiros, na legislatura anterior, também se negociou com os farmacêuticos para além dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Como estão os farmacêuticos? Já há carreira?

O Orador: Portanto, para além de todo o cenário pandémico, de todo o trabalho que houve, de todas as restrições financeiras e orçamentais, o Governo

anterior ainda negociou com os enfermeiros, farmacêuticos e assumiu um compromisso, como eu disse há pouco, para esta legislatura, para este Orçamento de Estado, que não está refletido nesta proposta, com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica.

Portanto, fechar as portas a negociar com estes sindicatos, isso efetivamente é que é lamentável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O senhor não ouviu o Sr. Secretário?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É apenas para reiterar aquilo que eu referi no início da minha intervenção.

No início da minha intervenção eu disse que esta abordagem das carreiras tem duas dimensões. Esta dimensão que decorre deste projeto de resolução, de cumprir com aquilo que está acordado e comprometido pela Região com os respetivos sindicatos e uma outra dimensão que para nós é essencial, que é a reestruturação das carreiras e que uma coisa não prejudica a outra, que uma coisa não é incompatível com a outra. Sra. Deputada Alexandra Manes, foi isso que eu referi na minha primeira intervenção e a senhora até acenava com a cabeça que sim.

O que estamos aqui a aprovar não prejudica a reestruturação das carreiras dos enfermeiros, dos farmacêuticos, dos médicos, dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e dos demais profissionais ligados à área da saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tudo isto é um projeto desta legislatura que vamos cumprir conforme determinarmos no programa do Governo, conforme eu disse na minha primeira intervenção. Mas para aqueles que não ouviram, ou para aqueles que não quiseram ouvir, eu reitero aquilo que disse e o que eu disse é o mesmo, antes e agora, como sempre.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou utilizar o clássico eu não era para intervir neste debate, mas a verdade é que não era mesmo para intervir neste debate, mas não resisto a fazer um desafio ao CDS, ao proponente desta iniciativa.

Foi referido pelo Sr. Secretário que este projeto de resolução não invalida uma revisão das carreiras, inclusive destes profissionais de que estamos a falar.

Foi referido pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras que este projeto de resolução não limita também a nível dos pontos que se vá além do ponto e meio, no entanto, a redação que está neste projeto de resolução (e vou ler para que fique claro) é a seguinte, no ponto um diz o seguinte, passo a citar: “A

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que proceda ao processo de contabilização do tempo de serviço da carreira de técnico superior de diagnóstico e terapêutica do Serviço Regional de Saúde atribuindo um ponto e meio de avaliação por cada ano de serviço.”

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Recomenda! A palavra-chave é recomenda!

O Orador: Se me deixar terminar.

Se não querem limitar a recomendação, porque é um posicionamento político do Parlamento a um ponto e meio, então alterem e façam esse desafio à abertura do CDS, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Atribui um ponto e meio!

O Orador: ... fazendo jus à abertura que têm demonstrado durante este plenário às propostas da oposição, para alterarem o vosso projeto de resolução, já que o Bloco de Esquerda não pode, nenhum partido o pode fazer, porque só o proponente o pode fazer, com uma redação que diga, pelo menos um ponto e meio e assim, julgo eu, ...

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

O Orador: ... ficamos todos contentes, porque não há limitação, o posicionamento político da Assembleia não é para ser um ponto e meio exatamente, mas pelo menos um ponto e meio e julgo que sairia daqui um posicionamento muito mais consentâneo até com aquele que foi o posicionamento do Governo.

Fica o desafio. Ficamos a aguardar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Pediu a palavra, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim, sim.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Cá estamos, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Que saudades que eu tenho do Sr. Deputado Paulo Mendes, não deixando de reconhecer o mérito dos Srs. Deputados que aqui estão e que devem estar. Também não queria três deputados (algum de vocês teria que ficar de fora) do Bloco de Esquerda nesta matéria.

Tinha aqui uma referência do Sr. Deputado Paulo Mendes, acho que não lhe foi reconhecido o mérito que ele teve. Vejam bem por esta antevisão: diz que estará aqui outro Membro do Governo, seja qual for o partido, a negociar esta matéria e depois diz assim “até pode acontecer termos ali naquela bancada daqui a uns meses um senhor muito conhecido mediaticamente, muda muitas vezes de cor nos seus pullovers. Até poderá ser outra pessoa, mas eu penso que essa é que é a verdade.”

Depois, vejam bem, ainda tem ... Eu nunca acreditei que o Sr. Deputado Paulo Mendes, do Bloco de Esquerda, para aqueles que acabaram de chegar à Casa, tivesse esta capacidade de valorização.

Ele diz que o “Bloco de Esquerda não terá qualquer problema em reconhecer não só a carreira, mas também devido à valorização salarial destes técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, mas isso é da nossa parte. Nós não sabemos [pergunta o Bloco de Esquerda, pela voz do Sr. Deputado Paulo Mendes], desconhecemos quais serão as reais pretensões uma vez formado Governo por parte quer do CDS-PP, quer do PSD, quer do PPM.”

Ora bem, eu tenho agora a oportunidade de responder ao Sr. Deputado Paulo Mendes, que já cá não está, que as nossas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nesta Casa!

O Orador: Nesta Casa! Nesta Casa!

... as reais pretensões é fazer aquilo que pensávamos fazer na legislatura anterior com a maioria do Partido Socialista. Portanto, Sr. Paulo Mendes, se me

estiver a ver em Santa Maria (penso que é aí que desempenha as suas funções) a resposta à sua pergunta é: sim, as nossas pretensões é fazer aquilo que nos tínhamos comprometido na legislatura anterior. E sim, V. Exa. acertou. O Sr. Deputado Tiago Lopes está aqui sentado nesta câmara.

Devo dizer também nesta matéria, Sr. Deputado, não leve a mal que eu lhe faça uma pergunta, mas V. Exa. estava aqui sentado ao lado do Sr. Deputado Paulo Mendes ... Aliás, à frente, é verdade! Temos de ser rigorosos! V. Exa. votou favoravelmente uma iniciativa do ...

Deputado António Lima (BE): Claro! Era a única que existia!

O Orador: Pois, claro! Eu não acho nada claro! V. Exa. concordava há uns meses com a proposta do CDS-PP, que é exatamente igual a esta proposta. Eu não percebo é porque é que V. Exa. concordava na altura e governava o Partido Socialista, agora já não concorda, porque governa a coligação.

Acha que nós temos de ser mais generosos, é isso?

Nós somos sempre generosos. Nós somos sempre generosos, mas a questão tem a ver com aquilo que é justo. Então se era justo, na altura, se era um bom mecanismo para a negociação, aprovar a proposta do CDS-PP e V. Exa. ficou sentado e votou favoravelmente, explique-me porque é que agora a proposta do CDS-PP já não é boa, já é um perigo para os sindicatos, já limita os sindicatos, a capacidade de negociação. E então, na altura, não limitava?

Oh, Sr. Deputado, é por isso que eu não consigo compreender a sua alteração de opinião em relação a esta matéria, é porque a proposta é exatamente igual e V. Exa. estava de acordo e agora não está. Não consigo compreender. Pode explicar-me, se fizer o obséquio. Pode responder-me a esta questão que lhe estou agora a colocar. Agradecia. Não tem obrigação, mas agradecia que me respondesse a esta questão.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Não tem explicação!

Deputada Alexandra Manes (BE): Tem, tem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Primeiramente e dizer ao Sr. Deputado do Partido Socialista que perguntava onde é que nós queremos chegar.

Onde nós queremos chegar é levar esta que era uma reivindicação nossa em setembro de 2020, que continua por concretizar, e como tal o que pretendemos ver é a carreira destes profissionais valorizada.

Dizer que na altura a crítica do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao CDS, a insinuação que fazia, era que “esta iniciativa surge agora em setembro, porque estão a aproximar-se as eleições e como tal estão a apresentar esta iniciativa.”

Não! Porque agora existiram as eleições, houve um novo Governo e até se calhar poder-nos-ia até dar jeito arrumar na gaveta a nossa iniciativa, mas não, estamos aqui novamente a apresentá-la.

Depois, um dos argumentos que ainda não foi utilizado era o facto de ser um projeto de resolução e, como tal, era um projeto de resolução e era algo que era muito amplo para uma situação tão complexa e que tal deveria ser um DLR, mas o Sr. Deputado Tiago Lopes na sua intervenção apoiou a iniciativa do Bloco do Esquerda que, se não me falha a memória, também é um projeto de resolução.

Depois, também queria dizer ao Sr. Deputado António Lima, por aquilo que já foi dito pela bancada do Bloco de Esquerda é que efetivamente estamos aqui todos de acordo, a questão prende-se com o facto de no entender do Bloco de Esquerda ser limitador, o facto de um e meio não abrir a porta para outra pontuação, mas a verdade é que nós mantemos a nossa posição, na medida, e

passo a explicar, que o ponto de partida para além do um e meio, para além de ser aquela que é a reivindicação dos sindicatos também prende-se com o facto de ser também o que está em vigor e o que é aplicado à carreira dos enfermeiros que é um ponto e meio.

Como tal, também o nosso intuito é valorizar uma carreira que ainda continua por valorizar e, portanto, parte do ponto e meio, como ponto de partida, digamos assim.

Deputado João Vasco Costa (PS): Então ponha lá “pelo menos”!

A Oradora: Mas continuamos a fazer a mesma leitura que é: não consideramos que seja algo limitador em medida em que nada na iniciativa refere que não possa ser mais do que um e meio. A verdade é essa! Não há nada na iniciativa que diga que só pode ser um e meio. Não! O ponto de partida é um e meio.

Apesar de tudo também temos ser coerentes e queria reforçar a ideia de que uma vez que a carreira dos enfermeiros é um e meio, parece-nos aqui que o ponto de partida ser um e meio é o mais correto.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente mesmo para dizer que a coerência é extremamente importante, mas não é um valor absoluto e como tal a coerência do CDS não

ficava beliscada por evoluir e avançar. Por isso, o facto de se dizer que é pelo menos oralmente no plenário seria muito mais coerente se também alterassem no seu projeto de resolução.

Ora, isso não invalida que o Bloco de Esquerda vote a favor da proposta como ela está, no entanto, parece-nos que tendo em conta que a reivindicação dos sindicatos não é exatamente esta ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É, é! Neste período é exatamente esta!

O Orador: ... parece-nos que se poderia ir mais além ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O senhor leu o relatório? Ah, não leu o relatório!

O Orador: ... e se pelo menos deixar em aberto no posicionamento do Parlamento que possa ir além de um e meio e não vejo que viesse qualquer mal ao mundo a partir daí.

Naturalmente o Bloco de Esquerda não mudou a sua posição sobre esta matéria. Apoiou na altura a proposta, porque era a única que estava em discussão, era aquela. Aliás, havia a do PSD, mas era mais aberta e votámos favoravelmente, tal como votaremos favoravelmente desta vez.

Agora, nós tínhamos outro caminho que consideramos que permite uma abrangência e uma margem negocial maior do que o posicionamento que o CDS propõe que limita ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não limita!

O Orador: Mas o que estamos a falar é do posicionamento da Assembleia que limita a um e meio os pontos a atribuir. É tão simples quanto isso.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Isto não é um DLR!

O Orador: Lamentamos que o CDS não tenha essa abertura para reconhecer também isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado, é uma resolução! A Sra. Deputada já explicou.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como fez o Sr. Deputado Francisco César vou sintetizar não quatro, mas três argumentos.

Deputado Carlos Silva (PS): Quatro é melhor do que três!

O Orador: Quatro é melhor que três, depende dos quatro e depende dos três!

Primeiro argumento imbatível: o que é que os sindicatos querem? Um ponto e meio! É a reivindicação.

Então isto limita?

Mas existe mais alguma referência que seja mais limitadora que é a reivindicação que é feita por um sindicato? Se a reivindicação é um ponto e meio?

O sindicato obviamente já estabeleceu o seu equador nesta matéria.

Então, é o CDS com um projeto de resolução que limita que a capacidade de negociação quando o próprio sindicato entra na negociação com o valor que o CDS faz referência?

Não faz sentido.

Em segundo lugar, o Partido Socialista também já estabeleceu o equador, já nos ajudou nessa matéria, no caso dos enfermeiros.

Quanto é que foi? Um e meio.

Então, já temos uma referência. Então a referência do sindicato é um e meio, dos enfermeiros é um e meio, do Partido Socialista é um e meio.

Portanto, em relação a esta matéria já temos aqui duas definições.

Depois, há um outro argumento, o argumento que tem a ver com aquilo que está aqui na discussão que foi feito há pouco meses.

O Bloco de Esquerda nunca achou que fosse uma condicionante. O Bloco de Esquerda considerou que a proposta era boa e válida, só não sabia quem é que ia aprovar, se era um Governo do Partido Socialista, se era um Governo de outra cor partidária.

Portanto, está tudo claro e límpido. Não vejo que existam argumentos por parte do Bloco de Esquerda em relação a esta matéria.

Evidentemente que eu vou seguir aquela que é a minha lógica. Termina esta argumentação para não complicar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo: Gostaria apenas de relembrar que ontem, nesta Casa, foi apresentada uma petição sobre justiça e equidade para os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Bem lembrado!

A Oradora: ... e as reivindicações que eles têm aqui apelam à aplicação justa e equitativa dos mecanismos de descongelamento e transição com a aplicação justa e equitativa de uma nova carreira fazendo, por isso, uso dos mecanismos próprios da autonomia: primeiro, descongelamento com a atribuição de um ponto e meio por ano ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): 1 ponto e meio, como é possível?

A Oradora: ... a todos os técnicos superiores de diagnóstico independentemente do seu vínculo laboral; segundo, que todo o tempo de serviço e a avaliação de desempenho anterior no processo de transição para a carreira especial releve para efeitos de progressão, alteração de posicionamento remuneratório; terceiro, promover a inclusão dos técnicos superiores em cada uma das três categorias da nova carreira, abolindo cotas, mantendo os quadros

circulares e acautelando a grelha salarial aqui parada ou outras carreiras da administração pública com o mesmo nível habilitacional e profissional.

Tenho dito.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS-PP, do PPM e do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Eu não era para intervir sobre esta matéria, mas de facto esta última parte do debate fez-me intervir, porque de facto não posso deixar passar em branco aquilo que foram os argumentos utilizados quer pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras no elogio a esta nova centralidade do nosso Parlamento.

A Sra. Deputada Catarina Cabeceiras na sua forma enérgica e assertiva de intervir de que independentemente agora ser o partido que apoia o Governo, não mudará a sua posição e continuará a defender aquilo em que acredita.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão até adjetivando o parlamentarismo de rei, mas a verdade é que chega o Sr. Deputado António Lima e *ups!*, puxa um bocadinho o tapete e afinal aquilo que estava combinado não se pode alterar.

O que está na redação deste projeto de resolução não abre porta nenhuma, não abre caminho nenhum. É taxativo, é um ponto e meio e não há mais nada a

discutir. Por isso, para Vs. Exas. tenho apenas uma palavra: demagogia. Aliás, tenho duas palavras: pura demagogia!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Falou-se de equidade e de justiça. Aliás, é o título de uma das petições sobre esta matéria.

Aquilo que os técnicos de diagnóstico e terapêutica querem é isso mesmo, daí a questão dos dois pontos.

Aquilo que se esqueceram de dizer é que os técnicos de diagnóstico e terapêutica querem é a contabilização de dois pontos de 2004 a 2009, tal como foi contabilizado anteriormente aos enfermeiros e aos médicos e aí é que está a equidade e a justiça que eles reivindicam e a partir daí, sim, o ponto e meio. Por isso, é que a proposta do CDS é limitativa e não garante a equidade que os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica exigem. Por isso, é que o CDS, não querendo alterar a sua proposta, aquilo que quer fazer é limitar as negociações entre o Governo e o sindicato.

Por isso, se o CDS quer justiça e equidade para os técnicos de diagnóstico e terapêutica então tem uma coisa a fazer: alterar a sua proposta e colocar uma redação que permita essa abertura para que o Parlamento se pronuncie por essa negociação e não de uma forma taxativa, fechada e que não permite ao Governo ou não dá essa indicação ao Governo, porque o Governo poderá sempre fazê-lo, mas não dá essa indicação.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): O Governo já deu a sua posição!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Acabei de dizer!

O Orador: Pois quem defende o Parlamento como centro da política, o Parlamento deve fazer esse passo e deve dar esse passo de recomendar aquilo que o Parlamento entende e não recomendar para o Governo fazer como entender.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Respondendo àquilo que a Sra. Deputada Ana Luís disse e que era taxativo ser um ponto e meio e que tinha que ser ...

Quem sou eu para explicar à Sra. Deputada o que é um projeto de resolução, que é uma mera recomendação ao Governo Regional e que era esse exatamente o entendimento ou era do Partido Socialista, porque na altura o argumento (e já o mencionei relativamente a não ser um DLR) do deputado do Partido Socialista dizia: “Nós não votamos nenhuma proposta de Decreto Legislativo Regional. Nós damos meras resoluções que politicamente têm (sim! Meras resoluções!), do ponto de vista político obviamente têm consequências. Do ponto de vista prático a sua aprovação não iria ter implicações nenhuma porque não é um Decreto Legislativo Regional. Que isto fique bem claro.” Fim de citação. Era esta a posição do Partido Socialista.

Como tal, no nosso entendimento, temos aqui um projeto de resolução que recomenda ao Governo Regional que seja feita esta valorização num ponto e meio.

Deputada Ana Luís (*PS*): É o que está escrito!

A Oradora: Não consideramos que seja taxativo, que estamos aqui a dizer que tem de ser um ponto e meio e não pode ser mais nada. Isso não está dito aqui, dessa forma.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Deputada, a senhora percebe mais do que isso. Que a senhora não queira é legítimo, agora não nos queira é convencer que uma coisa é a natureza, outra coisa é a recomendação!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Sra. Deputada Ana Luís libertou-se. Eu percebo o que significaram oito anos sentada ali a ouvir tudo o que eu disse e outros Srs. Deputados, de forma que decidi libertar uma palavra que é demagogia, mas depois ainda teve o direito de, afinal, acrescentar mais uma “pura demagogia”.

Deputada Ana Luís (PS): Podia ter acrescentado mais!

O Orador: Devo dizer que acho que estou a pagar pelos meus pecados e por isso é que não pedi um protesto, não solicitei um protesto.

Deputada Ana Luís (PS): Nem o Sr. Presidente lho concedia!

O Orador: Mas V. Exa. tem de perceber uma coisa: então nós que estamos a fazer e que estamos a dar resposta ao sindicato, que acabou de ser lido pela Sra. Deputada de qual era a reivindicação, um ponto e meio, e que o CDS-PP

apresentou esta proposta precisamente na legislatura anterior estamos a fazer demagogia, diz V. Exa..

Depois, o Bloco de Esquerda diz “mas há aqui uma reivindicação que faz todo o sentido, também queremos dois valores entre 2004 e 2008.”

Há um problema! É que a carreira não esteve congelada. Como é que se vai compensar num período em que o Partido Socialista não congelou a carreira? Digam-me a lógica!

Eu gostava de perceber a lógica disto: compensar (percebo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, vou sintetizar) uma carreira pelo congelamento num período em que não existiu congelamento. Quer me explicar isto?

Não, não tenho que perguntar. Tenho de lhe perguntar a si.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Já termino.

V. Exa. é que está a defender o indefensável. Não faz sentido, por isso é que ... Acabou de ser lida. É uma comunicação que tem poucos dias. Tem quanto tempo? Um dia, ou dois, ou três.

Portanto, é muito recente. É um e meio de reivindicação. Portanto, não há nenhuma demagogia nesta proposta do CDS-PP e (lembro!) é um projeto de resolução.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Apenas uma questão muito simples. Atendendo às declarações da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras e reduzindo de certa forma a própria proposta do CDS-PP, mas são palavras dela, sendo uma mera recomendação eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Saúde se até à aprovação, até à discussão do Plano e Orçamento está disponível para reunir com as estruturas

sindicais e negociar, atendendo que um ponto e meio é o ponto de partida, como disse a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Saúde, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É pela terceira vez que vou dizer aquilo que já disse. Se há coisa de que não me costumo cansar é de falar e vou voltar a dizer o mesmo. Já disse que a aprovação deste projeto de resolução não é incompatível, não prejudica e é uma outra dimensão relativamente àquilo que é a perspetiva assumida pelo Governo em Programa de Governo e em várias intervenções da tutela e do Sr. Presidente do Governo de reestruturar as carreiras de saúde e este processo são duas dimensões. Estamos aqui com o projeto de resolução do CDS-PP a fazer uma atualização de acordo com a relevância do tempo de serviço, conforme foi aprovado e acordado pelo Governo anterior, na altura das eleições conforme referi, conforme foi publicado no dia 25 de novembro. Isto é uma coisa.

Como o nosso povo diz “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”. Uma coisa é o que estamos aqui a discutir. O que estamos aqui a discutir é um projeto de resolução para a relevância salarial do tempo de serviço dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica na sequência daquilo que foi aprovado pelo Governo e conforme eu disse, o Governo é uma pessoa de bem, independentemente de quem assinou, dos tempos em que isso foi assinado, das circunstâncias eleitorais em que o foi, independentemente de tudo isso vamos cumprir. Não era um e meio. É um e meio que o Parlamento neste caso está a determinar para que seja atualizado esta relevância de tempo de serviço para efeitos de carreira, é isso que será.

Isso não prejudica em nada, antes pelo contrário, aquilo que é a perspetiva deste Governo quanto à reestruturação de carreiras e é isso que vamos fazer. É um compromisso deste Governo que nesta legislatura vamos fazer isto.

Isto foi assumido perante os sindicatos em reuniões pessoais que já tivemos com eles nestes três meses de atuação. Isto foi assumido e é isso que vamos fazer.

Neste caso estamos a cumprir e foi com base nestes valores que foi apresentada a proposta de Plano e Orçamento, obviamente que nesta legislatura (pode ser amanhã, pode ser depois, a qualquer altura) este Governo e este Secretário Regional estão sempre disponíveis para negociar com sindicatos, mas sobretudo, para falar com os açorianos a qualquer que seja o nível das suas responsabilidades, inclusive com os Deputados do Partido Socialista e com o Sr. Deputado quando o entender.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem inscrições.

Vamos passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 50/XII apresentado pelo CDS aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Cabeceiras pede a palavra para uma declaração de voto. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o Grupo Parlamentar do CDS, como não poderia deixar de ser, votou favoravelmente a sua iniciativa por continuar a acreditar, assim como acreditava em setembro de 2020, que esta era uma reivindicação justa, merecida, que devia ser valorizada as carreiras destes profissionais de saúde.

Era esse o nosso entendimento em setembro de 2020, continua a ser hoje esse o nosso entendimento e pretendemos ter profissionais de saúde mais motivados, mais satisfeitos com as suas carreiras para que também isso seja promotor do seu trabalho enquanto técnicos, técnicos estes tão importantes no nosso Serviço Regional de Saúde, sempre o foram, ainda mais agora em situação de pandemia e é com agrado que vemos que esta proposta, ao contrário do que aconteceu em setembro de 2020 que foi chumbada, agora foi aprovada por unanimidade.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP, PSD, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos avançar na nossa Agenda. Em relação ao **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 52/XII** o proponente retirou este pedido de urgência, portanto, a iniciativa descerá à comissão competente.

Avançamos para o ponto 33 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII – “Altera os períodos transitórios previstos na Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro, e**

determina a aprovação de medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem”.

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves para justificação da urgência.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deu entrada na Assembleia a 3 de março de uma proposta de Decreto Legislativo Regional que pretendia prorrogar o prazo a partir do qual as empresas açorianas teriam que fazer cumprir as medidas impostas na Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro, ou seja, deixarem de utilizar plástico de utilização única nas suas atividades.

Já em comissão o Grupo Parlamentar do Partido Socialista solicitou que fosse feita a discussão em comissão sem que fossem solicitadas diligências de forma a que o diploma tramitasse mais rapidamente em comissão e que as empresas açorianas não incorressem numa infração, numa altura em que têm já um conjunto bastante elevado de restrições associadas à pandemia, e não sendo nada vantajoso nesta fase adotar práticas de reutilização de materiais.

A maioria dos partidos votou favoravelmente a realização de diligências, o que impediu que o diploma fosse concluído em tempo útil, que pudesse ser agendado ou disponibilizado à Conferência de Líderes para agendamento neste plenário e por esse motivo, apesar do diploma em comissão ainda estar dentro do prazo, e apesar de estarem em falta ainda diligências, nomeadamente a audição do Governo Regional, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, atendendo à urgência da questão, solicita este pedido de dispensa de exame em comissão sobre o mesmo diploma, de forma a que se possa aqui votar e decidir a concessão da prorrogação ou não de um prazo e conferir às nossas empresas mais tempo para o cumprimento dessa obrigação, alargando essa prorrogação

até ao início do próximo ano, tendo em conta também que o que nos foi transmitido por parte dos diversos agentes dos setores relativamente à difícil execução desta norma para além dos encargos que a mesma pode acarretar numa altura em que esta prática não é tão bem compatível com a atividade comercial decorrente da pandemia.

Por este motivo o Partido Socialista submete este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, solicitando à câmara que o aprove de forma a que as nossas empresas possam cumprir a lei e cumprir os prazos que lhe são impostos.

Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação de pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

Tendo sido aprovada a urgência, dou agora a palavra à Sra. Deputada Bárbara Chaves para a apresentação da iniciativa. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A pandemia COVID-19 condicionou de um modo muito significativo a necessária concertação com as partes interessadas do trabalho desenvolvido pelo XII Governo dos Açores, com vista ao estabelecimento de medidas para a redução do consumo de produtos de plástico de utilização única e a promoção

da reutilização e reciclagem, prevenindo a produção de resíduos e o seu impacto no ambiente, assim como a transposição para o ordenamento jurídico da Região Autónoma dos Açores de diretivas comunitárias relativas à redução do consumo de sacos de plástico leves e relativas à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente, o que implicou a não aprovação nesta Casa de legislação específica na legislatura anterior.

Referir que o trabalho de base foi elaborado, concluído e apreciado, em forma de manifesto de intenção por parte do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS), em finais de setembro de 2020.

Sucedde, porém, que a Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro, que determina a não utilização e não disponibilização de louça de plástico de utilização única nas atividades do setor de restauração ou bebidas e no comércio a retalho, previa a sua aplicação aos prestadores de serviços de restauração ou de bebidas, a partir de 3 de setembro de 2020 em aditamento ao diploma que estabelece medidas excecionais e temporárias em resposta à epidemia SARSCoV-2, sendo que o mesmo foi também prorrogado até fins de junho mais recentemente.

Por esta via, os prestadores de serviços de restauração ou de bebidas dos Açores estão assim obrigados a aplicar a Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro, já a partir do próximo dia 1 de abril, enquanto o período transitório aplicável aos prestadores de serviços não sedentários de restauração ou de bebidas, e aos prestadores dos serviços que ocorram em meios de transporte coletivos, termina a 2 de setembro de 2021.

Mais recentemente, o Orçamento do Estado para 2021 veio criar uma contribuição monetária no valor de 0,30€ sobre as embalagens de plástico ou alumínio de utilização única em refeições prontas a consumir, aplicável, a partir de 1 de janeiro de 2022, para as embalagens de plástico ou multimaterial com plástico e, a partir de 1 de janeiro de 2023, para as embalagens de alumínio ou multimaterial com alumínio.

Importa, pois, por tudo isto, salvaguardar uma abordagem integrada destas questões, por via da criação de legislação regional que contemple um pacote coerente de medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem nos Açores, prevenindo a produção de resíduos e o seu impacto no ambiente, o qual deve ser construído com ampla participação de todas as partes interessadas e assegurando períodos de transição ajustáveis e tranquilos para os operadores económicos da Região Autónoma dos Açores.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou esta iniciativa legislativa, um projeto de Decreto Legislativo e não uma resolução, já que o decreto legislativo regional, caso seja aprovado nesta Casa, terá uma aplicação com produção de efeitos a partir do dia 1 de abril de 2021, o que resolverá de imediato o problema ao nível da prorrogação do prazo a que me referi anteriormente, eliminado desta forma um constrangimento que as empresas de restauração e bebidas teriam, a partir dessa data.

Por outro lado, propõe-se também a esta Assembleia que o Governo apresente até 31 de maio uma iniciativa legislativa que estabeleça de forma integrada medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e promoção da reutilização e reciclagem prevenindo a produção de resíduos e o seu impacto no ambiente, como bem proceda à transposição de diretivas comunitárias coerentes.

Por fim, para termos uma corrente perceção do caminho trilhado nesta matéria, propõe-se que conjuntamente com iniciativa legislativa, que fica o Governo incumbido, deve este acompanhar a mesma de um relatório sobre a redução do consumo de sacos plástico passados que estão cinco anos após a aplicação plena da legislação aprovada nesta Casa.

Apresentada que está esta iniciativa, esperamos que a mesma seja aprovada a bem das nossas empresas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Secretário do Ambiente e Alterações Climáticas. Faça faz, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em termos gerais o projeto de decreto legislativo regional apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista é oportuno, é pertinente e está desde logo alinhado com aquilo que o Governo Regional está a preparar nesta matéria. Indo por partes. No que se refere aos prazos de transição definidos nos n.º 1 e 2 do artigo 10.º da Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro, de facto faz sentido que os mesmos possam ser prorrogados tal como proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista no primeiro artigo desta iniciativa.

Aliás, como é referido na exposição de motivos desta iniciativa, e como referiu e bem a Sra. Deputada Bárbara Chaves, este prazo e relativamente ao prazo do referido n.º1 já tinha sido prorrogado até ao dia 31 de março de 2021 pelo Decreto-Lei n.º 62-A/2020, de 3 de setembro, no âmbito da definição de medidas excecionais de combate à epidemia de Sars-Cov-2.

A verdade é que os motivos que levaram à prorrogação desse prazo mantêm-se atualmente, provavelmente a nível nacional haverá também uma prorrogação

destes prazos, até porque o setor da restauração continua a subsistir e a estar altamente dependente do sistema de *take away*.

Independentemente disso a prorrogação que agora se propõe aplicável aos prestadores de serviço que operam na Região faz de facto sentido e adequa-se também ao horizonte temporal que é necessário para poder implementar as medidas que estão a ser preparadas pelo Governo Regional nesta matéria.

De facto, o Governo Regional já tem uma proposta de decreto legislativo regional no sentido de dar cumprimento a uma resolução que foi aprovada nesta Casa, a Resolução n.º 9/2019/A, de 4 de junho, que recomenda exatamente o estabelecimento de medidas com vista à redução do uso de embalagens e produtos de plástico na Região Autónoma dos Açores e aproveita também para transpor para a ordem jurídica regional as diretivas referentes à redução do consumo de sacos de plástico leves e também à redução do impacto de alguns produtos de plástico no ambiente.

Na prática, a proposta de decreto legislativo regional que está a ser ultimada pelo Governo Regional corresponde àquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe no primeiro ponto do artigo 2.º desta iniciativa.

Neste momento, a referida proposta está apenas dependente de ser submetida a uma consulta a um conjunto de entidades que têm responsabilidade nesta matéria, para depois ser novamente submetida à apreciação do CRADS – Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável dos Açores -, portanto, é perfeitamente possível trazê-la a este Parlamento até à data de 31 de maio, ou seja, dentro do prazo que propõe o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Gostaria ainda de destacar que para além da urgência ou das urgências que foram já referidas, esta iniciativa que está a ser ultimada é também indispensável para a operacionalização do sistema de depósito de embalagens

não reutilizáveis de bebidas nos Açores, que será implementada a breve trecho na Região, serão instaladas 25 máquinas de logística reversa.

Finalmente, em relação ao ponto dois do artigo 2.º desta iniciativa referir apenas que no relatório síntese de resíduos urbanos, que é publicado anualmente, nomeadamente no capítulo VII que se refere às medidas de prevenção de produção de resíduos, já são divulgados os dados relativos à aplicação do DLR n.º 10/2014/A, de 3 de junho.

Portanto, no fundo, esta informação já é disponibilizada anualmente, ou seja, acaba por este segundo ponto ser algo redundante e de alguma forma até desajustado em relação à proposta que está em análise, que é mais abrangente e que não se cinge apenas à medida específica do consumo de sacos de plástico, mas, em suma, e como referi este projeto de facto é oportuno e é pertinente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem, Sr. Secretário Regional!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este projeto de decreto legislativo regional do Partido Socialista pretende introduzir uma moratória na entrada em vigor da Lei n.º 76/2019, como já foi referido, que determina a não utilização e disponibilização de loiça de plástico de utilização única nas atividades do setor de restauração e bebidas.

Ora, esta pretensão, julgo eu, que faz todo o sentido, porque de facto o período de pandemia não tem sido propriamente pródigo para adaptações deste tipo, percebemos toda a pertinência desta matéria, no entanto, cabe-nos dizer também que esta lei a nível nacional o prazo de aplicação já foi prorrogado não

por uma vez, mas por duas, recentemente no dia 17 de março houve uma nova prorrogação até 1 de julho de 2021, ou seja, há aqui uma nova prorrogação.

Embora percebendo a urgência que existe em dar mais algum tempo para o setor se adaptar, pensamos que o prazo que é dado é também um pouco dilatado demais. Daí termos apresentado uma proposta de alteração que ainda assim vai para além daquele que é o prazo que foi dado já a nível nacional, que se aplica aos Açores e que estará já em vigor.

Por isso, apresentámos uma proposta de alteração, porque de facto a urgência climática não desapareceu e a transição que nós temos que fazer a esse nível também de utilização de plásticos de utilização única também tem de ser feita.

Não iremos nos opor à aprovação desta lei, deste projeto de decreto legislativo regional, e não será pelo nosso voto que não será aprovado, mas julgamos que pelo menos nesta fase seria prudente dar um prazo um pouco mais curto e, eventualmente, se se revelar necessário mais à frente fazer uma nova prorrogação, poderá sempre ser feita. Julgo eu que seria mais prudente fazermos assim, mas se não for esse o entendimento da câmara, o Bloco de Esquerda irá abster-se na votação final global.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. De facto, estamos perante uma iniciativa legislativa que vem fazer face à situação de emergência que vivem alguns dos nossos empresários, mas eu não posso deixar de dizer que todas essas questões relativas à utilização dos plásticos têm, pelo menos, 25 a 30 anos na Região Autónoma dos Açores e sempre que se faz uma legislação arranja-se uma

maneira de adiar mais uma coisinha, de passar para a frente mais um prazo, de ver se isso não é agora. A gente não pode passar a vida nisso. Nós não podemos passar a vida a fingir que não temos um problema.

Nós temos um problema gravíssimo com a importação de resíduos que depois não sabemos o que é que lhes vamos fazer e passamos a vida nisso.

Vou lembrar a câmara, provavelmente o Sr. Deputado Vasco Cordeiro lembre-se, o Sr. Presidente do Governo também se lembra, em 1999 fiz aqui um requerimento por causa dos sacos de adubo em ráfia plástica porque as indústrias de rações e de adubos da Região Autónoma dos Açores tinham substituído os seus sistemas de empacotamento em papel por sistemas de plástico. Foi-me dito que o assunto estava resolvido, podem consultar os vossos arquivos da Assembleia, foi-me respondido em resposta ao requerimento pelo então Secretário do Ambiente, Dr. Ricardo Rodrigues, que este assunto estava resolvido, que o requerimento não tinha razão de ser.

Pois, hoje, passados 25 anos, continua-se a fazer da mesma maneira que se fazia naquela altura e o resultado é andar aí por essas ilhas e ver o que está abandonado de sacos vazios por todo o lado.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Bem lembrado!

O Orador: Portanto, eu sou sensível à proposta de alteração do Bloco de Esquerda. Também sou sensível à prorrogação tendo em conta que há aqui um período que foi difícil para toda a gente e, portanto, não quero ser o desagradável da situação, mas deixar esta dedada nesta ferida que nós temos na Região e que temos de uma vez por todas de resolver.

Portanto, vou votar favoravelmente esta iniciativa e vou votar a proposta de alteração do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que em relação a esta matéria a argumentação apresentada aqui pelo Partido Socialista faz todo o sentido.

É óbvio que se querem concretizar as metas, é óbvio que vamos concretizar as reduções que estão previstas, agora é preciso também ter a consciência que estamos a atravessar um período especial e esse período especial tem servido para que este Parlamento tenha deliberado em apoio dos diversos setores e, portanto, temos de ter essa consciência em relação também a esta situação muito específica.

Por isso, da nossa parte, vamos votar favoravelmente a proposta do Partido Socialista e não vamos acompanhar a proposta de alteração que o Bloco de Esquerda apresentou.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PAN gosta de ter iniciativas nesta câmara que sejam proactivas, que não sejam procrastinadoras. Por aquilo que eu ouvi do Sr. Deputado Nuno Barata desde 1999 (não é preciso fazer as contas, consigo fazer rapidamente) há quantos anos é que as coisas não são alteradas e vamos arranjar a desculpa, porque agora tudo é uma desculpa para a pandemia que nós temos, para aquilo que nunca foi resolvido. Nunca foi resolvido!

Recordo-me, eu como outrora cidadão Pedro Neves, que meti uma petição nesta Assembleia e que passou 60 dias de desrespeito completo por um cidadão que não interessa qual era a minha cor partidária (não era deputado, de certeza!) ...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Não perdeu essa condição!

O Orador: ...para depois descobrir que demoraram mais de 60 dias do que aquilo que está no Regimento relativamente a uma petição de cidadãos, para depois descobrir que o PS tinha um projeto de resolução exatamente igual à petição que eu tinha metido. Achei uma falta de respeito na altura e mostrei naquela comissão aquilo que aconteceu.

Agora, querem prorrogar novamente e eu não concordo nem com o projeto do PS, nem concordo com a proposta de alteração do Bloco de Esquerda que é bem melhor do que a do PS obviamente, mas continuamos errados.

Desde 99, pelos vistos, Sr. Deputado Nuno Barata, que não fazemos absolutamente nada e agora usamos como desculpa o Covid.

Meus senhores, por favor!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco não me referi à proposta de alteração do Bloco de Esquerda, eventualmente pensei que pudesse ser discutida na especialidade, mas como o Sr. Deputado António Lima já se referiu a ela aproveitei também para o fazer. Relativamente a esta proposta de alteração e tendo em conta o prazo definido no n.º1, do artigo 10.º da Lei n.º 76/2019, atendendo à incerteza que ainda existe neste cenário de pandemia, não me parece que seja razoável poder reduzir o prazo que é proposto pelo Partido Socialista.

Além disso, o prazo que é proposto pelo Partido Socialista está alinhado com a legislação que o Governo Regional está a preparar nesta matéria que irá entrar em vigor exatamente a 1 de janeiro de 2022.

Assim sendo, havendo esta prorrogação até 31 de dezembro de 2021 há aqui de facto uma consonância que importa manter. No entanto, o maior erro da proposta de alteração do Bloco de Esquerda é ter colocado no mesmo âmbito os dois prazos, o do n.º1 e o do n.º2, uma vez que o n.º 2 está em vigor até 3 de setembro. Portanto, nós não podemos prorrogar uma coisa até 31 de agosto que está em vigor até ao dia 3 de setembro. Não é possível, não sendo possível torna-se no fundo absurda a proposta e como contempla os dois prazos na mesma proposta, a proposta naturalmente não tem lógica, não deveria nunca ser aprovada exatamente porque não se pode prorrogar um prazo para além de uma data que é anterior.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer que o Bloco de Esquerda referiu e bem que houve uma prorrogação, entretanto, no dia 17 de março, no entanto, a nossa proposta deu entrada a 3 de março. Portanto, não podia ter essa questão em conta, tendo em conta que entrou antes dessa prorrogação e acho que é importante deixar aqui expresso nesta sessão.

Também dizer que o nosso objetivo é claro: é minimizar o recurso ao uso dos plásticos de utilização única. A utilização deste plástico de utilização única nos Açores deve ser e vai ter que ser limitado, tal como, ao longo do tempo temos feito e as medidas que têm sido feitas para que isso venha a acontecer.

No entanto, não pode ser feito a qualquer custo e as nossas empresas agora precisam que haja uma prorrogação e precisam que exista da nossa parte uma decisão relativamente à permissão de que os *take aways*, que as vendas ao postigo continuem a ser feitas recorrendo a este tipo de plástico, de forma a que

não seja, não constitua um constrangimento acrescido para além de todos aqueles que eles já têm que ter devido à Covid-19.

Nós consideramos que infelizmente até ao verão esta situação possa não estar resolvida em termos plenos e que até ao mês de agosto (que é a altura que o Bloco de Esquerda propõe a sua dilatação do prazo) não estejam asseguradas as condições de segurança sanitárias adequadas, para que as empresas e restaurantes da nossa Região consigam adaptar-se a estas medidas de utilização dos produtos reutilizáveis na sua atividade diária.

Não estamos só a falar do copo de plástico, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ele não disse nada!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu não disse nada!

A Oradora: Estamos a falar de um conjunto bastante alargado de produtos que são utilizados atualmente pelas empresas açorianas e pelos restaurantes açorianos e que são necessários para que as empresas e os restaurantes continuem a ter a sua atividade de restauração adequada e que possam continuar a exercer as suas atividades.

Também gostaria de dizer que não é verdade que não se fez nada na Região ao nível dos sacos de plásticos. Existe uma legislação da reconversão dos sacos de plásticos por sacos reutilizáveis, uma legislação de 2014, e que teve a sua plena utilização e funcionamento dois anos depois, ou seja, há cinco anos, portanto, já existe de um modo muito significativo e já existem em todas as nossas casas comerciais, em todos os nossos supermercados a utilização massiva de sacos reutilizáveis. Julgo que também é injusto virmos dizer que nada foi feito sobre esta matéria, porque tem havido um esforço muito grande por parte dos nossos empresários, da parte dos consumidores, para puderem adotar novos procedimentos em termos da utilização do plástico.

Julgamos que esta é uma medida que vem ajudar e dar mais algum apoio a estes empresários e, sobretudo, não lhes conferir um custo acrescido e não lhes conferir mais um constrangimento para além de todos aqueles que já têm ao nível da pandemia.

Tenho dito por agora.

Sr. Presidente, obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, se faz favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Poderia começar a minha intervenção por dizer que o Chega é muito preocupado com as situações ambientais, mas também não estaria a ser justo, porque acho que todos nessa Casa estão preocupados com as situações ambientais.

Obviamente que este DLR agora apresentado em plenário pelo Partido Socialista é uma espinha atravessada na garganta de cada um de nós, porque queríamos seguramente ver implementado já em tempo longínquo todas as medidas que visem reduzir os resíduos na Região, dos quais também se inclui a utilização de plásticos de utilização única, mas infelizmente por razões óbvias e devidamente justificadas lá vamos ter nós que atrasar a implementação dessa medida.

Gostaria de ser tão otimista como o Bloco de Esquerda quando propôs uma alteração até 31 de agosto, mas eu julgo que a necessidade de utilização desses mesmos plásticos infelizmente terá de ser necessária durante mais alguns meses deste ano e esperemos que antes do final do ano isso seja possível, obviamente, mas não sendo possível aceitemos isso, conforme eu disse, como mais uma espinha atravessada na garganta e se não se conseguir fazer melhor que então a 1 de janeiro de 2022 seja o momento da viragem, seja o momento de encararmos a produção de resíduos nos Açores como algo que temos mesmo de resolver de forma muito premente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Vamos começar pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII, iniciativa do PS foi aprovado, na generalidade, com 54 votos a favor, 1 contra e 2 abstenções - 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do CH, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 contra do PAN e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Votação na especialidade e debate. Não sei se há inscrições.

Não havendo, votar a proposta de alteração ao 1.º artigo do Projeto Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi reprovada 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do CH, 2 do PPM, 1 do PAN; 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sendo assim, vamos votar o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: O artigo 1.º foi aprovado com 54 votos a favor e 3 contra: 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do CH, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal; 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

Presidente: O 2.º e o 3.º artigos do diploma não têm propostas de alteração. Pergunto à câmara se posso votá-los em conjunto. É o que farei.

Estão à votação então os artigos 2.º e 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 56 votos a favor e 1 contra: 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do CH, 2 do Bloco de esquerda, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XII, iniciativa do PS foi aprovado, em votação final global, com 54 votos a favor, 1 contra e 2

abstenções - 25 a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do CH, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal, 1 contra do PAN e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, para uma declaração de voto, faça favor.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com a aprovação do presente decreto legislativo regional.

Esta iniciativa tinha um único propósito: ajudar as nossas empresas num tempo de enormes dificuldades.

A pandemia Covid veio, sem dúvida, alterar de forma drástica as nossas vidas, os nossos hábitos de consumo. Uma das restrições impostas refere-se ao encerramento da restauração, havendo autorização durante longos períodos apenas o serviço *take away* na Região. Essa disponibilização de refeições é feita, em regra, através de recipientes descartáveis onde se inclui os plásticos de utilização única, situação que se impõe no sentido de se evitarem contaminações e proliferação da Covid-19.

Ora, sem esta iniciativa proposta pelo Partido Socialista e que acabámos de aprovar as nossas empresas prestadoras de serviços de restauração e bebidas ficariam impedidas, em breve, de disponibilizar produtos e serviços recorrendo a artigos de plástico de reutilização única, o que constituiria na prática, como mais uma restrição para as nossas empresas, para além daquelas que já existem atualmente impostas, fruto da pandemia.

Assim, nos termos do quadro legal agora aprovado, fica consagrado que a referida obrigação não será imposta já em breve, a partir do próximo do mês, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... mas sim que se alargue essa obrigação apenas para o início do próximo ano civil.

Estamos convictos que no início do próximo ano as nossas empresas terão já mais disponibilidade e mais estabilidade para poderem alterar os seus procedimentos e retomarem o caminho que estavam a trilhar em passos largos e muito significativos ao nível da sustentabilidade do setor turístico.

Por fim, referir que importa (é verdade e é preciso reiterar) que o nosso objetivo é que os plásticos de utilização única sejam minimizados, sejam eliminados das nossas atividades e que passem a ser utilizados produtos reutilizados ou biodegradáveis, mas esse objetivo não pode ser conseguido a qualquer custo e, por isso, consideramos que as empresas devem dispor de mais algum tempo para essa adaptação. Esse tempo a mais que agora concedemos às empresas será importante para o próprio Governo Regional para a realização de uma campanha de sensibilização quer às empresas, quer também aos consumidores que, devido à pandemia também ficou - o próprio Governo – limitado de o fazer. Façamos, por isso, cada um a nossa parte. Nós fizemos, hoje, a nossa.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, para uma declaração de voto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PAN votou contra este diploma não porque está contra a restauração, não porque está contra os estabelecimentos, não porque está contra as restrições existentes nos Açores, existentes em Portugal, existentes neste mundo. O PAN

está contra o plástico. O PAN está contra que não foi visto, nunca sequer foi pensado em alternativas que já existentes e que nós temos restauração nos Açores, temos estabelecimentos que já usam. Não precisam de uma lei, não precisam de fazer verificação, não precisam sequer da ajuda desta Assembleia, nem parte do Governo.

Já o fizeram de forma proativa e esta Assembleia está a mostrar que continuem a usar plástico. Não precisam sequer de usar outra alternativa. Nós até poderíamos era apoiar essa mudança relativamente também às alterações climáticas, falámos aqui esta semana sobre as alterações climáticas. Toda a gente é ambientalista aqui dentro, mas toda a gente se esquece da quantidade de desperdício que é o plástico.

Não, não está provado que a contaminação do plástico ou de outro qualquer tipo de material relativamente ao Covid é mais ou é menos. Houve estudos sobre isso, mas chegou-se à conclusão que não se conseguia ter uma definição suficiente para concretizar relativamente a esses materiais.

É por isso que o PAN não está contra os estabelecimentos, o PAN está contra, sim, à Região não ter feito nada e a cinco dias obviamente que não vamos fazer absolutamente nada, porque esta iniciativa que toda a gente está a se vangloriar, como se fôssemos os salvadores da restauração e dos estabelecimentos e dos açorianos é completamente mentira. Não estamos!

Simplesmente estamos a dar mais um cartão de que podemos usar plástico e depois somos contra o desperdício.

Depois dizem: “Sim, sim, temos que fechar os olhos! Mas vamos continuar a ter plástico e vamos obviamente usar o aterro e supostamente daqui a nada vamos falar de outras situações ... relativamente à economia circular” ... Não há economia circular e não estamos sequer a mostrar algum tipo de abordagem proativa relativamente às mudanças que têm de ser feitas nos Açores e todos os

partidos já falaram dentro desta câmara dessas alternativas, mas hoje todos esqueceram-se dessa parte ambiental dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Para uma declaração de voto tem a apalavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda absteve-se neste projeto de decreto legislativo regional, apresentado pelo Partido Socialista, porque considera que o prazo que foi concedido é demasiado alargado para a urgência também que existe, para que se deixe de utilizar este tipo de material (plástico descartável) na restauração.

Ora, nós não somos insensíveis para a situação em que vive este setor, não temos a cabeça enfiada na areia e estamos a ver o que se está a passar e as dificuldades porque passa o setor e percebemos que o ano de 2020 na sua grande parte, e este também, tem tido enormes desafios para muitos empresários, para muitos restaurantes, para toda a gente que trabalha nesta matéria.

Agora, de facto é necessário que a urgência dos prazos também traduza a urgência das mudanças que são necessárias e sendo sensíveis à necessidade de existir um prazo, pensamos que o prazo devia ter sido mais curto, por isso, percebendo, por um lado, os problemas que enfrentam os empresários da restauração, não podemos também aceitar que o prazo seja tão dilatado.

Que sirva este debate e esta discussão também como um alerta para que a 31 de dezembro, ou antes disso, não estejamos aqui de novo a tentar aprovar uma lei para uma nova prorrogação, porque aí ela não terá de certeza o apoio, nem a abstenção do Bloco de Esquerda.

É necessário começar desde já a trabalhar para que a 31 de dezembro não haja qualquer hipótese de uma nova prorrogação de prazo e julgo que aí também esta

discussão teve esse mérito e o Governo certamente terá que ter aí também um papel importante para fazer com que cheguemos nessa data e não haja qualquer necessidade de nova prorrogação de prazo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Será certamente a minha última intervenção nesta semana (“Felizmente!”, dirão muitos!), mas como mais antigo partido ecologista português eu não podia deixar de ...

Não sei o que é que Vs. Exas. estão a dizer. Somos um partido velho, de 1974, um partido ecologista, mas temos aprendido com o tempo que a ecologia se transmite através dos valores que são importantes, mas também do bom senso. A ecologia tem de ser uma área, uma ideologia, uma forma de vida, em que temos de convencer, temos de captar apoios.

Já o estamos a fazer nas gerações mais novas e estamos a ter cada vez mais sucesso e isso é muito importante. Os grandes avanços fazem-se através da pedagogia que é necessária fazer, do convencimento da população que cada vez mais adere aos princípios da ecologia.

Ainda me lembro de quando eramos um partido isolado no panorama partidário português em que mais ninguém se lembrava da ecologia e nenhum outro partido tinha esta ideologia tão marcante, esta corrente tão marcante no seu ideário.

Pois bem, hoje já há vários partidos com provas dadas nesta matéria, como o Bloco de Esquerda, como o PAN, também como o PSD que na década de 80 teve um importante contributo nesta matéria e avançou bastante, também agora já vimos com a Iniciativa Liberal e o CDS-PP e o Partido Socialista obviamente.

Portanto, nesse sentido, esta é hoje uma matéria de aceitação transversal, mas é necessário também ter sempre aqui o bom senso, é preciso que as pessoas e as empresas que vivem neste momento em circunstâncias terríveis (eu também tive alguns relatos, como o próprio Partido Socialista teve, de empresários que neste momento não têm condições) se não alterássemos a legislação o que significa é que estas pessoas que já estão tão penalizadas pela crise teriam contraordenações no âmbito dos seus estabelecimentos, portanto, ainda dificultaria mais a sua vida nesta conjuntura tão difícil.

Por isso, compreendo que tenha de ser dado este prazo adicional, mas mudou-se o objetivo, mudou-se o sonho, mudou-se o objetivo de alterar as coisas?

Não! Vamos fê-lo e temos todo este ano, estes últimos meses, em que se espera que se possa sair da pandemia, que se possa começar a crescer do ponto de vista económico e no final deste período negro depois vamos ter oportunidade de concretizar estas medidas, os prazos que estão previstos.

Eu tenho a certeza absoluta que este período de oxigénio para os empresários eles saberão aproveitar e também obviamente o Governo Regional tem aqui um papel importante de aproveitarmos bem este período para que finalmente se concretize este propósito.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Não havendo, chegámos ao fim da nossa Agenda: **Proposta de deliberação final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

Secretário: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Bom fim de semana e bom descanso.

Eram 19 horas e 55 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1- Projeto de Lei:

Assunto: N.º 740/XIV (PCP) – Estabelece medidas com vista à eliminação dos exames, fixando um regime transitório para conclusão do ensino secundário e acesso ao ensino superior no ano letivo 2020/2021 - n.º 38/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2021 – 04 – 12.

2- Projeto de Decreto do Presidente da República:

Assunto: Pedido de autorização do Senhor Presidente da República para a renovação do estado de emergência – n.º 39/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 –03– 24

Comissão: Permanente

COM PEDIDO DE URGÊNCIA

3- Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (CEE) n.º 2919/85, que fixa as condições de acesso ao regime reservado pela convenção Revista para a Navegação do Reno às embarcações que pertencem à navegação do Reno – MM – (Reg. DL 688/XXII/2020) - n.º 15/XII-GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 04 – 08.

4- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 7/XII

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2019/A, de 9 de maio, que aprova o regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 8/XII

Assunto: [Diferimento da obrigação da devolução de prestações vincendas e vencidas relativas a incentivo reembolsável concedido no âmbito dos sistemas de incentivo SITRAA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

5- Projetos de Resolução:

N.º 47/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a elaboração de um plano de recuperação da atividade assistencial na área da saúde](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 48/XII

Assunto: [Alargamento da Via Verde do Acidente Vascular Cerebral a toda a Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 49/XII

Assunto: [Justiça e Equidade para os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica dos Açores](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2021 – 04 – 22;

N.º 50/XII

Assunto: [Contabilização do tempo de serviço dos Técnicos Superiores das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica do Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 03 – 23

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 51/XII

Assunto: [Modelo alternativo de Transporte Marítimo de Mercadoria nos Açores](#)

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 03 – 24

Comissão:

Data Limite de Parecer: Apresentado em Plenário, no dia 25 de março de 2021;

N.º 52/XII

Assunto: [Atualização do inventário das espécies notáveis dos Açores](#)

Proveniência: PAN

Data de Entrada: 2021 – 03 – 24

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

6- Petição:

N.º 4/XII

Assunto: Defesa do património rural dos Açores

Proveniência: Maria José Silveira

Data de Entrada: 2021 – 03 – 17

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: Em processo de admissão.

7- Requerimentos:

Assunto: [Contrato de prestação de serviços de transporte marítimo regular de mercadorias para as Flores - Navio Malena](#)

Autor: José Gabriel Eduardo (PS)

Data de Entrada: 2021 – 03 – 24

Referência: 54.02.08 – N.º 95/XII;

Assunto: [Programação verão IATA 2021 não serve a ilha de S. Jorge](#)

Autora: Maria Isabel Teixeira (PS)

Data de Entrada: 2021 – 03 – 25

Referência: 54.02.05 – N.º 96/XII;

8- Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Plano Regional de Vacinação contra a COVID-19](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Referência: 54.06.00 – N.º 42/XII;

Assunto: [Plano de Negócios ou documento de reestruturação apresentado pelo anterior Presidente do Conselho de Administração do Grupo SATA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Referência: 54.07.00 – N.º 43/XII;

Assunto: [Nova aerogare da ilha da Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Referência: 54.03.04 – N.º 47/XII;

Assunto: [Orla costeira em frente à igreja e cemitério da Feteira \(Faial\) fora da recuperação dos danos causados pelo furacão Lorenzo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Referência: 54.03.07 – N.º 49/XII;

Assunto: [Gateway do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Referência: 54.02.06 – N.º 50/XII;

Assunto: [Medidas de fixação do pessoal docente na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 51/XII;

Assunto: [Gateway do Faial/Pedido de substituição integral](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Referência: 54.02.07 – N.º 52/XII;

Assunto: [Quem são, quantos são e onde estão os profissionais de saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Referência: 54.01.00 – N.º 53/XII;

Assunto: [Gateway da ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Referência: 54.02.01 – N.º 55/XII;

Assunto: [Estudo sobre a fileira do leite](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19

Referência: 54.02.00 – N.º 57/XII;

Assunto: [Risco de perda de operacionalidade do porto de Ponta Delgada](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22

Referência: 54.10.02 – N.º 23/XII;

Assunto: [Encerramento do Serviço da Segurança Social na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22

Referência: 54.02.09 – N.º 27/XII;

Assunto: [Transferências do Governo Regional dos Açores para as Autarquias Locais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22

Referência: 54.03.00 – N.º 32/XII;

Assunto: [Eventos e Iniciativas nos Açores no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22

Referência: 54.02.00 – N.º 38/XII;

Assunto: [Plano de Negócios ou Documento de Reestruturação apresentado pelo atual Conselho de Administração do Grupo SATA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22

Referência: 54.07.00 – N.º 45/XII;

Assunto: [Ponto de situação de projeto alternativo à COFACO que estava a ser trabalhado pelo Governo PS](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 03 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 88/XII;

9- Informações:

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo para emissão de parecer e relatório das seguintes iniciativas: Projetos de Resolução n.ºs 30/XII (PAN) – “Revisão de apoios e incentivos à fixação de pessoal médico na Região Autónoma dos Açores” e 39/XII (CDS-PP) – “Apoio aos estudantes deslocados”, do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 18/XII (CDS-PP) – “Cria o "Enfermeiro de Família" no Serviço Regional de Saúde” e ainda da Petição n.º 1/XII – “Pela realização de obras que melhorem as condições da Escola Luísa Constantina”

Proveniência: Joaquim Machado, Presidente da Comissão especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 03 – 18;

Assunto: Relatório Anual sobre a aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo regional n.º 18/2014/A, de 30 de outubro, que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da administração regional e local

Proveniência: Paulo do Nascimento Cabral, Chefe do Gabinete do Senhor Presidente do Governo dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 03– 18;

Assunto: Apresentação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da suspensão de mandato/substituição temporária por motivo relevante, de Deputada regional eleita pelo círculo da ilha de S. Miguel para a XII Legislatura, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, EPARAA e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do DLR 19/90/A, de 20 de novembro, Estatuto

dos Deputados da ALRAA, no período compreendido entre 18 de março e 7 de outubro de 2021 (ambos inclusive)

Proveniência: Patrícia Miranda, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 03 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da suspensão do mandato da Deputada Patrícia Miranda, a vaga será preenchida pelo candidato do círculo eleitoral de S. Miguel, Carlos Silva, com efeitos a partir de 18 de março e pelo período de ausência da Deputada eleita

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 03 – 18;

Assunto: AT/340/2021, a informar que o senhor Deputado Carlos Silva passa a substituir a Senhora Deputada Patrícia Miranda na Comissão de Economia, com efeitos a partir de 18/03/2021 mês e anos, inclusive

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 03 – 19;

Assunto: Ofício a informar que fará parte da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia

Proveniência: Nuno Barata, Representação Parlamentar do IL

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22;

Assunto: Pedido de substituição integral do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII (CDS-PP/PPM) – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2019/A, de 22 de novembro – Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22;

Assunto: Ofício a indicar os membros da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia, a saber: Deputados Vasco Cordeiro, Ana Luísa Luís, Miguel Costa e João Vasco Costa

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 03 – 23;

Assunto: Ofício Gp110-XII, a indicar o Deputado Pedro Pinto para integrar a Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia

Proveniência: Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2021 – 03 – 23;

Assunto: Envio de Relatório de execução do decreto Legislativo Regional n.º 23/2016/A, de 10 de novembro, que altera o Vale Saúde e aprova o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Gabinete do Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto

Data de Entrada: 2021 – 03 – 23

Assunto: Ofício 354-ST, a remeter, para conhecimento, o relatório de auditoria aprovado pelo Tribunal de Contas, n.º 03/2021 – FS/SRATC (Ação n.º 19-206FS4) – Auditoria às remunerações dos membros da Junta de Freguesia de Água de Pau

Proveniência: João José Branco Cordeiro de Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2021 – 03 – 23;

Assunto: Envio de Relatório, em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10-A, do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio, sobre a aquisição, oneração e alienação de imóveis do domínio privado da Região e dos institutos públicos regionais, bem como o Relatório sobre a cedência, o arrendamento e a locação financeira de bens imóveis

Proveniência: Duarte Pimentel, Chefe do Gabinete do Senhor Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2021 – 03 – 24

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII (PS) – “Regime jurídico relativo à integração de trabalhadores de empresas públicas objeto de extinção”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 03 – 24;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XII (BE) – “Altera o DLR n.º 19/2006/A, de 2 de junho (Adaptação do Código do Trabalho à Região)”

Proveniência: Bruno Belo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 03 – 24;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 19/XII (PSD/CDS-PP/PPM) – “Regime dos Requerimentos Parlamentares”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 03 –24;

Assunto: Pedido de prorrogação da suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir de 27 de março de 2021 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Iasalde Nunes, Deputado do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 03 –24;

Assunto: Pedido de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 1/XII (PAN) – “Recomenda ao Governo Regional a atribuição de um Subsídio de Risco aos Bombeiros Profissionais ao Serviço das Associações Humanitárias dos Açores como suplemento remuneratório”

Proveniência: Pedro Neves, Representação Parlamentar do PAN

Data de Entrada: 2021 – 03 – 24;

Assunto: Pedido de agendamento para o período legislativo de março de 2021, da proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XII – “Regula a extinção da Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.”, em detrimento dos pontos 26 e 27 da agenda, relativos à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 9/2019/A, de 9 de maio, que aprova o regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores”, com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

Proveniência: Pedro de Faria e Castro, Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2021 – 03 – 24;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo do Projeto de Resolução n.º 32/XII (PAN) – “Aquisição de veículos terrestres e marítimos de apoio aos Vigilantes da Natureza”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 03 – 25;

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo do Projeto de Resolução n.º 34/XII (PSD) – “Remoção de amianto dos edifícios escolares”

Proveniência: Bárbara Chaves, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 03 – 25;

Assunto: Envio de pareceres sobre as Antepropostas de Orientações de Médio Prazo 2021-2024 e Plano Regional e Orçamento para 2021

Proveniência: Paulo do Nascimento Cabral, Chefe do Gabinete do Senhor Presidente do Governo dos Açores

Data de Entrada: 2021 – 03 – 25;

Assunto: Pedido de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 46/XII (BE) – “Recomenda ao Governo Regional a inclusão de uma auditoria técnica ao projeto e à construção do molhe norte no estudo em modelo físico reduzido já encomendado pela “Portos dos Açores” ao Laboratório Nacional de

Engenharia Civil relativo ao projeto de reordenamento da bacia do porto da Horta, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão”

Proveniência: António Lima, Grupo Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2021 – 03 – 25;

Assunto: AT/358, comunicando que o Sr. Deputado Berto Messias passa a substituir o Senhor deputado João Vasco Costa na Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia, com efeitos a partir de 25 de março de 2021, mês e anos inclusive

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 03 – 12;

10- Relatórios:

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto do Presidente da República – Pedido do Senhor Presidente da República para a renovação da declaração do estado de emergência – Audição n.º 39-XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Permanente

Data de Entrada: 2021 – 03 – 25;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa possa](#)

[prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 665/20.7JAPDL](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 87/20.0PGPDL](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22;

Assunto: [Sobre a Verificação de Poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Alberto Pacheco da Ponte](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XII \(PSD/CDS-PP/PPM/CH/IL\) – Quinta alteração ao DLR n.º 21/2009/A, de 2 de dezembro, alterado pelos DLR n.ºs 2/2012/A, de 12 de janeiro, 4/2014/A, de 18 de fevereiro, 21/2015/A, de 3 de setembro, e 1/2020/A, de 8 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 03 - 19

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 03 – 22;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XII - Regula a extinção da Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E.P.E.R.](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 03 – 24;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 41/XII \(PSD\) - Transparência nos investimentos destinados a recuperar os prejuízos provocados pelo furacão “Lorenzo”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 03 – 24;

11- Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária o Diário n.º 10 e as Separatas n.ºs 5 e 6

As redatoras, Ana Machado e Sara Azevedo